

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CAMPUS CORA CORALINA**

**O PROTAGONISMO FEMININO NA IMPRENSA ALTERNATIVA BRASILEIRA
ATRAVÉS DAS CHARGES DO JORNAL *NÓS MULHERES* – 1976-1978.**

JADE DAMÁSIO MELO

GOIÁS – GO

2017

JADE DAMÁSIO MELO

**O PROTAGONISMO FEMININO NA IMPRENSA ALTERNATIVA BRASILEIRA
ATRAVÉS DE CHARGES DO JORNAL *NÓS MULHERES* – 1976-1978.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Exame de Qualificação no curso de História da
Universidade Estadual de Goiás – Campus Cora
Coralina, com o requisito para a obtenção do
título de Licenciatura Plena em História.

Orientadora: Dr^a Raquel Miranda.

GOIÁS - GO

2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

CAMPUS CORA CORALINA

CURSO DE HISTORIA

JADE DAMÁSIO MELO

**O PROTAGONISMO FEMININO NA IMPRENSA ALTERNATIVA
BRASILEIRA ATRAVÉS DAS CHARGES DO JORNAL NÓS MULHERES – 1976 -
1978.**

Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Estadual de Goiás – Campus Cora Coralina para obtenção do título de Licenciatura Plena em História, aprovada em 01 de dezembro de 2017, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes docentes:

Monografia aprovada em: 01/12/2017

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª Dra. RAQUEL MIRANDA BARBOSA (UEG)

Presidente da Banca

(Orientador)

Prof^ª. Ma. ANNA PAULA TEIXEIRA DAHER (UFG)

Membro

Prof. Dr. CRISTIANO ALEXANDRE DOS SANTOS (UEG)

Membro

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus familiares que sempre me apoiaram, principalmente minha mãe Wilma Damásio, as minhas tias Helena Damásio e Rita Damásio que desde o princípio estiveram ao meu lado apesar das adversidades e me deram confiança o bastante para chegar até o fim e a produzir esta monografia. Agradeço aos meus amigos pelo carinho, apoio e por sempre me ouvirem em momentos de conflito e a minha melhor amiga e companheira Aline Costa por sempre acreditar no meu potencial.

Agradeço a minha orientadora, que mesmo de licença da universidade a princípio, me aceitou como orientanda, por ter dedicado seu tempo a minha pesquisa, por demonstrar os meios de se desenvolver uma pesquisa e realizar uma monografia, pelas melhores conversas e companheirismo nos momentos de dificuldade. Agradeço também aos meus professores por me proporcionarem os melhores anos dentro da universidade, por todo este processo de formação, por me ajudarem a amadurecer e a assimilar muito mais que conteúdo, mas como me posicionar no mundo enquanto pessoa e principalmente, amar a docência, ser ética e compromissada não só com a História mas com as futuras gerações. Agradeço a oportunidade de ingressar em uma faculdade e chegar até aqui, no ponto final desta etapa, e pela abertura que a universidade me permite para assim ter o privilégio de traçar meu próprio caminho. Muito obrigada a todos os colegas pelas experiências que permitiram com que eu diariamente me aprimorasse cada vez mais enquanto acadêmica e ser humano. Muito obrigada a todos que contribuíram para o meu desenvolvimento atual.

DEDICATÓRIA

Dedico esta Monografia às mulheres da minha vida: Wilma Damásio, Helena Damásio e Aline Costa, que a todo o momento apoiaram minhas escolhas, que se fizeram presentes ao meu lado e que contribuíram para que eu concluísse mais esta etapa no meu caminho.

GOIÁS - GO

2017

“Que nada nos defina que nada nos sujeite. Que a liberdade seja
a nossa própria substância, já que viver é ser livre.”

Simone de Beauvoir.

GOIÁS - GO

2017

RESUMO

A proposta desta pesquisa está voltada em apresentar a condição feminina nas charges publicadas pelo jornal Nós Mulheres produzindo na década de 1970 durante os anos de chumbo no Brasil, a ditadura militar (1964-1985), mostrando a articulação destas mulheres enquanto movimento organizado que acabou por levar à gênese do Jornal Nós Mulheres (1976-1978), sendo este um dos jornais pioneiros voltados não só a temática do feminino mas também aos ideais feministas da segunda Onda Feminista principiada nos anos 1960, visando nesta fonte, o jornal, a representação da condição feminina por meio de cartuns e charges desenvolvidas por colaboradores do jornal na década de 1970 e publicadas nas edições do jornal Nós Mulheres, que contaram com oito edições de 1976 à 1978. Para além da representação imagética da condição feminina, esta pesquisa propõe apresentar aspectos políticos e sociais que permitiram com que mulheres vivessem em condições de submissão, seja por parte de um Estado autoritário, seja por uma cultura vigente patriarcal, e a partir do momento em que algumas mulheres, ao se voltarem contra um regime opressor, estas ao se articularem em grupos contrários a ordem vigente, perceberam que a opressão não se tratava somente de uma, o que levou a dissidências e formações de grupos de mulheres diversificados no Brasil, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro. E para finalizar, esta pesquisa busca não só representar a condição feminina durante os obscuros anos da Ditadura Militar, mas realizar uma ligação com os anos posteriores ao regime, afim de apresentar rupturas e permanências no que tange a realidade feminina vivida no Brasil seja no passado distante ou na atualidade.

Palavras-chave:

DITADURA MILITAR; IMPRENSA ALTERNATIVA; JORNAL NÓS MULHERES; CHARGES; FEMINISMO.

LISTA DE IMAGENS

Figura 01: “Tive uma idéia genial!” Cartunista: Claudius.....	23
Figura 02: “Eleição é bobagem!” Cartunista: Orlando Mattos.....	25
Figura 04: “Voto ao Analfabeto” Cartunista: Hilde.....	25
Figura 05: “A Batalha Continua” Cartunista: Bigantini	26
Figura 06: “Segundo Objetivo” Cartunista: Bigantini	27
Figura 07: Anúncio do Serviço Federal de Processamento de Dados, O Cruzeiro.....	27
Figura 08: Biá Sabiá. Cartunista: Ciça	33
Figura 09: Lugar de Mulher não é só na cozinha. Cartunista: Cahu.....	51
Figura 10: Capa da segunda edição do jornal Nós Mulheres, Cartunista: Cahu.....	51
Figura 11: O Humor de Nós Mulheres Cartunista: Hilde Weber.....	62
Figura 12: O Humor de Nós Mulheres Cartunista: Mariza.....	64
Figura 13: Procura-se uma esposa. Cartunista: Aparecida Spindola.....	64
Figura 14: O Humor de Nós Mulheres. Cartunista: Hilde.....	65
Figura 15: Biá Sabiá. Cartunista: Ciça.....	66
Figura 16: Bia Sabiá. Cartunista: Ciça.....	67
Figura 17: A Rainha do Lar não tem Cetro nem Coroa. Cartunista: Cahu.....	68
Figura 18: Biá Sabiá. Cartunista: Ciça.....	69
Figura 19: Menstruação: vamos falar dela? Cartunista: Rosalina.....	71
Figura 20: Já tomou a pílula hoje, hein benzinho?? Cartunista: Ignatz.....	73
Figura 21: Inflação, Custo de Vida, Divórcio. Cartunista: Cahu.....	75
Figura 22: Liberdade da Mulher. Cartunista: Angeli.....	76
Figura 23: Tabela e taxas (em 100mil mulheres) de homicídios femininos. Brasil 1980/2010. Fonte: SIM/SVS/ MS.....	77
Figura 24: Evolução da taxa de estupros por 100 mil habitantes entre 2010 e 2013. Fonte: SINESP.....	81

Figura 25: “Lá vem ela, chorando/ o que ela quer? Pancada não é, Já dei” por: Grupo Editorial do jornal Nós Mulheres.....	83
Figura 26: Violência Cotidiana. Por: Grupo Editorial do jornal Nós Mulheres.....	84
Figura 27: Percentual de Homicídio de Mulheres ocorridos no domicílio. Fonte: SIM/MS de 2014.....	84
Figura 28: Relatos de Violência (100 mil mulheres). Fonte: Ligue 180/SPM 2014.....	87
Figura 29: Estupros (100mil mulheres) em 2014. Fontes: FBSP 2014.....	88
Figura 30: Taxa de Homicídio de Mulheres (por 100mil) Fonte: SIM/MS.....	89
Figura 31: Liberte-se dos rótulos. Feito por: “TDP”	93
Figura 32: Seus espinhos, suas rosas, suas regras. Cartunista: Mariana Reis.....	94
Figura 33: Super-Amélia: a vingança feminista. Cartunista: Crocomila.....	96
Figura 34: #Nãoéamorquando. Realizado pela Secretaria de Políticas para Mulheres.....	97
Figura 35: “Te amo”. Cartunista: Natitun.....	97
Figuras 35 : “Chega de fiufiu” Cartunista: Babi Tubelo.....	98
Figuras 36 : “Chega de fiufiu” Cartunista: Babi Tubelo.....	98

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
CAPÍTULO 01. TEMPOS DA MORDAÇA: revisitando a década de 1960 no Brasil.	8
1.1 O golpe Militar: “conhecendo o terreno”	8
1.2 A coerção social por meio dos Atos Institucionais.....	14
1.3 A censura midiática: o controle sobre o pensar social.	21
Capítulo 02. TEMPOS DE (DES)ORDEM: a imprensa alternativa brasileira.....	32
2.1 O “BOOM” das palavras: poder em foco	34
2.2 O lugar do feminino: resistência ao “cale-se”	37
2.3 A Imprensa feminista e a gênese do jornal <i>NÓS MULHERES</i>.	45
Capítulo 03. MARCAS VISUAIS: mulher, arte e militância	53
3.1 Imagens como documento histórico: apontamentos teóricos	53
3.2 Charges e linguagem no jornal <i>NÓS MULHERES</i>	60
3.3 Militância feminista: pautas de ontem e hoje	79

3.4 A representação da condição feminina entre o passado e o presente	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99

INTRODUÇÃO

Este estudo traz como objeto de análise histórica o protagonismo feminino no jornal *Nós Mulheres*, impresso de 1976 a 1978, em São Paulo-SP, o qual consistiu, primeiramente, em uma resposta feminina a um sistema repressivo político-social, o Regime Ditatorial (1964-1985); em segundo lugar, em uma forma de luta por espaço na imprensa alternativa brasileira que circulou, em grande parte, de modo clandestino durante esse período e, finalmente, no resultado de divergências que ocorreram no seio de partidos populares de esquerda contra o regime militar, os quais exploravam a figura feminina para despistar a perseguição policial e/ou para realizarem a manutenção das “casas” em que ocorriam as reuniões dos partidos de esquerda, como o Partido Comunista Brasileiro e o Partido Comunista do Brasil (COSTA, 2005, p. 5).

O protagonismo feminino se torna alvo desta pesquisa que busca propor a análise de um delicado momento histórico no Brasil, ao se tratar do regime militar, mais especificamente o momento em que nasce, em 1976, o jornal *Nós Mulheres* que contou com 08 edições até 1978; esse jornal concedeu espaço de voz e vez à temática do feminismo por meio de textos, entrevistas e de imagens que aludiam, de certo modo, a um tom político.

Antes de realizar a análise do objeto, é necessária uma contextualização do período que propiciou o surgimento do jornal *Nós Mulheres*. Em 31 de março de 1964, ocorreu o golpe militar que depôs João Goulart (PTB) da Presidência da República, os militares, temendo uma ascensão comunista no Brasil, decretaram diversos Atos Institucionais. Em 1967, o Ato Institucional nº 4, decretado pelo então presidente Castelo Branco (1964-1967), propunha, para além da nova constituição, a Lei de Imprensa que impôs a condição de extinção ou clandestinidade de diversos jornais que se enquadravam ao que deveria ser censurado.

Em 1967, o marechal Costa e Silva (1967-1969) (Arena) toma posse como Presidente da República. Líderes da oposição organizaram uma frente ampla contra o governo militar e a oposição passa a ser reprimida com violência a partir de 1968 e o novo decreto editado, o Ato Institucional nº 5, marca o endurecimento do regime militar, agora abertamente ditatorial. Posteriormente, o General Ernesto Geisel (Arena) (1974-1979), em 1974, assume a presidência, enquanto o MDB conquista uma vitória expressiva nas eleições legislativas. Em 1976, com o “abrandamento” da repressão militar, ocorre a suspensão da censura direta à imprensa (1975) e como consequência o “Boom” da imprensa alternativa no país,

principalmente, no formato de tabloides. A imprensa alternativa expressava de vários modos as tendências ideológicas e partidárias, geralmente, da esquerda.

Assim, o jornal enquanto fonte demonstra que o histórico é tudo aquilo que coloca o historiador diretamente em contato com o seu problema, o jornal *Nós Mulheres* é contextualizado nesse duro período na história brasileira, apresentando não só a resistência feminina, mas também a representação dessas mulheres por meio de charges jornalísticas que abarcam diversos temas, desde a condição feminina, na dupla e até tripla jornada de trabalho, à exploração feminina no espaço de trabalho, a vivência e questões próprias do ser mulher e, principalmente, trazem os fatos da repressão/controlado das mulheres que foram alvo de ambas as partes, pró e contra ao regime. Logo, o jornal e as imagens nele contidas são fontes indiretas para analisar a expressão feminina em tal momento histórico.

Assim, dentro da chave ampla do periodismo, privilegiou-se, nesta pesquisa, o estudo das imagens contidas no jornal, realizadas sob as mais diversas óticas, tendo o caráter de fontes primárias, mostrando-se relevantes, pois possuem, para os estudos históricos, motivo principal de escolha, assim como a especificidade temática do jornal, atualmente muito utilizado, em particular, no âmbito da literatura e da historiografia. É interessante considerar a relevância dos jornais enquanto importantes fontes para a pesquisa histórica e compreendê-los como objetos de estudo da própria história, torna-se necessário se voltar aos discursos produzidos neles e por eles, já que estão condicionados por fatores diversos, dentre os quais se sobressaem o político e o cultural.

A imprensa necessita ser analisada à luz do seu tempo histórico, pois é fruto dos eventos que marcaram o seu período, assim expressa Tânia Regina de Luca: “ao lado da imprensa e por meio da imprensa o jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica” (2005, p. 118). Desse modo, é importante para o pesquisador reconhecer as diretrizes que o norteiam. A fonte utilizada no jornal *Nós Mulheres*, para a realização desta pesquisa, concentra seu estudo na análise de imagens que não ilustram os textos e sim expressam por si só um caráter político (o feminismo) e partidário (esquerda).

A imagem possui dois espaços determinantes para a percepção, primeiramente o olhar do autor, quem a produziu, e o olhar do público que a recebe. Assim, as imagens são produto cultural de uma sociedade situada em um determinado momento histórico. Por mais que a percepção da imagem tenha um caráter por vezes muito semelhante ao atual tempo presente, carece distanciar-se das questões semelhantes do momento presente e se voltar para a memória, para o tempo passado.

Então, a proposta desta pesquisa, de observar o jornal *Nós Mulheres*, vem como um meio de acesso ao fato histórico da repressão política-civil que ocorreu no período da Ditadura Militar, pela ótica feminina em que viveram tal momento e o expressou na articulação organizada de mulheres, na resistência, na militância feminista, pelos jornais e também por intermédio da produção de imagens para representar como foi ser mulher durante o regime ditatorial no Brasil. E, ao observar a condição dessas mulheres, nota-se as denúncias que essas realizavam não só sobre um estado ditatorial, mas também a cultura de massa, as condições de trabalho da mulher e principalmente da cultura patriarcal em que essas se sentiam duplamente controladas e exploradas, não só pelos grandes olhos atentos do Estado Ditatorial que não dava vez a ninguém, mas também pela cultura machista que continuamente se manifestava (e se manifesta) em pequenas ações no cotidiano.

No que tange à exploração, tratou-se justamente de criticar a desvalorização da carga de trabalho posta à mulher. O trabalho feminino não era valorizado e ainda era visto como obrigação propriamente da mulher, independente da classe em que ela se encontrava, era visto também como campo privado e seus temas propriamente postos de natureza feminina, não enquanto uma construção social que determinava o campo público aos homens e o privado às mulheres.

Para chegar a essa análise acerca do [ser mulher durante as duas décadas do regime militar], esta pesquisa buscou esmiuçar o terreno que propiciou a tomada de consciência feminina e sua articulação enquanto grupo organizado, pois foi somente diante da repressão e violência direta que muitas mulheres trabalhadoras tiveram consciência de que a repressão não era somente uma e que desde o momento que se descobriram mulheres, compreenderam que dali o controle sobre seus corpos começava muito cedo. Assim, esta pesquisa buscou observar, primeiramente, questões macro, apontando historiadores da área e discussões sobre o funcionamento do governo de caráter militar, a institucionalização da violência e do terror de Estado e suas coerções que buscaram controlar corpos enquanto inimigos internos dentro da nação brasileira.

Com o avanço de discussões sobre esse quadro, esta pesquisa começa a se voltar para o particular, buscando observar motivos possíveis que levaram a dissidências dentro de grupos contrários ao regime ditatorial que acabou por levar à criação de grupos de mulheres para elas terem vez e voz dentro do movimento e, por fim, causas específicas dentro desses grupos de mulheres que levaram a discussões sobre qual seria o propósito do feminismo para essas mulheres que, ao levar a divergências, gerou-se modos diferentes do feminismo no Brasil, com suas próprias pautas, o que seria diferente da Segunda Onda Feminista (1960-1980) que

ocorria em todo o globo. E que então culminaria na criação de um dos poucos jornais no país abertamente feminista, o Nós Mulheres.

Por fim, além de tratar sobre os temas feministas durante o regime, a pesquisa caminhou da segunda onda feminista no Brasil, explicitando não só a abertura política, mas a articulação feminista que tomou forma após o Ano da Mulher, determinado pela ONU em 1975. Independentemente do regime, as mulheres tiveram seguridade internacional para poder se articularem em grupos, e com a proclamação da década da mulher, pela ONU, de 1975 a 1985.

Observou-se, após a década de 1970, maior apelo dessas mulheres articuladas em prol de seus direitos, não só da anistia, mas também de denúncias da exploração feminina e da violência contra mulheres, a partir da consolidação do movimento feminista no Brasil, culminou-se a Terceira Onda Feminista que chegou até a atualidade, a qual, igualmente, será explorada por eventos de reivindicação feminista e também por meio de charges atuais pela pesquisa a fim de apresentar as possíveis rupturas históricas, mas também as suas permanências.

Capítulo 01. TEMPOS DA MORDAÇA: revisitando a década de 1960 no Brasil.

O presente capítulo tem como interesse desenvolver o ambiente para estabelecer o recorte temporal dessa pesquisa. Vem, como um modo introdutório, para explorar todas as questões políticas e sociais que permearam os sujeitos históricos ali presentes em um determinado momento no tempo.

Em escala mundial, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o mundo partiu-se em uma bipolaridade de conflitos de poderes, comumente conhecida como Guerra Fria, que teve duração de 1945 a 1991. E, nesse contexto, houve conflitos políticos por toda a América Latina, de modo mais intenso após o ano de 1959, seguindo as décadas posteriores. E o Brasil, por ter relações estreitas com a economia Norte Americana, se viu nessa desavença, fato que ocasionou, mais tarde, uma política protecionista, no Brasil, pautada na ideologia da Segurança Nacional contra qualquer discurso dito como subversivo, ou então qualquer oposição ao regime, à época, vigente, o qual será maior melhor explorado posteriormente. Sob esse aspecto, o item seguinte trará, em foco, o quadro que propiciou o golpe militar e a implantação de tal regime que perdurou por 21 anos; esse capítulo tem o intuito de demonstrar esse cenário político vivenciado no Brasil, e, para isso, iremos tomar conhecimento do “terreno” para adentrar história a dentro.

1.1 O golpe Militar: “conhecendo o terreno”

Jânio Quadros, em seu breve mandato, teve de lidar com a crise monetária crescente, onde em que as classes mais inferiores acabavam por pagar caro, pois recebiam menos e não possuíam condições de qualidade de vida e/ou consumo o que, conseqüentemente, levou a um abalo econômico no Brasil, sendo um dos fatores que, futuramente, levaria ao descontentamento social. Em 1961, Jânio Quadros renunciou com apenas sete meses de mandato, no qual foi eleito com apoio da elite conservadora UDN (União Democrática Nacional) e de trabalhadores que o conheceram em outros mandatos no estado de São Paulo. Jânio Quadros deixou o mandato com a pretensão de realizar um golpe pois planejava, ao sair, voltar aclamado e com mais poderes. O que não deu muito certo. E assim, João Goulart, com apoio do congresso nacional, apesar da oposição, foi muito bem votando pelas camadas mais populares e assumiu a presidência sem ser *impeachmado*.

Entretanto, em setembro de 1961, João Goulart assume a presidência da república sob emenda do parlamentarismo. Mesmo sofrendo com oposições dentro do governo e apesar das intensas propagandas de empresários do Ipês/Ibad contra o governo, as reformas propostas por João Goulart e contra a ameaça comunista perpetuaram. Ademais, João Goulart possuía grande apoio popular, desde a vice-presidência, devido ao fato de ter aprovado o décimo terceiro salário, já embrionário no governo de Getúlio Vargas.

O parlamentarismo, sem dar mais conta da administração política, mudando com frequência de ministros que foi um total de três entre os anos de 1961 a 1962. Diante de tal situação, Jango conseguiu antecipar o plebiscito que julgaria a permanência ou não do parlamentarismo e teve, em 1963, uma significativa conquista do modelo presidencialista através da consulta popular que era constituída por diversas forças heterogênicas: empresários, candidatos ao pleito presidencial da esquerda, sendo que essa última propôs mobilização social e realizou a “Frente de Mobilização Popular” para o reestabelecimento do presidencialismo e o fim do parlamentarismo. Em 1963, após votação contra o parlamentarismo, houve a retomada do presidencialismo com João Goulart dispondo de plenos poderes em seu cargo. Antes mesmo da votação, João Goulart já expressava o sentimento de triunfo do plebiscito, já divulgando o Plano Trienal realizado pelo ministro do Planejamento Celso Furtado.

O historiador Carlos Fico (2014) atenta para a postura de Jango ser um tanto duvidosa, pois, segundo ele, Jango aparentava manifestar o interesse de garantir uma reeleição - o que, na época, não era permitido -, tentando atender aos interesses de ambos os lados, com algumas promessas desenvolvimentistas para aproximar a direita e com a proposta da reforma de bases para, igualmente, atrair a esquerda, com uma interpretação de caráter trabalhista discutida pelo PCB no fim dos anos 1950, que acabaram por desagradar de todo a oposição do seu Governo. Entretanto, foi essa proposta da reforma de bases e do comício do dia 13 de março que resultou no medo de uma ameaça comunista pelo levante da esquerda. Então, as marchas com Deus pela família e liberdade trouxe um apoio significativo da esquerda e das massas, e o apoio popular levou Jango a se posicionar e abraçar a esquerda, o que o levou à garantia de uma boa votação no plebiscito e um público a seu favor, e gerou, igualmente, grupos da direita desfavoráveis a tal governo.

O cientista político uruguaio René Armand Dreifuss, também graduado em história, apontando em seu trabalho a especificidade do caso brasileiro, indica que não havia uma liderança política opositora ao governo de Jânio Quadros ou anterior com Juscelino

Kubitschek. Igualmente, o historiador advoga que havia desequilíbrio entre os poderes/domínios econômico, capital, multinacional, e na economia brasileira, demonstrando a falta de uma liderança, o que mostra que esses grupos pertencentes a setores oligárquicos e a burguesia tradicional se apresentavam divergentes a uma política de caráter “populista”, semelhantes ao que era praticado por Getúlio Vargas.

E, como resultado, a união desses grupos ou blocos organizados com a pretensão de realizar uma “pressão”, por “federações profissionais de classe, escritórios técnicos e anéis burocrático-empresariais com o objetivo de conseguir que seus interesses tivessem expressão a nível de governo” (DREIFUSS apud FICO, 2014, p. 35); e, assim, realizar a manutenção no estilo do regime de cunho populista que atenderia às classes populares e se modificaria para um outro modelo de caráter coercitivo.

Para tanto, Dreifuss (DREIFUSS apud FICO, 2014) embasa a sua tese em documentos encontrados no Arquivo Nacional onde demonstram atividades dos Institutos de Pesquisas e Estudos sociais (Ipes) e, também, no Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad). E, segundo ele, o “complexo Ipes/Ibad” tinha diversos modos de operação em linhas de frente diversificadas, que promoviam campanhas de divulgação por inúmeros meios através de propagandas midiáticas via rádio, editoras, cinema, televisão; igualmente por palestras, entrevistas à imprensa, debates, simpósios, livros, etc. Tendo como conteúdo o interesse de realizar uma “doutrinação anticomunista/socialista”, esta ala conservadora apresentava problemas como: atraso das oligarquias rurais, o Estado intervencionista, a “corrupção” do populismo, todos, assim, expressados nesses múltiplos suportes; com o intuito de realizar um bloco modernizante-conservador, por meio da sua campanha ideológica e de tomar o apoio de parte do Executivo existente, até então, e também de reunir as classes médias contra o governo de Goulart. (DREIFUSS apud FICO, 2014, p. 36).

Conforme esse autor, as tentativas de coibir a tomada de João Goulart à presidência, via lei, não foram efetivadas. E como, igualmente, as práticas ideológicas não foram capazes de impor um consenso na sociedade brasileira e, muito menos, o foram de realizar uma mudança no controle do regime, aproveitaram o alvoroço social instalado para, segundo este, conseguir apoio por parte das Forças Armadas, para “coordenar e integrar os vários grupos militares, conspirando contra o governo, e, de certa forma, proporcionar o exigido raciocínio estratégico para o golpe” (DREIFUSS apud FICO, 2014, p. 36).

Desse modo, Dreifuss (2014) defendia a tese de que o golpe de 1964 se tratou de um golpe civil-militar, na perspectiva desse autor, cujas Forças Armadas contaram com o apoio ativo e ação direta para a conspiração militar; sendo assim não um golpe das Forças Armadas contra João Goulart, mas um golpe culminado por uma ação civil e militar (DREIFUSS apud, FICO, 2014, p. 36). E para sustentar essa tese, Dreifuss (2014) aponta que o comando do novo regime era de caráter apartidário e que grandes cargos durante o governo Castelo Branco foram atribuídos a “homens-chave dos grandes empreendimentos industriais e financeiros e de interesses multinacionais juntamente articulados a interesses do bloco multinacional e associado”. (DREIFUSS apud FICO, 2014, p. 36).

Entretanto, para o historiador Carlos Fico (2014), atenta para perspectiva que contrapõe à de Dreifuss, o qual aponta que se caso o golpe realmente fora dado por parte de civis e militares, quem se sobressaiu, nesse caso, foram os militares. Houve uma gênese da polícia política, gerando um regime de feição militar, e os militares que ocupavam grandes cargos nas agências governamentais abandonaram a “cartilha liberal” ainda mais com a estatização intervencionista do Estado por causa da implantação de um regime militar. Então, então para o historiador, trata-se de uma Ditadura de cunho Militar. Para confirmar sua tese, o autor aponta que, desde o início, o golpe foi realizado por tropas militares, por isso, é indiscutível o fato de que as primeiras movimentações foram realizadas por militares e, na montagem do governo, as elaborações dos Atos Institucionais demonstram o caráter militar na estruturação do novo regime (FICO, 2014, p. 38).

Porém, em alguns aspectos, esses dois autores concordam, e que, de fato, como demonstrado por Dreifuss (2014), importantes cargos do primeiro escalão foram atribuídos aos “ipesianos” civis, e algumas características do primeiro governo, Castelo Branco, traçaram os princípios financeiros a fim de atrair o capital internacional (FICO, 2014, p. 40). Entretanto, em relação ao governo posterior, Costa e Silva demonstraram uma progressiva militarização do regime até os presidentes subsequentes. Outros aspectos que embasam a perspectiva de Fico que são as coerções militares realizadas para “resolver” as sucessivas crises e, posteriormente, a implantação do mecanismo coercitivo, no qual envolvia militares em uma articulação no estilo “polícia política” como aponta o autor e, igualmente, a “sucessiva leva de militares passou a ocupar cargos em importantes agências governamentais” (FICO, 2014, p. 38), expressando assim um regime de caráter militar, ou seja, uma ditadura militar.

Para tanto, Carlos Fico (2014) apoia sua perspectiva à de outro autor que segue uma vertente diferente da de Dreifuss (2014), Gláucio Ary Dillon Soares o qual realizou críticas à pesquisa de caráter marxista que privilegia as explicações econômicas e subestima os demais acontecimentos que permeiam os eventos, apesar de a burguesia econômica ter apoiado em peso o golpe militar, e que, segundo ele, não foi o bastante para culminar no golpe, e que, discordando da perspectiva de Dreifuss (2014) que acreditava no complexo Ipes/Ibad, alegou uma articulação conspiratória centralizada que propiciou o golpe. Soares (SOARES apud FICO, 2014) afirma que, na verdade, se tratava de um “caos conspiratório”, que ocorria no interior do Brasil e que não houve uma articulação homogênea conspiratória a nível nacional, como será desenvolvido posteriormente neste trabalho. Ainda, segundo Soares (SOARES apud FICO, 2014), não houve uma “conspiração dos militares com apoio dos grupos econômicos brasileiros”, e, seguindo esse pensamento, o autor então realiza críticas à ideia da “conquista do Estado” pelos Ipes/Ibad, apontado, por meio de suas pesquisas, que o golpe realizado de modo prevaemente pelos próprios militares, de forma desarticulada, pretendia apenas realizar uma ação imediata (depor Jango) e realizar uma “limpeza” nas instituições, ação que foi fruto do discurso anticomunista e das problemáticas que se voltavam à questão da indisciplina, gerando descontentamento por parte dos militares (SOARES apud FICO, 2014, p. 39). Sendo assim, Soares (2014) chama a atenção para a análise da questão militar enquanto grupo protagonista da ação do golpe e da implantação de um regime essencialmente militar:

“As interpretações iniciais do golpe militar enfatizaram suas causas econômicas, em parte devido à predisposição genérica de aceitar explicações econômicas, em parte devido à relativa simultaneidade do fim da etapa fácil da substituição de importações e da eclosão de regimes militares na América Latina. O economicismo do pensamento político e social na América Latina fez com que se fosse buscar nas elites econômicas os responsáveis pelo golpe. O golpe, porém, foi essencialmente militar: não foi dado pela burguesia ou pela classe média, independentemente do apoio que estas lhes prestaram”. (SOARES apud FICO, 2014, p. 38)

Para além dessa questão, a partir de seu trabalho e pesquisas realizadas pela equipe CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, São Paulo - SP), Soares concluiu que os militares pouco se importavam com o apoio militar

norte-americano, sendo que tal questão, por vezes, fora bastante aclamada por outros pesquisadores brasileiros acerca do tema. (SOARES apud FICO, 2014 p. 43).

Para o marxista Jacob Gorender (2014), a conspiração foi descentralizada: “é uma ideia falsa a de que os golpistas estivessem fortemente articulados. Pelo contrário, a articulação era frouxa e havia muita desconexão” (GORENDER apud FICO, 2014, p. 42). Carlos Fico, então, aponta Argelina Figueiredo que para além dessa perspectiva, a qual atenta que “a conspiração foi uma condição necessária, mas não suficiente, para o sucesso do golpe de 1964” (FIGUEIREDO apud FICO, 2014, p. 42).

Fico (2014), quanto a essa questão do golpe, salienta em suas análises que é certo o fato de que a ação dos empresários era obter o enfraquecimento do governo de João Goulart por via midiática com propagandas ideológicas e a concentração da classe média, dentre outras ações, mas a atuação militar que se deu em focos de conspirações manifestados de modo disperso, em diferentes regiões do Brasil, considerando que isso não se deu de um modo articulado e homogêneo. E, se não fosse por essa mobilização por parte dos empresários e as Marchas com Deus pela família e Liberdade que ocorreu em cerca de 51 municípios em diversos estados, a conspiração do golpe seria impossível de se realizar. Entretanto, o autor aponta que se deve observar essas questões de modo separado e saber diferenciar uma ação desestabilizadora da conspiração do golpe enquanto fatores divergentes e não articulados.

Ademais, por mais que a ação para o desequilíbrio no governo fosse articulada, isso não se deu nas conspirações golpistas militares, ocorrendo, até mesmo de modo imprevisto pelos autores do golpe, às vésperas do dia 31 de março de 1964, o que demonstrou uma ação militar pouco articulada e planejada e, também, atuações de modo imprevistas (FICO, 2014, p. 42).

Fico (2014) ainda aponta que, nos últimos dias de março, as ações conspiratórias se intensificaram e eram articuladas entre oficiais superiores, oficiais-generais, parlamentares, governadores e empresários. Por mais que a ação civil não tenha sido decisória para a conjuração do golpe, serviu para articular a massa e desestabilizar o governo, entretanto, o golpe dependeu justamente da ação militar. O golpe estava previsto posteriormente ao dia 31; no entanto, até mesmo os próprios conspiradores foram surpreendidos pelas ações precipitadas das tropas da 4ª Região Militar de Juiz de Fora

(MG) comandadas por Olympio Morão Filho, sendo que esse mesmo personagem foi atuante ativo do movimento integralista nos anos de 1930. (FICO, 2014, p. 16).

Diante da ação ofensiva de Mourão, Goulart caiu sem resistência, de acordo com Fico (2014), e Jango o fez sem relutar, possivelmente, com receio de um conflito civil ou então apenas constatou que resistir não resultaria em nada, pois o golpe estava feito. Jango perdeu seu posto, foi para o Rio Grande do Sul e, mais tarde, para o Uruguai. E faleceu em 6 de dezembro de 1976, em Mercedes na Argentina.

O general Arthur da Costa e Silva autoneomeou-se no dia 1 de abril comandante do exército nacional e assumiu o controle do Comando Supremo da Revolução, juntamente com o vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald e o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo. Com a saída de João Goulart e o Palácio Guanabara tomado, o senador e presidente do Senado, Auro de Moura de Andrade, convocou, no dia 2 de abril de 1964, uma sessão extraordinária para declarar a vacância do posto da presidência, onde o presidente da câmara dos deputados Ranieri Mazzilli assumiu como presidente da república, sem atender ao ofício de Darcy Ribeiro que pretendia dar mais tempo para alguma ação de João Goulart, o que foi uma tentativa em vão.

Assim, posteriormente, os governadores, em uma reunião no Palácio Guanabara, indicaram o nome de Castelo Branco para a presidência da República, mesmo com muita relutância de Costa e Silva que discordava da indicação de um militar para a posse da presidência, mas foi convencido, por meio de um acordo, que, após o governo de Castelo Branco, ele seria o presidente sucessor.

1.2A coerção social por meio dos Atos Institucionais.

Antes de entrar propriamente neste tópico, vale explicitar o que seria coerção social. Para o sociólogo Émile Durkheim (1858-1917), a sociedade se manifesta como fato objetivo e externo, uma vez que indivíduos estão inseridos na mesma, estes estão sujeitos a predefinições/predeterminações já estruturadas, socialmente, por meio de rupturas e/ou permanências históricas de práticas político/socioculturais que se fazem presentes.

O fato social, um termo desenvolvido pelo autor, compreende aquilo que é geral no conjunto de determinada sociedade referindo-se, ao mesmo tempo, a uma espécie de

existência própria que se manifesta independentemente das manifestações individuais, levando em conta o coletivo e não o individual, o que inclui: valores sociais, normatizações, linguagem, comportamentos, representações sociais e etc. Para Émilie Durkheim (1895), coerção social é uma das características do “fato social”, sendo que esta se manifesta enquanto força que impõe ao indivíduo formas e condutas postas nas representações coletivas e regras de comportamento, que abrangem desde relações familiares a códigos legais institucionalizados.

Assim, ao se levantar esses aspectos, nota-se que tudo aquilo que compreende o processo de socialização implica, igualmente, um alto grau de coerção, seja de modo direto, seja de modo indireto. Além disso, o autor aponta que o fato social é passível de penalidade, e para o mesmo o grau de coerção dos fatos sócias são expressas punições que os indivíduos estão sujeitos. São elas: punições espontâneas, que seriam infrações de normas sociais de um grupo que se manifestam em simples censura à ação violenta; e punições legais: prescritas pela sociedade sob a forma de leis.

Explicitando acerca do tema, a instauração do golpe militar se deu, principalmente, por meio do controle e da coerção, o qual o inimigo identificado como subversivo estaria passível a sofrer punições quanto a sua conduta que poderia ferir a “ordem” determinada, baseada na ideologia de Segurança Nacional após o golpe vitorioso, tal qual esse último demonstrou ser um aspecto determinante para a postura do novo regime de cunho ditatorial.

Em setembro de 1947, foi assinado, no Rio de Janeiro, o tratado internacional de “Assistência Recíproca” em que qualquer ataque armado, seja qual fosse, o Estado deveria ser considerado como uma investida a todos os demais Estados americanos envolvidos em tal “assistência” e, conseqüentemente, para uma das partes contratantes, se comprometeria a auxiliar no cumprimento do ataque (US. DEPARTAMENT PF STATE, 2017 apud STEPHAN, 2015, p.06).

Entretanto, de acordo com os estudos de Cláudia Stephan, o Brasil já experimenta o anticomunismo desde a política de Vargas em meados da década de 1930. Posteriormente, o país presenciou a Nova Lei de Segurança Nacional de nº 1.802 em 1953. Para tanto, é coerente explicitar que a Doutrina de Segurança Nacional no Brasil deu-se pela Escola Superior de Guerra em 1949, que teve sua gênese pela influência da Doutrina Truman a qual se traduziu em diversos acordos econômicos e tecnológicos para além da política baseada na ideologia democrática-capitalista. Há duas hipóteses para a implantação: a primeira é a

evolução Natural do Estado brasileiro que expressou interesse em desenvolver uma doutrina de segurança nos moldes estadunidenses. A segunda seria por influência ideológica estadunidense. (STEPHAN, 2015, p.10-11)

De acordo com os estudos desenvolvidos por Cecília Maria Bouças Coimbra (2000), a Doutrina de Segurança Nacional passou por transformações em suas concepções no final dos anos 1950 e, inicialmente, adotava o conceito de “defesa nacional” por meio da proteção de fronteiras contra eventuais ataques externos. Tal concepção se adaptou a uma nova doutrina que se sobrepõe ao bem-estar social. Quando a segurança da nação se viu sob qualquer ameaça, ou ameaças denominadas “forças internas de agitação”, que se sucedeu em ser combatido enquanto principal inimigo, este se denominava como “inimigo interno”; e, sob essa condição, passou a sacrificar o bem-estar social exercendo controle sobre a liberdade, e os direitos individuais garantidos, constitucionalmente, passaram a ser sacrificados em prol da segurança. Então, para isso, o sistema de segurança do Estado passou por uma ampla mudança, e tudo isso se deu devido à condição da bipolarização global durante a guerra fria. Assim todo e qualquer cidadão estava sob a suspeita de subversivo, caso supostamente ameaçasse a segurança do Estado brasileiro, como demonstra o discurso do General Breno Borges Fortes, comandante do Estado Maior de Exercício, no pronunciamento na 10ª Conferência dos Exércitos Americanos, realizada em Caracas, em 1973:

O inimigo (...) usa mimetismo, se adapta a qualquer ambiente e usa todos os meios, lícitos e ilícitos, para lograr seus objetivos. Ele se disfarça de sacerdote ou professor, de aluno ou de camponês, de vigilante defensor da democracia ou de intelectual avançado, (...); vai ao campo e às escolas, às fábricas e às igrejas, à cátedra e à magistratura (...); enfim, desempenhará qualquer papel que considerar conveniente para enganar, mentir e conquistar a boa fé dos povos ocidentais. Daí porque a preocupação dos Exércitos em termos de segurança do continente deve consistir na manutenção da segurança interna frente ao inimigo principal; este inimigo, para o Brasil, continua sendo a subversão provocada e alimentada pelo movimento comunista internacional. (Jornal da Tarde, 1973, apud, COIMBRA, 2000, p. 11).

Como resultado, Coimbra aponta que a Doutrina de Segurança Nacional projetou regras e leis que abrangeram todos os setores da vida dentro da nação brasileira. Isso se deu por meio da Emenda Constitucional nº 1.169, a qual alterou o direito público brasileiro e

subjugou os direitos políticos-jurídicos ao anular os poderes constitucionais do legislativo, até então, vigentes, o que estruturou, na prática, um Estado de Segurança Nacional que se institucionalizou por meio dos Atos Institucionais, que se aprimoraram na Constituição de janeiro de 1967; pois, por via desta, o Poder Executivo apoderou-se das principais garantias da segurança nacional, o que permitiu que o Presidente da República conseguisse “*ad referendum*” do Congresso Nacional.

Em fevereiro do mesmo ano, a primeira lei de Segurança Nacional demonstrou, inclusive, as características combativas da “linha dura” que não possuía esse nome por acaso. Deste modo, em caso de subversão, poderiam promulgar decretos com poder de lei acerca da segurança da nação. Ampliaram-se, também, os poderes e as regalias das Forças Armadas e, conseqüentemente, do Conselho de Segurança Nacional, sendo que essa última fora a instituição de poder máximo durante o regime e que, a partir dela, foram traçadas atividades que ditariam as regras durante o regime, como aponta, abaixo, o texto citado por Coimbra, de um trabalho realizado pela Arquidiocese de São Paulo, no projeto intitulado “Brasil Nunca Mais” de 1985 (COIMBRA, 2000, p. 14):

Através do Conselho de Segurança Nacional, entidade máxima do regime, foram traçados os 'objetivos nacionais permanentes' e as 'bases para a política nacional' e, de acordo com esses objetivos, foram editados, pelo Poder Executivo, decretos, decretos-lei, atos institucionais, e apresentados ao Parlamento projetos de lei e emendas constitucionais; quando necessário, foram editados, até mesmo, os 'Decretos Secretos' (Arquidiocese de São Paulo, 1985a, p. 82 apud COIMBRA, 2000, 14).

Com a instituição do Golpe Militar, no dia 01 de abril de 1964, não era possível somente a busca da propagação da ideologia da Doutrina de Segurança Nacional para garantir seu estabelecimento. Por isso, fez-se necessário, de fato, institucionalizar o novo poder vigente para que este pudesse buscar meios de “legalizar” o golpe, e, assim, tentou-se a positivação por meio jurídico que seria o conhecido “Ato Institucional” (AI), o qual trata-se de uma espécie de ações/atos de ordem legislativa, e isso demonstrou um traço particular desse modelo que possibilitou a modificação constitucional concedida por vias estatais e dos poderes governantes; e, por mais que os atos fossem de caráter arbitrário do Poder Executivo ou de quem simbolizasse tal, momentaneamente, o programa de reformas foi denominado “Revolução Vencedora”. Durante o período de perduração da Ditadura Militar, foram editados num total de dezessete (17) Atos Institucionais. O primeiro foi editado em 09 de abril

de 1964 e o último no dia 14 de outubro de 1969. Dentre esses Atos Institucionais, doze foram editados dentro de um período de 11 meses apenas, que seriam os Atos 05 ao 17.

Os Atos Institucionais acabaram por exercer o papel de restrição dos direitos e garantias fundamentais presentes na Constituição Brasileira. Entretanto, com a promulgação das Constituições de 1967 e de 1969, abriram-se brechas para tornarem legais algumas ações desses AI que, anteriormente (e mesmo posteriormente), iriam contra os ditames constitucionais. Os AI tiveram então o papel de realizar a violação de direitos fundamentais durante o período da Ditadura Militar, porém apresentaram certa legalidade devido a todo o ambiente do período, assim como demonstra o texto que antecede o primeiro Ato Institucional, isto é, foi devido ao fato de ser uma “revolução vitoriosa” legítima por si mesma, como o Poder Constituinte, tal qual, usurpando-se do poder anterior, impôs a construção de um novo governo. Assim, por ação das Forças Armadas, impuseram a força normativa editando normas jurídicas, ou seja, um meio de assegurar o novo governo sob a falácia de “urgentes problemas” de ordem interna, tornando os indivíduos inimigos internos da Nação, caso se mostrassem suspeitos de subversão.

O Ato Institucional 01, que só ganhou uma numeração, após a publicação dos posteriores, previra em si a abrangência do poder do Presidente da República que foi posta a este a “possibilidade de remeter ao Congresso Nacional projetos de emendas da Constituição”. Juntamente com o AI-1, instituiu-se o Superior Tribunal Militar cujo foro especial poderia igualmente “julgar” os civis e, assim, realizar a repressão de crimes que atentavam a segurança nacional ou, então, daquilo entrasse em desacordo com as instituições militares que prevaleciam sobre qualquer outra competência.

Segundo os estudos desenvolvidos por Rogério Barros Sganzerla, os AI não se sobrepuseram à constituição, pois faziam uso das brechas encontradas na constituição. Nas Constituições de 1967 e de 1969, o texto previa, no original, a não exclusão da apreciação por meio da lei. Todavia, desde a instituição do AI-1 - posteriormente aprimorado pelo AI-2 -, nelas já constavam a previsão de exclusão da apreciação judicial sob quaisquer atos praticados pelo Comando Supremo da Revolução e pelo Governo Federal por meio do fundamento do AI, bem como os seus respectivos efeitos, demonstrando que não garantia, assim, a apreciação do Poder Judiciário de lesão ou ameaça ao direito civil. Esse caso se agravou com a emenda posta em 1977 na constituição que restringiu, mais ainda, a apreciação do judiciário ao esgotamento prévio das esferas administrativas (SGANZERLA, 2015, p. 300).

No que tange à constituição de 1967 e 1969 acerca das liberdades individuais, há demonstradas três garantias que abordam o tema:

- a) liberdade de reunião, sem armas, mediante aviso prévio à autoridade competente; b) liberdade de consciência, de crença e o livre exercício dos cultos religiosos e c) liberdade de manifestação do pensamento, a convicção política ou filosófica. (SGANZERLA, 2015, p. 301)

Por meio constitucional, poderiam ocorrer restrições/coerções, caso estes citados infringissem a ordem mantida ou contestassem os ditames de “ordem pública” e os “bons costumes” (no que diz respeito à consciência e à crença) e censura a respeito do pensamento, convicção política e/ou filosófica. O Ato Institucional nº 02 previa a mesma restrição contida nas Constituições de 1967 e de 1969 a respeito desses direitos, que esclarecia o seguinte: “*não será tolerada a propaganda de guerra, subversão da ordem ou de preconceitos de raça ou de classe*”. (SGANZERLA, 2015, p. 05).

Como forma de controle e punição da manifestação de pensamentos que eram divergentes às alterações previstas na Constituições, apresentaram, assim, exceções para a “pena de morte, prisão perpétua, de banimento e confisco” - em caso de guerra adversa como revolucionária ou subversiva -. O AI-1 encaminhou a possibilidade da instauração de processos individuais e/ou coletivos para apurar questões que condiziam com a guerra revolucionária, O AI-2 aumentou, mais ainda, a viabilidade da repressão ao permitir ou deliberar Estado de Sítio e ao buscar prevenir ou reprimir a subversão interna, garantido o vigor constitucional. Com o AI-5, explicitou-se a possibilidade de pena de confisco no caso de enriquecimento ilícito. Além disso, previam o endurecimento das restrições no que diz respeito aos direitos políticos dos cidadãos. As Constituições de 67 e 69 prenunciavam a “suspensão dos direitos individuais ou políticos” (SGANZERLA, 2015, p. 05) em abuso da finalidade de subversão do regime democrático ou de corrupção.

O Ato Institucional nº1 previa a suspensão de casos de “*interesse de paz e de “honra nacional*”. E, nele, previa também:

- (I) cessão do privilégio de foro por prerrogativa de função”; (II) suspensão do direito de votar e ser votados em eleições sindicais; (III) a proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política; (IV) aplicação, quando necessária, das medidas de segurança. O que levava a “(a) a liberdade vigiada; (b) proibição de frequentar determinados lugares; (c) domicílio determinado. E isso se voltava especialmente aos servidores públicos, estes poderiam ter suas

garantias trabalhistas sem prazo certo. (BRANCO; MELLO; GRUNEWALD 1964.)

Esses atos não chegam aos pés do problema que tange ao estabelecimento do AI-5 que previa a suspensão do *habeas corpus* no caso de crimes de cunho político e qualquer ação que poderia ameaçar a ordem da segurança nacional ou, então, a ordem economia social e a economia popular. E este aspecto vai contra o que foi proposto nas Constituição de 1967 e de 1969 no art. 153, § 20, pois ambas as constituições garantiam o *habeas corpus* ¹sempre que algum indivíduo sofresse ou se sentisse ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder. (SGANZERLA, 2015, p. 06).

Com exceção desse aspecto, é possível notar que, de acordo com o autor, os Atos Institucionais aproveitavam das brechas constitucionais, pois os Atos Institucionais previam: coagir os indivíduos por meio da restrição dos direitos, tal como a inviolabilidade do domicílio do indivíduo; direito à liberdade de manifestação de pensamento, às convicções filosóficas ou políticas; direito de apreciação do Poder Judiciário sob qualquer ameaça/ lesão de direito; direito a ser processado, em ser sentenciado por autoridade competente; direitos inerentes ao Tribunal do Júri; direito de liberdade de reunião, sem armas, mediante a aviso prévio à autoridade competente; direito de liberdade de consciência, de crença e ao livre exercício de cultos religiosos e direito de não haver pena de morte, confisco, banimento e de caráter perpétuo e a suspensão dos direitos públicos. No mesmo sentido, segundo o autor Segundo o autor Sganzerla (2015), o AI-5 previa: a autorização, de modo excepcional, do presidente da Nação à apreciação judicial; decretar o recesso do Congresso Nacional; o poder de intervir em estados e municípios; a cassação de mandatos de parlamentares e a suspensão, por dez anos, dos direitos políticos, não somente desses parlamentares, como de qualquer outro cidadão; e, também, decretar o confisco de bens considerando quaisquer violações previstas no AI-5, havendo a possibilidade de tais indivíduos serem penalizados com o confisco de bens, inquéritos e a processos tanto coletivos como individuais. E o mais drástico de todos os outros, o AI-5 expressava uma característica marcante do enrijecimento do regime que foi a suspensão do *habeas corpus*, demonstrando, neste momento, não só o interesse de realizar a manutenção da “revolução” de 1964, como, também, o caráter de um regime abertamente ditatorial.

¹ *habeas corpus*: ação judicial com o objetivo de proteger o direito de liberdade de locomoção lesado ou ameaçado por ato abusivo de autoridade.

Devido à decretação do estado de sítio, foi possível recorrer ao Poder Judiciário e, conseqüentemente, tornar-se inviável questionar o teor dos Atos Institucionais, e que, em prol da “paz” e da “honra nacional”, permitiu a suspensão dos direitos políticos, importando também a restrições nos direitos individuais, tal como a locomoção. O AI-5, então, permitia a suspensão do *habeas corpus* em caso de crimes políticos e a violação dos direitos humanos em prol da segurança nacional, da ordem econômica social e popular.

1.2 A censura midiática: o controle sobre o pensar social.

No dia 09 de fevereiro de 1967, foi sancionada a Lei de Imprensa de nº 5.250. (FICO, 2014, p. 211), fruto de uma longa estruturação de controle das circulações de informações. Tal feito pode ser estabelecido a partir da criação do SNI (Serviço Nacional de Informações), criado ainda em 1964, e, posteriormente, surgiu a Lei nº 4.341, a qual já explicita seu interesse nos dois primeiros artigos:

Art 1º É criado, como órgão da Presidência da República, o Serviço Nacional de Informações (SNI), o qual, para os assuntos atinentes à Segurança Nacional, operará também em proveito do Conselho de Segurança Nacional. Art 2º O Serviço Nacional de Informações tem por finalidade superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional. (BRANCO, 1964)

A partir da criação da SNI, deu-se o princípio para legitimar um discurso que favorecesse a acentuação da repressão militar, e isso fez com que os indivíduos dessa instituição disseminassem a toda comunidade de informação até a estrutura governamental as ideias que acabariam por justificar a ação da polícia política (FICO, 2014, p. 80) e, também, contribui, posteriormente, para a institucionalização do Ato nº5 e para a criação, no final dos anos 1960, os sistemas DOI-CODI (Centro de Operações de Defesa Interna – Destacamento de Operações de Informações) e o CIE (Centro de Informações do Exército). Esses institutos acabaram por compor uma ampla rede de controle e espionagem em uma operação de “divisões de segurança e informações” implantadas nos ministérios civis que pretendiam o estabelecimento de um governo militar, especialmente pelo grupo que compunha a linha dura, como intuito de estabelecer sistemas para a constituição de um aparato que globalizasse o controle da sociedade, e este não admitia somente a espionagem e a formação da polícia política, mas o controle exercido pela propaganda política da censura e o julgamento sintético

e hipotético de corruptos no sistema governamental, que amplamente foi disseminado por alguns jornais como o *O Globo* que apoiou em demasia o regime militar.

É certo que, após a promulgação do AI-5 em dezembro de 1968, houve uma maior intensificação da censura da imprensa e, a partir disso, a censura na imprensa passou a ser mais sistematizada e rotineira, então passou-se a se submeter a específicas instruções emitidas dos altos escalões do poder. Carlos Fico (2014) atenta que os militares de cunho castelistas tinham um certo pavor da censura da imprensa devido a lembranças das práticas do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) no Estado Novo, mas, assim mesmo, a praticava por debaixo dos panos, sem admiti-la como um estado de negação da prática de censura. Com a adoção da censura sistemática, em 1968, os governos Costa e Silva, da Junta Militar (que toma posse após Costa e Silva ter um AVC) e o governo de Médice exerceram, de modo até mesmo absurdo, a prática da censura, entretanto, de um modo peculiar; pois devido à necessidade de negar que se tratava de um golpe, que se tratava de controle e manipulação de notícias, que se exercia um governo autoritário, esses governos o realizavam na mais pura negação de que tal fato que ocorria veladamente. Esse quadro mudou de situação, como aponta Fico (2014), que, em 1973, com o periódico *Opinião*, publicou uma edição que ainda não havia sido aprovada pela censura e acabou por ser confiscada (FICO, 2014, p. 88). Assim, a edição seguinte somente fora publicada após a permissão dos censores, e aí estava a amostra de que o jornal, por meio da demonstração, provou a existência da censura da imprensa: “uma edição sem censura e confiscada e outra censurada e liberada” (FICO, 2014, p.88).

Entretanto, esse posicionamento foi contrário à censura, fato diferente do que acontecia em outros jornais de larga escala de tiragem com extensa circulação que, por sua vez, atingiam facilmente as massas e apoiaram os primeiros anos do regime militar, e outros, como o *O Globo*, apoiaram até o fim do regime. Principalmente nos anos de 1964 à 1969, jornais como “*Jornal Brasil*”, “*O Estado de São Paulo*”, “*O Globo*” e “*Folha de São Paulo*”, por exemplo, representaram, de modo positivo, o regime militar, apoiando a “revolução” e, assim como alguns outros setores midiáticos, preferiram os riscos do novo regime à “ameaça” comunista devido ao fortalecimento da esquerda que emergira no país anteriormente apoiada pelo governo deposto.

Na fase inicial do regime militar, anterior ao AI-5, tais jornais até mesmo exaltavam a “revolução”, e, nas primeiras semanas após o golpe em 1964, por exemplo, esses jornais além de apoiarem a ação dos militares no dia 30 de março, apoiavam, também, investidas mais repressivas, apontando-as como ações necessárias para o estabelecimento da nova ordem.

Porém, à medida que a operação limpeza do novo regime avançava, esses periódicos tomaram perspectivas relativamente diferentes, cada qual em relação ao regime (im)posto. Como o *Jornal Brasil* temperou seu apoio com o pedido de moderação e respeito às leis para não ferir instituições em vigor e evitar injustiças, esquecendo-se do A-1, ficou bem claro que, a partir daí, as leis seriam regidas de acordo com a nova ordem tratando-se de uma “revolução” que moldaria as novas estruturas do governo (que mesmo dizendo que respeitaria a constituição de 1946 entra em contradição e realiza a sua própria Constituição). Mesmo assim, o *Jornal Brasil* apoiava a “revolução” o que levou a conflitos internos com alguns funcionários do jornal, como o chargista Claudius que demonstrou, em seu trabalho (imagem abaixo), o desconforto em relação ao novo poder estabelecido. Como as charges não iam de acordo com os textos verbais e com o direcionamento do jornal, este acabou por sair desse periódico no mesmo ano.



Figura 01: Tive uma idéia genial! Denunciar nossa professora de Matemática como comunista.
Cartunista: Claudius
Fonte: *Jornal Brasil* (7 de abril de 1964)

Nota-se na imagem que há dois estudantes. Um fala: “Tive uma ideia genial! Denunciar a nossa professora de Matemática como comunista”, o que demonstra não só o fato de o discurso do novo regime estar no dia a dia do brasileiro, mas, também, as ações de higienização anticomunistas por parte do governo, demonstrando um discurso assimilado pela população. Nessa charge com traços enfadonhos e a feição maquiavélica das crianças que esboçam um sorriso zombeteiro, Claudius busca exprimir, com ironia, o fato de quem fosse contrário as perspectivas da nova ordem poderiam sofrer alguma intervenção por parte do governo, ou seja, se os jovens querem denunciar a professora, pensando no caso da varredura no Congresso expurgando políticos contrários ao regime, a mesma coisa poderia ocorrer com a professora, caso fosse denunciada, nem que fosse temporariamente, de seu cargo de professora de matemática.

No *Folha de São Paulo*, diferentemente do primeiro caso, o cartunista Orlando Mattos publicou charges simpáticas (imagem abaixo) ao governo de Castelo Branco, sendo que esse foi um dos presidentes que mais decretou emendas na Constituição de 1946 durante o regime. E esses cartunistas fizeram o mesmo enquanto havia, no poder, um presidente comprometido com a reconstrução da nação brasileira e fiel aos valores morais e à ordem (MOTTA, 2013, p.8), e, ao mesmo tempo, apelando para que o atual governante não fechasse mais ainda o cerco político diante de um regime autoritário, como demonstra as charges de Orlando Mattos, as quais expõem a falsa democracia, que pede pelo fim das eleições diretas, representada por uma mulher opulenta incitando ser de alta classe, ao observar uma mulher demasiadamente vaidosa, para além de apresentar a falsidade na figura feminina, igualmente demonstra a supercialidade enquanto característica feminina e esta figura demonstra estar buscando convencer Castelo Branco, sendo este representado por uma feição serena demonstrando racionalidade, à de abrir mão da democracia. Na figura seguinte (segunda imagem), ambos são representados com Castelo Branco defendendo a democracia/liberdade e a senhora falsa democracia contrariada com tal feito, demonstrando, pela charge, apoio ao novo presidente. Diante delas é possível afirmar que o jornal mostrou em suas edições a crença na liberdade e democracia.



Figura 02: Eleição é bobagem! Cartunista: Orlando Mattos publicada em 4 de fevereiro de 1965.

Figura 03: Eleições sim! Cartunista: Orlando Mattos publicada em 13 de fevereiro de 1965.

Fonte: Folha de São Paulo.

O *Estadão* foi um dos primeiros diários a criticar Castelo Branco que decretara o direito ao voto a analfabetos. Criticaram pois achavam que este deveria ser menos moderado, sendo tal ação inadmissível de acordo com as perspectivas do jornal. O editorial do jornal *O Estado de São Paulo* apoiava o regime, e chargistas como Hilde e Biganti acompanharam fielmente a linha editorial, e, por vezes, se limitaram a apenas ilustrar o texto das edições de tal diário. *O Estado de São Paulo* contribuiu, demasiadamente, como uma espécie de “porta voz” da política da linha-dura, além de exigir maior dureza do regime contra os “comunistas e subversivos”. Igualmente, contribuiu para a construção de outro inimigo: a corrupção. Sendo assim, contribuiu em demasia para a construção de uma representação do governo que acabou por alimentar o imaginário social diante do governo usurpado, levando apoiadores da atitude dos militares.



Figura 04: Voto ao Analfabeto. Cartunista: Hilde

Fonte: *O Estado de São Paulo* (24 de junho de 1964).

Na Charge de Hilde (imagem 04), há a representação de João Goulart como um espécime de espectro do antigo governo, com cunho centro esquerda que apoiava reformas sociais, influenciando Castelo Branco na promulgação de direito ao voto aos analfabetos, como se estivesse sendo manipulado pelo fantasma a realizar tal ação. Mas a imagem ainda pode ser analisada além do proposto pelo jornal que se voltou contra a medida. A princípio, sequer o voto cedido à população analfabeta faria diferença a um governo condicionado à estrutura do regime, onde, assim, não ocorria votação direta. Nessa figura, pode-se observar o espectro do ex-presidente não somente como a figura de Jango, mas o fantasma, a representação da democracia em si, enquanto demonstração da morte da democracia circundando Castelo Branco.

Na charge de Biganti (imagem seguinte), nota-se na figura 05 dois navios, um com um castelo em sua bandeira representando Castelo Branco e o outro navio bombardeado, onde não dá

para ver muito bem, mas, na bandeira, há uma foice e um martelo representando o comunismo naufragando, ou seja, a perda do comunismo no Brasil e, igualmente, a demonstração da operação limpeza que se sucedera dentro do Congresso Nacional brasileiro. Na figura do anexo 06, Biganti demonstra a operação limpeza contra a corrupção e ameaças contra o comunismo, bem representadas pela cobra e a ratazana, “alvos” da revolução vitoriosa, representada por uma mulher associando a ideia de limpeza como atividade propriamente feminina.

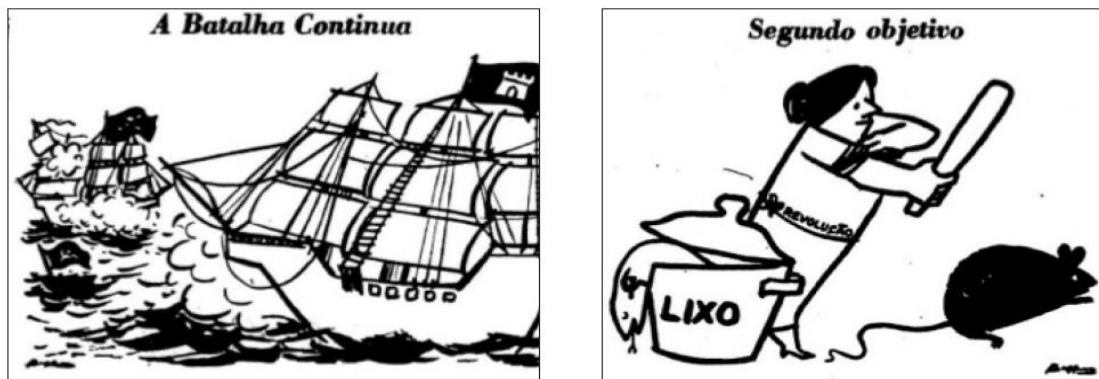


Figura 05: A Batalha Continua Cartunista: Bigantini

Figura 06: Segundo objetivo Cartunista: Bigantini

Fonte: *O Estado de São Paulo* (figura 04: 26 de abril de 1964/ figura 05: 14 de abril de 1964).

Ao longo de 1965, jornais como o *Folha de São Paulo* perderam certo júbilo quanto ao novo regime político iniciado por Castelo Branco por causa do aumento da repressão do governo por meio de medidas autoritárias, ainda mais no que tange à liberdade de expressão e de imprensa, como expressa na publicação do dia 29 de maio do mesmo ano, na qual, por exemplo, o *Folha de São Paulo* denunciou a censura às editoras e o texto foi acompanhado de charge aludindo à queima de livros, o que evocou o sentido de que havia intolerância às ideias. Seguindo essa mesma linha, foram publicados editoriais e charges contra a censura aos jornais, notadamente criticando o governo ao editar a Lei de Imprensa, um modo de impor, de fato, a censurados jornais no início de 1967, como demonstração, por meio da lei, de uma violência à liberdade de expressão.

Outro jornal que se expressou de modo semelhante foi o *Jornal do Brasil* que reduziu o apoio ao regime militar desde o estremecimento da repressão militar a partir do final do ano de 1965. Assim como a *Folha de São Paulo*, o *Estado de São Paulo* e o *Jornal do Brasil* mostraram-se insatisfeitos com o aparato legislativo que foi criado no fim do mandato de Castelo Branco que, além da Lei de Imprensa nº 5.250, editou o decreto-Lei de Segurança Nacional de nº 314, a qual era mais dura ainda que a proposta de 1953 (de nº1.802), e implantou a nova Constituição elaborada pelo Executivo e apreciada, superficialmente, pelo Congresso nacional.

Durante esse período, o jornal *O Globo* como já havia citado anteriormente, foi um dos jornais que mais apoiaram a “revolução”, e este fez grande uso de táticas desmedidas na publicação de suas matérias para manipular as informações que chegavam ao seu público consumidor. O grupo editorial apelou para “crimes” comprovados e atribuídos ao regime deposto, sobre as relações com o comunismo internacional e vínculos com práticas de corrupção. E, assim, foram publicados textos e manchetes de modo disparatado a respeito de temas como prisão de espíões comunistas e a descoberta de planos terríveis dos comunistas. *O Globo*, para além do posicionamento anticomunista, se mostrou contra a corrupção como demonstrou o grupo editorial em suas publicações que aludiam à revolução que se tratava do “Início da Honestidade e decência”. Comparando jornais como o *Estado de São Paulo*, o *Folha de São Paulo* e o *Jornal do Brasil*, que inicialmente apoiaram (de modo exacerbado) a revolução e, posteriormente, com a edição do Ato Institucional n-2, diminuíram o apoio ao novo regime, *O Globo* apoiara, de modo devotado, o regime, e, na edição do AI-2, apontou que o grupo editorial exercia o dever e o patriotismo ao apoiar tal Ato, pois a nação, na situação em que se encontrava, ficaria desprotegida em relação a seus inimigos, e mesmo declarando o amor à democracia, apontou que o país não se encontrava em condições de exercer eleições diretas. Nas entrelinhas, pode-se observar que havia o receio de que esse quadro mudaria, caso a votação fosse exercida pelo voto direto em cujos novos líderes seriam incapazes de se manterem no poder e na manutenção de seu regime. Assim, *O Globo* se mostrava de acordo com o regime ditatorial “brando” capaz de conciliar o autoritarismo com alguns restos de instituições liberais, o que, de fato, não ocorrera durante os anos posteriores do regime militar.

O quadro mudou no segundo mandato do regime, com Costa e Silva, que, em 1967, apontara que buscava maior diálogo com a oposição, o que levou alguns jornais a apoiarem de início, diferente do *O Globo* que realizou sua crítica à essa questão. E, em relação a isso, o grupo

editorial entendia que esse diálogo poderia enfraquecer o Arena (edição de 20/03/1967). Em 1968, Costa e Silva passou a ser ironizado de um modo mais intenso que Castelo Branco; ou seja, o primeiro fora citado, nesses diários, como um governador fraco na continuação do regime, e, nesse mesmo ano, criticaram a fragilidade do ministério que estava composto por figuras deficientes politicamente e com grande parcela de militares em tal instituição.

Seguindo de modo divergente a esse posicionamento dos jornais apresentados acima, Laurenza (apud MOTTA, 2013) aponta que periódicos como *Última Hora* e *Correio da Manhã* realizaram críticas fortes já desde o início do regime militar. O jornal *Última Hora* pertencia ao grupo dos contrários e perdedores em 1964, já que, nos últimos anos, o periódico assumiu um caráter janguista e, também, apoiou as posições nacionalistas durante o pré-golpe. E, devido a isso, teve rapidamente como resultado uma repressão com a invasão e depredação de uma de suas instalações nos primeiros dias de abril pós-golpe, evento esse acusado na charge do artista Jaguar. Em novo quadro político, a problematização é sobre a sua situação econômica, pois, antes de qualquer coisa, o jornal depende de um público consumidor, é uma empresa, e, nessa condição, teve que fechar algumas de suas dependências mantendo apenas sua matriz no Rio de Janeiro. (LAURENZA apud MOTTA, p.75, 2013)

Após o Golpe, Wainer, dono do jornal *Última Hora*, destacou, em sua obra, que desejava um editorial que seguisse uma linha mais discreta, a fim de evitar novos conflitos com os militares. Entretanto, o mesmo afirmou, em sua biografia, que sua equipe nem sempre o “ouvia”/obedecia. (Wainer apud MOTTA, 2013, p.75). Em discursos de artistas como Jaguar, Claudius e Henfil, o discurso visual do *Última Hora* passou a denunciar as prisões, a destruição da imprensa e as torturas nos quartéis, e, de modo sarcástico, acusaram o discurso falacioso sobre a inexistência de tortura nos porões do regime.

No *Correio da Manhã*, segundo Motta, o caso começou de modo diferente, devido ao histórico de ser um diário opositor aos governos anteriores, e, seguindo tal linha sob a direção de Niomar Sondré, o jornal apoiou a queda de Jango (embora o editorial fosse favorável às reformas de base). Mesmo apoiando, inicialmente, o novo regime instalado após a queda de João Goulart, o grupo editorial do *Correio da Manhã* não tardou em entrar em desacordo com as medidas autoritárias postas já no início do novo regime. A partir das expressões autoritárias do novo regime, jornais se voltaram mais ainda contra o governo, e o *Correio da Manhã* saiu da condição de charges irônicas e passou a ter uma equipe de artistas engajados contra a ditadura militar como Jota, Fortuna, Mem de Sá, Claudius e Redí. (MOTTA, 2013, p.76)

Os anos de 1967 e 1968 foram os que marcaram ações violentas do Estado às manifestações populares e às charges tanto do *Última Hora* e do *Correio da Manhã* que passaram a denunciar, duramente, as investidas agressivas dos militares, citando diretamente as instituições responsáveis por ações como o terrorismo proferido pelo discurso da direita.

Com a decretação do Ato Institucional nº5, em dezembro de 1968, oficiais militares foram despachados para as principais sedes jornalísticas para realizar trabalhos improvisados, como censores, o quadro posteriormente mudou a partir dos meses de Abril e Maio de 1969, e eles retornaram aos seus postos de polícia política em outras instituições. Com essa saída, entraram em cena censores profissionais da Divisão da Censura da Polícia Federal de censura de natureza política, o que foi derrubado em 1973 pela ação do periódico *Opinião* já citado acima. A censura veio enquanto meio de controle do saber social e da disseminação de ideias, e os militares defendiam sua ação com o discurso que deveriam salvaguardar a nação. Assim, as notícias que envolvessem violência e política somente fariam com que a nação entrasse em conflito, isto é, entrelinhas, pretendiam maquiagem todas as medidas autoritárias com o ocultamento dos fatos para não alarmar a população com a realidade para, assim, mantê-la sob controle. Com essa medida formal, via legislação, sob o comando da revolução, estava garantida a “liberdade” de imprensa, salvo as instituições que incitasse propagandas de ideias que visassem a subversão da ordem, da moral e dos bons costumes. Na prática, a censura à imprensa foi realizada de maneira informal ao comando do aparato legal.

A partir da institucionalização do AI-5, ocorreram críticas ao governo. Alguns periódicos manifestaram-se de modo cauteloso, outros realizavam críticas sutis e, até mesmo, duras reações diante do novo Ato Institucional editado. Embora jornais como *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo* e *Jornal Brasil* desaprovassem a nova medida “preventiva”, não se mostram de todo contra o regime, principalmente, com o crescimento econômico. *O Globo* foi o mais simpático com o AI-5, o qual, de modo cuidadoso, não apoiou nem condenou o Ato.

No caso do *Última Hora* e do *Correio da Manhã*, Motta (2013) aponta que o AI-5 significou o início do fim. O *Correio da Manhã* tentou burlar a censura na edição de 7 de Janeiro de 1969, ao tentar não mostrar as provas da impressão, e vários jornalistas foram presos assim como a dona do jornal, Niomar Sondré. Os novos donos do *Correio da Manhã*, assim como os do *Última Hora*, acabaram por não darem conta das eventuais dificuldades do novo quadro financeiro, e, com o acirramento da concorrência no mercado jornalístico, ambos foram vendidos, mas não evitou que estes fechassem as portas. No que tange às publicações não-

verbais, os artistas passaram a tratar de temas corriqueiros do dia a dia, evitando tocar em temas de cunho político, demonstrando a dificuldade de expressão no trabalho, sem autonomia alguma; pois até mesmo o Congresso ficara suspenso por vários meses, e essa espécie de “estado de coma” teve de ser apresentada de modo sutil nas charges publicadas. (MOTTA, 2013, p.84).

A partir do momento em que o comando da revolução toma o poder e depõe João Goulart, sob o discurso de “revolução”, esta invade as estruturas estabelecidas e propõe transformações e, até mesmo, a construção de um novo regime, no qual passa a ditar as regras a partir do momento que toma para si o espaço de poder, e, a partir desse poder, estabelece um novo regime de verdade pautado na ideologia de segurança nacional e começa a realizar a manutenção dos discursos proferidos via controle externos desses discursos – até influencia discursos internos como demonstra o posicionamento do jornal *O Globo*-. Tais controles passam a interditar certos discursos, separar/rejeitar aqueles ditos subversivos a nova verdade posta, e essa vontade de verdade é apoiada em todo um aparato institucional e, ao mesmo tempo, reforçada e reconduzida por toda uma expressiva relação de práticas que faz o uso de todo um aparato de leis, para reafirmar toda a ordem do discurso proferido pela “revolução”, como se expressa no primeiro Ato Institucional nº 01. E, a partir disso, é reconduzido àquilo que é a verdade posta, controlando toda a circulação de discursos² para evitar a sua alteridade, assim como o controle das notícias que podem ou não circularem na sociedade para, então, realizar a manutenção e permanência de apenas um discurso, sendo esse o detentor da verdade. Esse último, o discurso posto vigente, se sobrepõe aos demais discursos, impondo-lhes a condição de falsos diante do novo discurso verdadeiro e vigente que se apoia em leis, no controle do conhecimento e no próprio poder que, por sua vez, conduz, através de tipos de separação dos discursos, (rege) a vontade de saber da população, e, por meio dos controles exercidos sobre os discursos, seja de modo externo (exclusão, censura, controle) ou interno (os próprios autores se associam ao regime) os discursos selecionados passaram a ser reconduzidos e distribuídos para, assim, se firmarem no poder, seja constitucionalmente, seja pelo social.

² FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Trad. SAMPAIO, Laura Fraga de Almeida. 22. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

Capítulo 02. TEMPOS DE (DES)ORDEM: a imprensa alternativa brasileira

Os militares, temendo uma ascensão comunista no Brasil, decretaram diversos Atos Institucionais. Em 1967, o Ato Institucional nº 4, decretado pelo então presidente Castelo Branco, propunha para além da nova constituição a Lei de Imprensa nº 5.250 que impôs a condição de extinção ou clandestinidade de diversos jornais que se enquadravam ao que deveria ser censurado. Em 1967, o Marechal Costa e Silva (Arena) toma posse como Presidente da República. Líderes da oposição organizaram uma frente ampla contra o governo militar. A oposição passou a ser reprimida com violência a partir de 1968, e o novo decreto editado, o Ato Institucional nº 5, marca o endurecimento do regime militar, agora abertamente ditatorial.

Em 1969, após o general Costa e Silva, então presidente, ter se afastado do cargo devido ao acesso de AVC – Acidente Vascular Cerebral – ocorreu que a uma junta militar tomou posse, caracterizando um “golpe” dentro do “Golpe”, assumindo o poder até fins de outubro de 1969. Durante esse período, a junta militar decretou, em setembro do referido ano, o AI-14, medida que promulgava a prisão perpétua e pena de morte em casos de “guerra revolucionária ou subversiva”. Neste mesmo ensejo, reformulou a constituição de 1969 e impôs a nova lei de segurança nacional e, por fim, retirou a condição de recesso do Congresso que já se via nessa situação há, aproximadamente, dez meses. A bibliografia examinada nos informa, também, que, em 25 de outubro de 1969, os parlamentares elegeram para o posto de presidente o general Emílio Garratzu Médici. É consenso entre historiadores que este foi um dos governantes mais duros na história do regime governado por militares.

Segundo Silva (1975), aponta em sua obra que o governo de Médici fora mais voltado para a administração e fez grande controle e uso do discurso visual para recriar a imagem de seu governo, para desvencilhar a ligação do seu governo com o anterior. Os anos de 1967 a 1969 foram anos conturbados com diversas manifestações e dura coerção para com aqueles tidos como subversivos; não que seu governo tenha sido um momento de apaziguar, pelo contrário, mas Médici fez grande uso de imagens para convenção de uma nova imagem do governo, exaltando a pátria, o sentimento de pertencimento dos indivíduos à nação e, por meio do discurso imagético, fazer com que houvesse total aversão àqueles indivíduos tidos como subversivos e traidores da pátria (imagem abaixo).



Figura 07: Anúncio do Serviço Federal de Processamento de Dados, veiculado a revista O Cruzeiro.

Fonte: Revista O Cruzeiro – Março de 1971

Vale lembrar que, durante os anos de 1968 a 1973, ocorreu um processo no Brasil que ficou conhecido como “milagre econômico”, e, por meio da avaliação pelo PIB, a nação chegou à marca dos dois dígitos jamais presenciados, até então, pela nação brasileira; e, em 1970, a seleção brasileira de futebol venceu a copa mundial. Médici, sob tais condições, se apropriou dos ganhos nacionais, atribuindo essas questões ao seu governo e, assim, abusou da propaganda para gerar um controle sobre o discurso para manter o Estado centralizador, enquanto melhor ação para a política brasileira. O crescimento do PIB deu-se ao aumento de investimento de capital estrangeiro e a uma abrangente série de investimentos em um programa do governo que aplicou em fundos de instituições estrangeiras de créditos, que milagrosamente foi até 1973, pois tal medida levou a um grave aumento da dívida externa nesse mesmo ano.

Médici, por fazer grande uso da mídia para realizar propaganda política e para se vangloriar do milagre econômico – que sequer atingiu as camadas mais carentes da população brasileira – acabou por suspender, de modo parcial, a censura prévia aos meios de comunicação. A revogação foi gradativa de alguns dos mecanismos mais explícitos de coerção legal presentes no conjunto das leis em vigor, que cerceavam as liberdades públicas e democráticas e os direitos individuais e constitucionais.

Em meio a um governo extremamente violento em diversas facetas, seja na prática de leis coercitivas, seja na ação direta dos militares, a imprensa, em sua condição de censurada e controlada, emergiu em diversos momentos em resposta ao controle de um Estado autoritário demonstrando resistência ao controle da circulação dos discursos na sociedade. Pensando nestes aspectos, prosseguem-se as discussões dos tópicos seguintes.

2.1 O “BOOM” das palavras: poder em foco

Retroceder à década de 1970 faz-se necessário para destacar o governo de Ernesto Geisel (Arena), que assumia a presidência em 1974, enquanto o MDB conquistava uma vitória expressiva nas eleições legislativas. Em 1976, com o “abrandamento” da repressão militar, ocorreu a suspensão da censura direta à imprensa (1975) e, como consequência, o “boom” da imprensa alternativa no país, principalmente, no formato de tabloides. A imprensa alternativa expressava, de vários modos, as tendências ideológicas e partidárias, geralmente, da esquerda. Suas ideias e ideais passaram a ocupar as bancas de jornal e, sobretudo, a ser divulgadas e consumidas por organizações de grupos populares contra o regime militar. Segundo levantamentos bibliográficos, jornais como: *Movimento* (1976), *Pasquim* (1969), *Opinião* (1972), *Em Tempo* (1978), *Lampião* (1976), *Versus* (1976), *De Fato* (1976), *Ovelha Negra* (1976), *Brasil Mulher* (1975) e *Nós Mulheres* (1976), dentre outros, repercutiram e se destacaram neste período.

Segundo Bernardo Kucinski, em sua obra *Jornalistas e Revolucionários* (1991), a imprensa alternativa teve 8 gerações que abrangeu desde o golpe de 1964 até meados de 1981, e grande parte desses jornais circularam de modo intenso entre 1977 e 1979. A primeira geração desse tipo de imprensa, segundo o autor, se deu no lançamento do satírico *Pif-Paf* (1964), que fez críticas à ação desastrosa da tomada de poder por parte dos militares e do Jornal da Manhã –

apoiado pelo Partido Comunista – e estes representavam, no ano de 1966, os pioneiros no quesito resistência da imprensa ao golpe de Estado.

Entre a segunda e a terceira geração da imprensa alternativa, houve um intervalo relativamente maior. Em 1969, tem-se um extenso quantitativo de jornais que se destacaram nesse tipo de imprensa e, segundo Kucinski (1991), foi uma das fases mais prósperas nessa área que incluiu semanários que tiveram circulação nacional e vieram à frente da sociedade enquanto símbolo de resistência político-cultural. Entre esses, surgiram o jornal “Opinião” e o “Pasquim”, e esse último teve grande tiragem de jornais (cerca dos 100 mil exemplares) que, por sua vez, serviram para influenciar uma geração de estudantes mobilizados em movimentos culturais coletivos.

Avançando um pouco mais, já na quinta fase que é datada de 1971 a 1972, tem-se em destaque os jornais “Grilo” e “Balão” que abusaram de um humor pesado e, por vezes, fizeram uso do experimentalismo em sua produção textual, se inspirando em cartunistas norte-americanos e europeus. O primeiro (Grilo) fez uso direto de *cartoons* estrangeiros em suas publicações. E, divergindo a este, o Balão, seguindo uma aversão criada a países imperialistas estrangeiros, foi influenciado pela valorização da produção nacional, dando espaço, assim, à emergência do humor nacional com novos cartunistas brasileiros como Laerte, os irmãos Chico e Paulo Caruso, Luis Gê e Angeli que são exemplos dessa nova geração de cartunistas, a qual deu-se por influência desses dois periódicos e emergiu juntamente com esses novos “gibis *underground*” que passaram a criticar de forma pesada os costumes brasileiros como *Vaca Amarela, Patota e Kilik*. (KUCINSKI, 1991, p.18-19)

A partir de 1974, em pleno desmoronamento do dito “milagre econômico”, já no governo do general Ernesto Geisel, quarto presidente do regime militar, momento esse que o Estado começa a ruir, com o fracasso de estender uma administração semelhante à de Médici, este fechou o congresso e teve mandato de seis anos, o mais longo entre os demais presidentes, e criou senadores “biônicos” por escolha do governo, o voto indireto estendeu-se para os governadores pela Lei Falcão Lei nº 6339/76. Este governo marca o assassinato do jornalista e diretor da TV Cultura, Vladimir Herzog, nas dependências do 2º Exército, em São Paulo, em 25 de outubro de 1975.

A versão oficial do DOI-CODI apontando um suicídio do jornalista não foi aceita pelos movimentos sociais contrários ao regime, e cerca de oito mil brasileiros participaram de uma missa ecumênica realizada em memória do jornalista, demonstrando grande resistência às

informações falaciosas geradas pelas instituições do governo. Tais ações contrariaram as promessas de Geisel acerca do lento e seguro retorno à democracia, até então, denominado como “distensão” que fora denominado como um conjunto de medidas políticas liberalizantes controladas pelo Executivo Federal – leia-se: polícia política.

Ademais, esse mesmo período é, também, marcado pela libertação dos primeiros presos políticos com suas penas cumpridas (KUCINSKI, 1991, p.19), os quais regressaram à vida civil já inseridos na imprensa alternativa, lotando os jornais e, até mesmo, fundando alguns, fase essa que marca uma imprensa alternativa, predominantemente, pelo ativismo político contra o Estado autoritário, e, dentre esses, se destacaram os jornais *Movimento e Versus*.

Segundo Kucinski (1991), a sétima geração é marcada pela crise da grande imprensa devido ao assassinato de Vladimir Herzog em 1975. Nessa situação, surgiram, dentre outros, os periódicos *De Fato e Coojornal* e, “(...) simultaneamente, deu-se a diversificação temática e espacial da imprensa alternativa, surgindo os alternativos regionais e feministas como *Brasil Mulher, NÓS MULHERES e Mulherio*” (KUCINSKI, 1991, p.19). A oitava e última geração, segundo o autor, deu-se em 1977, que, por influência da campanha da anistia, também, provocou entusiasmo a outros jornais já em circulação como o periódico feminista *Brasil Mulher*, entre os jornais que foram listados, pelo historiador, enquanto protagonistas dessa fase: *Maria Quitéria, Resistência e Repórter*.

A imprensa alternativa emerge em uma ação contrária à verdade posta pelo golpe militar que veio como meio de resistência ao discurso vigente que vinha para controlar e reconduzir todo um imaginário social, isto é, reivindicar o direito ao discurso, o direito a se contrapor à verdade posta sendo que “o discurso é aquilo pelo que se luta, é objeto de desejo e poder” (FOUCAULT, 1970, p.10).

A presente disputa de poder tornou-se ainda mais evidente em 1975, com a morte do jornalista Vladimir Herzog, nas dependências do 2^a Exército, em São Paulo, sobretudo, diante da versão oficial da instituição DOI-CODI, como já citado, que defendia a suposta versão de suicídio do jornalista. A tentativa dos militares de “transferir” responsabilidades não fora bem aceita pela imprensa alternativa e, muito menos, pela população que, para além dos meios impressos, usaram seus corpos para o enfrentamento direto. Sob a luz dos fatos (nebulosos), percebe-se que existe uma disputa dos discursos e da vontade de verdade que continuamente se sobrepõe aos demais discursos alternativos, via instituições, que buscam realizar a manutenção da verdade posta para evitar qualquer alteridade de um determinado sistema para assim realizar o controle social e do poder.

Para Foucault (1970), é nesse campo de forças opostas que os discursos quanto à “verdade” se apoiam sobre um suporte e uma distribuição institucional que venha representar os interesses de cada um. Assim, leva-se em conta de que a vontade de verdade é reconduzida, também, mais profundamente pelo modo de como o saber em si é aplicado em sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e, de certo modo, atribuído, pois, também, há um sistema de valores visivelmente subjetivos entre si. (1970, p. 16 - 17).

Buscando compreender melhor o “lugar do discurso”, especialmente, da resistência ao regime imposto, explica-se o porquê deste estudo delimitar e investigar o papel do feminino neste processo de endurecimento e repressão político-cultural vivido no Brasil, no período convencionalmente, chamado de “Ditadura Militar”. Portanto, esse é o principal foco analítico do tópico seguinte.

2.1 O lugar do feminino: resistência ao “cale-se”

O movimento de mulheres no Brasil realizou-se de uma forma diversificada da que estava acontecendo em outros países do globo. A segunda onda do movimento feminista, principiado nos anos 1960, em terras brasileiras, se deu de maneira diferenciada quando comparada aos movimentos de esquerda, cuja presença do homem era mais expressiva. A valorização nacional e a aversão a qualquer discurso que viesse de outro país estabelecendo os pensamentos exteriores, enquanto doutrinas imperialistas indicavam, assim, o feminismo como um discurso imperialista, fato pelo qual muitas mulheres não se identificaram com o feminismo desencadeado nos EUA e Europa naquele período. Estudos afirmam que, no seio de partidos populares de esquerda, ou seja, contra o regime militar, exploravam a figura feminina para despistar a perseguição policial e/ou para realizarem a manutenção das “casas”, onde ocorriam as reuniões dos partidos de esquerda, como o PCB e o PCdoB.

Diante deste contexto, muitas mulheres abandonaram a vida civil e passaram a viver clandestinamente em prol da luta contra a ditadura militar, contudo, as suas contribuições com pautas específicas do feminismo não foram bem aceitas, pois os homens lhes diziam que o feminismo não era importante e que deveriam realizar atividades “femininas”, fazendo então com que as mulheres não tivessem voz nas reuniões da esquerda e/ou que não participassem dos esquemas táticos para a derrubada do regime militar. Os partidos de esquerda expressavam, deste modo, o seu interesse em utilizar a mulher como massa de manobra, tal

como ocorreu na direita, quanto ao apoio popular nas Marchas com Deus, pela pátria e pela família, que mobilizaram grande número de mulheres em 1964 e em 1968 (SIMÕES, 1985 apud COSTA).

No que se refere à condição da exploração da mulher pela direita, nos apoiamos às palavras de Maria Amélia de Almeida Teles, em sua produção “*O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar*” (2014) que afirma que, anteriormente ao golpe de 1964, a camada mais abastada da sociedade, a elite, contrariada com as reformas de bases propostas pelo então presidente João Goulart, respondeu a este, pela/com direita se articulando com membros influentes da Igreja, empresários, latifundiários. Ainda de acordo com a referida autora, entidades financeiras dos Estados Unidos instruíram a direita conservadora que mobilizava uma massa de mulheres com a finalidade de demonstrar o grande apoio popular à derrubada de Jango do poder. A realização das “Marcha com Deus Pela Família e Pela Liberdade” e, posteriormente, a “Marcha da Vitória” demonstram a manipulação deste nicho da sociedade, das quais “foram realizadas quarenta e nove manifestações deste tipo, em todo o país, constituídas majoritariamente de mulheres” (TELES, 2014, p.10).

Sobre essa questão, em específico, a pesquisadora continua sua exposição afirmando que:

Uso a expressão “manipuladas”, porque entendo que esta quantidade de gente que foi para as ruas, o fez de forma enganada, foi dominada por uma falsa propaganda de que havia o perigo vermelho ou o perigo comunista. Assim forjou-se uma ameaça de caos, o que levou às Marchas, principalmente a grande quantidade de mulheres pobres, negras e das periferias. Nas capitais, como Rio, São Paulo e Belo Horizonte, ajuntaram-se multidões de mulheres, a maioria pobre, chegando a espantosas cifras de 300 a 500 mil pessoas (TELES, 2014, p.10).

Para realizar tais articulações e, também, a manutenção do discurso dessas massas a direita reacionária, foram criadas instituições de mulheres como a CAMDE – Campanha da mulher pela Democracia ou então a União Cívica Feminina, sendo a primeira realizada no Rio de Janeiro e a última em São Paulo. E, ainda, em Minas Gerais, o LIMDE – Liga da Mulher pela

Democracia e outras entidades semelhantes em outros estados (TELES, 2014, p.10-11). A criação destas entidades demonstra a grande capacidade de articulação da direita, diferente do caso das mulheres da esquerda, em que, posteriormente, não conseguiam realizar grandes articulações, a fim de mobilizar outras mulheres para o enfrentamento do Estado. Eis um testemunho interessante quanto a este episódio ocorrido no Rio de Janeiro:

Sou neta, sobrinha e irmã de general. [...] aqui nesta casa foi fundada a CAMDE. Meu irmão, Antônio Mendonça Molina, vinha trabalhando há muito tempo no Serviço Secreto do Exército contra os comunistas. Nesse dia, 12 de junho de 1962, eu tinha reunido aqui alguns vizinhos, 22 famílias no todo. Era parte de um trabalho meu para a paróquia Nossa Senhora da Paz. Nesse dia, o vigário disse assim: “Mas a coisa está preta. Isso tudo não adianta nada porque a coisa está muito ruim e eu acho que se as mulheres não se meterem, nós estamos perdidos. A mulher deve ser obediente. Ela é intuitiva enquanto o homem é objetivo”. (TELES, 1993, p. 54).

Nesse sentido, percebe-se que as mulheres que compunham esses grupos geralmente eram brancas, da classe média, donas de casa, católicas, casadas com empresários, ou militares ou, mesmo, parente destes homens que compunham tais classes. Por isso, Teles (2010) salienta que havia ainda um grande contingente de mulheres pobres moradoras das periferias, como empregadas domésticas por exemplo. E reforçando a ideia da manipulação, Teles diz que “(...) foram enganadas pelo discurso religioso, anticomunista e pelo medo dos ateus” (TELES, 2014, p.11). Acerca da atuação cívica destas mulheres que ocorreu com a permissão de seus maridos. A citação a seguir, detalha:

Urgia, portanto, que as mulheres se organizassem em benefício da defesa de seus lares. E como este tipo de mobilização política tinha como objetivo final a preservação da ordem e dos tradicionais papéis reservados ao homem e à mulher numa estrutura de sociedade patriarcal, as esposas da CAMDE tiveram importante apoio dos maridos, o qual era fundamental tendo em vista que essas mulheres reconheciam, antes de tudo, o lugar ocupado por elas na família e na

sociedade. Nesse sentido, não seria possível para as associadas da CAMDE saírem do espaço privado sem o aval dos maridos. Estes por sua vez, entendendo que aquele era um momento de exceção, “compreenderam e deixaram” que suas esposas se afastassem temporariamente dos afazeres domésticos e se engajassem na defesa da família, da Pátria e da religião (CORDEIRO apud TELES, 2014, p.12).

O jornal “O Globo” acompanhou as marchas e, frequentemente, realizou publicações alinhadas à CAMDE que, por sua vez, defendia a deposição de Jango:

D. Amélia Bastos, mãe e avó, para receber o prêmio de “Mãe do Ano” do ano de 1964: depois de realizar sua missão no lar, dedicou-se de corpo e alma à “Campanha da Mulher pela Democracia”, da qual é presidente e que tantos serviços presta ao País (TELES, 2014, p.13)

Segundo Costa (2004), nota-se que a condição da mulher na esquerda, por mais transgressora que seja, elas, ao se posicionarem contra a repressão militar, abandonaram suas vidas até então comuns para estarem à margem e viver na clandestinidade. Poucas mulheres puderam fugir da sua condição (im)posta no espaço privado e/ou, então, de silêncio. Assim, por mais que exercessem atividades importantes, estas eram secundárias, tais como: entregar recados, realizar a manutenção das casas, atuar como secretárias levando café para os membros (leia-se: homens) em reuniões. Apesar de algumas atuarem nas investidas práticas contra o regime, elas não tinham voz e nem vez em reuniões sobre os esquemas táticos das investidas da esquerda. Neste caso, tem-se recolocada a condição de submissa em relação ao espaço por meio do silenciamento. (COSTA, 2004, p.5).

Ademais, por mais que as mulheres poderiam ingressar nos movimentos sociais da esquerda, não havia igualdade entre homens e mulheres, pois elas não possuíam a condição de realizarem a livre escolha que lhes era, constantemente, tomada no que se refere às decisões de suas ações. A retórica do senso comum dos repressores baseava-se na perspectiva de que os homens influenciavam o ingresso da mulher, ou seja, elas eram subvertidas por eles. Não raro, os relatórios dos processos militares afirmavam que essas mulheres eram incapazes de

realizar suas próprias escolhas políticas. Larissa Tomazoni (2015), em seu artigo, “*Mulher na Ditadura Militar: Uma análise das limitações e consequências da participação política feminina*”, publicado em 2015, expõe análises pertinentes sobre esses documentos:

Ao construir o sujeito político feminino, este é descrito como um ser desviante e não político. Quando aparecem em documentos oficiais é porque são filhas, irmãs, esposas ou amantes dos homens procurados. Elas não teriam vontade própria e estavam na militância por outros motivos que não a política, como por exemplo, à procura de homens (TORRES, apud TOMAZONI, 2015, p. 43).

Para reafirmar essa condição de que mulheres optavam pela vida clandestina em busca de homens, Tomazoni (2015) grifa um trecho do livro biográfico, “*A Fuga*”, de Reinaldo Guarany, no qual reafirma-se que as mulheres, segundo a visão masculina, entravam em tais movimentos em busca de parceiros, e não, por envolvimento político como é demonstrado abaixo:

As mulheres na esquerda sempre seguiam uma linha bem definida. Com poucas exceções (K era uma mulher lindíssima, com seus cabelos morenos e aqueles olhos verdes. Isolde com charme pra sociólogo nenhum botar defeito. Sonia Lafoz digna de ter sua foto em banheiro de porta-aviões, Carmela Pezuti de deixar Balzac de mão no bolso, e outas), elas em geral se dividiam da seguinte maneira: quanto mais barra-pesada fosse uma organização (ALN e VPR), mais feias eram as mulheres e menos havia; e quanto mais de proselitismo fossem, mais mulheres havia e mais jeitosinhas eram (por exemplo, AP, Polop, etc.). Portanto, o panorama dentro da ALN era negro: poucas mulheres, todas de sandálias de nordestino e saias de freira. E o que era pior: antes da trepadinha, uma lidinha nos documentos do Mariga, depois da dita cuja, um belo discurso do Fidel. Haja estômago! Na VPR, o quadro era bem parecido, mas, não sei o porquê, as mulheres usavam minissaias mais curtinhas. O MR-8 (a

eterna Dissidência Estudantil) primava pela mistura, como sempre primou, ora querendo atacar de vez, entrando de cheio no militarismo e aí então espantando as bonitinhas, ora fazendo pose de intelectual salvador do proletariado. Nesses momentos, as gatinhas retornavam às suas fileiras, bem queimadas de sol. Até hoje não entendi isso, acho que as companheiras sentiam uma certa atração pela palavra operário, talvez pelo seu significado de rudeza, força, brutalidade, disposição sexual, ou pelo cheiro de suor misturado com fuligem. Naquela época não se falava de feminismo, e as mulheres da esquerda, que estavam rompendo com montões de dogmas e tabus ao mesmo tempo, precisavam de um braço peludo para as horas de desamparo. (GUARANY, Reinaldo. A fuga. São Paulo: Brasiliense, 1984 in apud TOMAZONI, 2015, p.43-44).

Marcelo Ridenti (1993), em seu trabalho “O fantasma da revolução brasileira”, teve um resultado que surpreendera o próprio pesquisador no desenvolvimento de sua pesquisa e, ao realizar pesquisas acerca de homens e mulheres que foram processados sob acusação de comunistas ou então de subversivos da ordem, encontrou, nesses processos, um quantitativo maior de mulheres abrangidas nas guerrilhas armadas do que nas organizações mais tradicionais como o Partido Comunista Brasileiro. Nestas relações de processos, o número de mulheres apontava que “ 5% pertenciam ao PCB, que 15,4% faziam parte da Ação Libertadora Nacional, de Carlos Marighela e que 24,1% militavam na Vanguarda Popular Revolucionária, de Carlos Lamarca”; e esse quantitativo só fora observado em mulheres que foram processadas, sem contar o possível número de outras que não foram identificadas, ou então que realizaram atividades que não foram o bastante para que fossem presas ou processadas. (RIDENTI apud WOLFF, 2011, p.37)

Sob este aspecto, Wolff (2011) aponta, em outro trabalho, que as organizações guerrilheiras deveriam buscar meios de lidar com militantes homens e mulheres e, assim, assumirem diversas táticas para não somente incorporar as mulheres, mas aceitá-las nesse espaço de atuação em busca de igualdade na luta armada. Wolff, ao amparar-se teoricamente em Ridenti (1993), afirma que mesmo havendo a presença feminina nestes espaços, não lhes cabia o comando de pelotões ou mesmo de serem consideradas como guerrilheiras. Um exemplo empírico desta realidade é o relato de Criméia Alice, que foi uma das poucas sobreviventes na guerrilha do Araguaia, episódio ainda bastante debatido na historiografia, atualmente:

[...] Quando veio a AI-5, a minha vida legal tornou-se impraticável e eu totalmente disponível para a luta. Falei para o Partido: “Olha! Este tempo todo eu estou esperando para ir para o campo. [...] Não dá para esperar mais. Após esse ultimato, me liberaram para o campo. Aí, eu descubro o seguinte: a protelação encontrava respaldo no fato de eu ser mulher. Como mandar mulher para o campo? Como os companheiros iriam reagir? Aceitariam? Havia muitos militantes que eram contra. Na realidade, havia os abertamente contra e os omissos, porque a favor não havia ninguém. [...] Quem me levou foi o João Amazonas. No caminho, ele me disse — e eu fiquei puta da vida — que ia depender do meu desempenho a ida ou não de mulheres para o campo. Porque eu estava sendo a primeira e se não desse certo... Respondi-lhe no ato: “Você também disse isso para os militantes do sexo masculino, que já estão lá? Porque dar ou não certo, depende, única e exclusivamente, de cada indivíduo, independente de seu sexo. Agora, é necessário fazer a revolução, é necessário ir para o campo, está certo? A guerra é popular, todo mundo vai participar desta guerra ou só os homens? Por que você está colocando isso para mim? Não dá. É querer muito de mim!” Mas, no fundo, era essa a responsabilidade. Se você não desse certo, então, mulher não servia para essa atividade (LIMA apud WOLFF, 2011, p.151).

Considerando essa construção cultural de domínio sobre o corpo feminino, nota-se uma clara demonstração do poder sobre o corpo que, de certa forma, induziu a uma consciência do corpo e conduziu o desejo sobre o próprio corpo por meio desse longo, insistente e rigoroso trabalho exercido em relação ao poder sobre corpos. Em resposta ao efeito da colonização desses corpos, as mulheres (feministas militantes) combatiam esse movimento indo contra o silenciamento, induzindo a saída do espaço privado para o público, insuflando a independência, enfatizando o controle sobre a gravidez compulsiva, defendendo a vivência do prazer e da sexualidade por rupturas, paradigmas (im)postos ao ser mulher. O domínio sobre o corpo passa ser a causa de que esse mesmo poder se reestabelecia e se firmava cada vez mais, mas acabando por ser questionado e atacado. A propósito, Foucault (1975) aponta que “o poder penetrou o corpo e encontra-se exposto sobre o corpo (...). Lembre-se do pânico das

instituições do corpo social (médicos, políticos) com a ideia da união livre ou aborto” (FOUCAULT, 1975, p. 235).

Resumidamente, o autor quer dizer que o corpo, ao ser conquistado pelo poder, contrapõe-se a um jogo de luta contra o corpo masculino ou das instituições que professam o discurso do patriarcado, ou seja, uma reação ao poder-repressão e, também, ao poder-estimulação. Assim, por volta de 1975, o Brasil passa a vivenciar a segunda onda feminista cujo foco dos movimentos culturais urbanos começava a ser preenchido, ideológica e espacialmente, pelas manifestações feministas que objetivadas em reivindicar os direitos da mulher; dentre eles o de liberdade de disposição do corpo (PEDRO, 2011 p. 57).

Como aponta Joana M. Pedro, em seu artigo, “*O Feminismo que veio da França*”, tais movimentos reivindicatórios da mulher passaram a compor a agenda da ONU – Organização das Nações Unidas -, a exemplo das reflexões sobre o “Ano Internacional da Mulher” (1975), a instituição da “Década da Mulher”, ações positivas que contribuíram para a criação do Centro da Mulher Brasileira (CMB), o qual desencadeou em diversas regiões do país eventos voltados às questões relativas ao ser mulher. Um debate, certamente, complexo considerando o contexto cultural, político e social vivido naquela década.

Maria Amélia de Almeida Teles, em sua obra “Breve história do feminismo no Brasil”, de 1993, relata que foi criado, em São Paulo, um evento e um Centro da Mulher que era patrocinado pela Cúria Metropolitana e pela ONU, e de tal encontro fundou-se, em novembro de 1975, o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira. O CMB (Centro da Mulher Brasileira) possuía um caráter marcadamente marxista, conforme explica a entrevista de Roselane Neckel, em 14/02/2005. Essa constatação é ratificada por Maria do Espírito Santo – outra entrevistada e uma das fundadoras do CMB, quando relatou que várias mulheres dessa instituição, especialmente do Rio de Janeiro, pertenciam ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, por essa razão, possuíam grande interferência do PCdoB - Partido Comunista do Brasil - (NECKEL, 2005).

A bibliografia que embasa essa monografia traz outros relatos e, dentre eles, evidencia-se que foram tomados alguns por parte dos organizadores dos referidos eventos, mais especificamente no Rio de Janeiro, quando os temas se tratavam de sexualidade, contracepção e o tão polêmico aborto, tendo em vista não “assustar a Igreja”. Esse *modus operandi* da militância feminina brasileira demonstra, a nosso ver, uma identidade própria ao feminismo

brasileiro, o qual pode ser considerado um movimento diversificado e entremeado de tendências de cunho classista-marxista.

2.2 A Imprensa feminista e a gênese do jornal *NÓS MULHERES*.

Conforme já foi dito anteriormente, o ano de 1975 foi considerado o marco dos movimentos feministas no Brasil, fato que propiciou a criação de centros específicos para tratar temáticas sobre a emancipação feminina por meio de periódicos que debatiam este cunho. Joana Maria Pedro aponta que eventos nesse sentido ocorreram ao longo daquele ano; tendo, inclusive, o apoio da ONU, reagrupando pautas que tratavam das demandas propostas pelo CMB – Centro da Mulher Brasileira, que ressaltava:

(...) entre os objetivos do CMB estavam o estudo, a reflexão, pesquisa e análise das questões da mulher, e a criação de um departamento de ação comunitária para tratar, concretamente e em nível local, dos problemas da mulher. O que elas pretendiam era combater a alienação da mulher em todas as camadas sociais, para que ela possa exercer o seu papel insubstituível e até agora não assumido no processo de desenvolvimento (PEDRO, p. 252).

Se nos primeiros anos da criação do CMB, o movimento era visto como apartidário, com o passar do tempo, notava-se que, em rodas de conversa, estudos e reflexões acerca de temáticas que envolvessem o tema “mulher”, ele foi se transformando e se abrangendo em um espaço político de formação da consciência. O sucesso do evento realizado no Rio de Janeiro possibilitou, segundo afirma Teles (1993, p. 86), a realização de um projeto semelhante, em São Paulo, intitulado “Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista”, patrocinado pelo Centro de Informação da ONU e pela Cúria Metropolitana, em outubro do ano de 1975. Coincidência ou não, nesta mesma data, foi lançada a primeira edição número 0 (zero) do jornal “Brasil Mulher”, escrito e editado por mulheres que foram presas e tiveram a experiência da tortura nos “porões” da ditadura.

O mencionado jornal circulou, inicialmente, em Londrina, no Paraná, com cerca de 20 edições de cunho, declaradamente, feminista, entremado de forte apelo em prol da anistia e contra a ditadura no Brasil. Com tiragem média de cinco mil chegando a 10 mil exemplares, sua periodicidade dependia de recursos das produtoras ou de incentivos de patrocínios de colaboradores (via doações) ou, até mesmo, pago pelas próprias produtoras do Jornal, como afirma Teles (TELES, 1993, p.89).

A palavra “feminismo” dentro do CMB (ou de outros centros), ou mesmo denominado pelas editoras de jornais como o “Brasil Mulher” causava incômodo a certas mulheres que eram antifeministas ou, até mesmo, que se perderam em seu significado. Teles (1993) aponta que muitas das editoras eram ligadas ao PCdoB e acabavam se apropriando das temáticas que relacionavam a mulher ao corpo assalariado e oprimido pelo capitalismo; embora era posta em primeiro plano a opressão feminina pelo patriarcado, principal temática do jornal (Brasil Mulher) junto às frentes políticas de oposição do regime militar. Tais exemplares chegavam a diversos estados do país, e, assim, mulheres que compunham grupos/centros nos demais estados se organizavam para adquiri-lo, depois distribuí-lo e, também, para enviar notícias para a própria edição (TELES, 1993, p.88-9).

Maria Amélia Teles, além de pesquisadora, fez parte do grupo editorial do “Brasil Mulher” e, em uma entrevista concedida à Joana Maria Pedro que resultou no artigo “*Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)*”, ela relatou:

Ajudei — nossa! — e como, ajudei a fazer, ajudei a distribuir, a vender, ajudei nas discussões. No Brasil Mulher, a gente fazia de tudo, eu fiquei de 75 a 79 no jornal, fiquei quatro anos. Nós tínhamos uma salinha que pagávamos, pagávamos a impressão, a distribuição, porque vender era mais ou menos assim: mesmo que vendesse tudo, não pagava de jeito nenhum. Então, éramos nós que fazíamos tudo, e assim, por exemplo, vinha o Brasil Mulher e um tanto ficava na minha casa. E eu já distribuía para pessoas que frequentavam a minha casa. A casa da gente era uma sucursal, um ‘aparelho’. O Brasil Mulher eu distribuía e o discutia com 18 clubes de mães. Eu era amiga do padre. O padre deixava que eu fosse lá, porque tinha muito controle. Ele dizia: “vai lá, Amelinha, discutir com as mulheres, elas gostam (PEDRO, 2006, p.256).

Rosalina de Santa Cruz Leite em seu estudo, *“Brasil Mulher e Nós mulheres: origens da imprensa feminista”*, publicado na Revista Estudos Feministas em 2003, militante do PCdoB, narra, em sua produção, que o jornal “Brasil Mulher” estava ligado às lutas pela anistia. Tal jornal teve seus artigos voltados à questão das lutas contra a ditadura, organização de mulheres operárias e sindicatos. Neste jornal, não há referências ao feminismo estrangeiro tão menos suas concepções. Expressando que a produção do jornal, constituído e liderado por homens, possuía perspectiva nacionalista e grande influência dos partidos de esquerda, tais quais, praticamente, se apropriavam das produções de cunho feminista, descaracterizando-o enquanto movimento e, até mesmo, tendo o controle da fala feminista que já não tinha espaço dentro dos grupos/encontros de esquerda.

De tal modo, o CMB que teve início mais voltado ao feminismo liberal, passou a ser constituído por um grande número de mulheres que estavam associadas a partidos de esquerda como PCdoB ou PC, o que passou a caracterizar o CMB, cada vez mais, marcadamente de cunho marxista ortodoxo, e, a partir de 1977, posteriormente ao período da guerrilha armada, o CMB passou a ser cada vez mais marxista, não dando assim espaço para mulheres que buscavam realizar articulações para realizar estudos/reflexões acerca da opressão patriarcal, e grande parte do grupo que compunha o CMB se voltou mais às questões da opressão do regime e do sistema econômico capitalista (PEDRO, 2006, p. 261).

A autora acrescenta que o CMB acabou por perder a sua essência feminista, pois foi “engolido” pelos partidos de esquerda, acabando por adquirir, cada vez mais, um caráter de uma organização de mulheres enquanto ramificação dos partidos de esquerda, e passaram a reproduzir a negação do feminismo dentro de centros como este, realizando “patrulhas ideológicas”. Considerando esses aspectos, durante o período de dura repressão direta, algumas mulheres acabaram por não compreender outras opressões quanto à raça, ao gênero e à sexualidade, entrosadas com um regime político composto por homens, herdeiros de legados patriarcais, caucasianos (em sua maioria, sendo que só tiveram presidentes homens e brancos) e heteronormatista em relação aos ditames morais impostos pelo sistema em vigência.

Igualmente ao ocorrido na França, surgia a dissidência que criaria o “Círculo de Mulheres”, conforme analisou Pedro (2011) no texto “O Círculo de Mulheres de Paris”. Para a autora, esse movimento “revisado” buscava autonomia em relação aos grupos de esquerda constituídos no exílio para que os membros se encontrarem e discutirem os temas próprios do

feminismo. Nota-se que, no Brasil, a autonomia das mulheres, enquanto movimento, era bastante limitada. Sendo assim, mulheres militantes do feminismo passaram a se encontrar fora do CMB, até mesmo fundando outros grupos, como é o caso do “Grupo Ceres”, organizado em 1978. Essas mulheres eram, constantemente, taxadas de divisonistas, de burguesas e, também, de que lutavam por causas menores, o que levou a dissidência de grupos de mulheres no Rio de Janeiro (como o caso das 21 mulheres no CMB que entraram em conflito com outras mulheres dentro do próprio centro) e, também, em São Paulo. Todas essas dissidências se expressaram em saídas de mulheres desses grupos principais de mulheres militantes da esquerda.

Em São Paulo, devido a esses conflitos em grupos de mulheres, surgiu, em 1976, o jornal “Nós Mulheres”. Fruto da dissidência do grupo “Brasil Mulher” que, por mais que dialogasse sobre questões domésticas, do trabalho e dos sindicatos, privilegiavam o tema “Mulher” já em sua primeira edição, intitulada “NÓS MULHERES: QUEM SOMOS?”, publicada em Junho de 1976 com o valor de 5,00 Cruzeiros.

O editorial começa por denunciar a educação diferenciada entre meninos e meninas e o lugar que a sociedade patriarcal reserva às mulheres:

Desde que nascemos, NÓS MULHERES, ouvimos em casa, na escola, no trabalho, na rua, em todos os lugares, que a nossa função da vida é casar e ter filhos. Que NÓS MULHERES não precisamos estudar, nem trabalhar, pois isto é coisa de homem. (...) Queremos mudar esta situação. Achamos que NÓS MULHERES devemos lutar para que possamos nos preparar, tanto quanto os homens, para enfrentar a vida. Para que tenhamos o direito à realização. Para que ganhemos salários iguais quando fazemos trabalhos iguais. Para que a sociedade como um todo reconheça que nossos filhos são a geração de amanhã e que o cuidado deles é um dever de todos e não só das mulheres. (...) Queremos portanto, boas creches e escolas para nossos filhos, lavanderias coletivas e restaurante a preços populares, para que possamos junto com os homens assumir as responsabilidades da sociedade. Queremos também que nossos companheiros reconheçam que a casa em que moramos e os nossos filhos que temos são deles e

que eles devem assumir conosco as responsabilidades caseiras e nossa luta por torná-las sociais. Mas não é só, NÓS MULHERES queremos, junto com os homens, lutar por uma sociedade mais justa, onde todos possam comer, estudar, trabalhar em trabalhos dignos, se divertir, ter onde morar, ter o que vestir e o que calçar. E, por isto, não separamos a luta da mulher da luta de todos, homens e mulheres, pela sua emancipação. NÓS MULHERES decidimos fazer este jornal feminista para que possamos ter um espaço nosso, para discutir nossa situação e nossos problemas. (...)" (NÓS MULHERES, Associação de mulheres. 1976, p.01)

De acordo com Leite, o jornal “Nós Mulheres” fora constituído por um grande coeficiente de mulheres que voltaram do exílio, sendo muitas delas ligadas à vertente de esquerda, “agrupando ex-militantes da Vanguarda Popular Revolucionária, da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares e do Partido Comunista Brasileiro, e também mulheres autônomas”, afirma Leite (LEITE, 2003, p. 236).

A peculiaridade do objeto de estudo nos parece implícita. O fato é que, por mais que ambos os jornais – “Brasil Mulher” e “Nós Mulheres” - fossem de cunho feminista e divergissem em alguns aspectos quanto às suas ideias e publicações, é importante destacar que coexistiram em um mesmo período histórico e foram influenciados quase de igual modo. Nesse sentido, por mais que o jornal “Nós Mulheres” possa ser considerado “mais feminista” que o “Brasil Mulher”, estudos nos mostram que as tiragens, os temas abordados focam mais, exclusivamente, a mulher trabalhadora e seus desafios na época.

Acredita-se, portanto, que levou outros/as militantes a acusarem o jornal de ser “burguês” por tratar de questões específicas relacionadas às sensibilidades íntimas e do cotidiano da mulher. Temas como menstruação, sexualidade, dupla ou tripla jornada de trabalho fizeram parte dos artigos e tutoriais publicados no periódico em estudo que, a nosso ver, possibilitou interação com as vivências das mulheres que enviavam relatos pessoais, em sua maioria, denunciando padrões impostos pelo machismo e pelo sistema.

Diante desta exposição, por ser um jornal mais voltado à questão feminista, não raras as vezes, foi acusado de dividir os trabalhadores e, conseqüentemente, as lutas; aspecto que não concordamos. Para confirmar as concepções de esquerda do periódico em estudo, podemos

constar no quadrinho (imagem 08) de autoria de Cecília Vicente de Azevedo Alves Pinto³, cujo pseudônimo é Ciça, colaboradora da revista, na edição 01, consta uma inferência à condição de uma mulher do operariado, cuja renda do esposo não é o bastante para mantê-los e ela trabalha fora de casa; entretanto, é levada a uma jornada dupla de trabalho ao considerar a situação doméstica, lugar onde atribui-se ser igualmente explorada.



Figura 08: Biá Sabiá. Cartunista: Ciça.

Fonte: NÓS MULHERES. Ed. 01, publicada em 1976.

³ Cecília Vicente de Azevedo Alves Pinto, cartunista conhecida pelo apelido de “Ciça”, esposa de Zélio e cunhada de Ziraldo - ficou por 20 anos como integrante das tiras da Folha de São Paulo como marco dos anos 70, no seu traço simples, geralmente traz animais como personagens de seus quadrinhos. Seu trabalho tomou grande expressão durante o período da ditadura militar quando suas tiras foram proibidas, durante esse período contribuiu com suas tirinhas em jornais como: *Pasquim, Brasil Mulher, Nós Mulheres*.

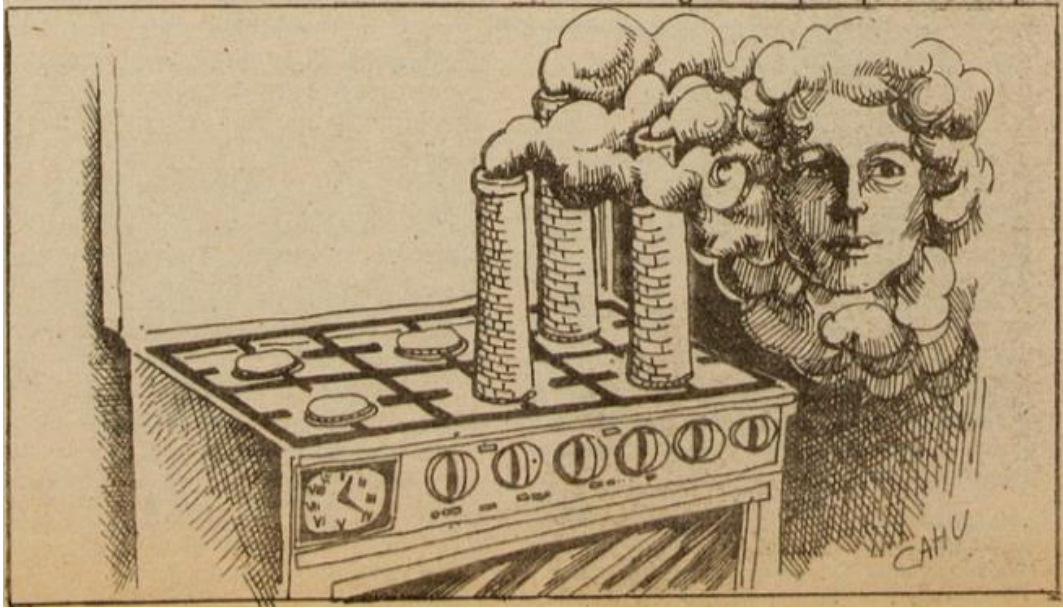


Figura 9: Lugar de Mulher não é só na cozinha. Cartunista: CAHU.

Fonte: NÓS MULHERES, Ed. 01, publicada em 1976.

O cartum referente a imagem 09, tratando sobre as mulheres exploradas é notada no texto “Lugar de fogão não é só na cozinha”, na mesma edição, que expressa a condição da mulher assalariada que deve sair de casa onde deixa de suar e sujar as mãos em suas próprias cozinhas para ser paga para se sujar na fabricação do instrumento mais utilizado na cozinha, o fogão, para o uso de outras mulheres (NÓS MULHERES, 1976, n.1, p. 15). As imagens produzidas pela cartunista, Cahú (1944-2006), Maria da Conceição de Souza⁴, também, colaboradora do “Nós Mulheres”, podem demonstrar o cunho das abordagens sobre a mulher, o trabalho, a jornada e a vida familiar. Na fábrica recebem um valor inferior se comparado à mão de obra servida. Na imagem, vê-se um rosto de mulher que sai de chaminés que se assemelham às das fábricas que, por sua vez, estão anexadas nas bocas do fogão. Cahú em 1976, representando, em um discurso visual, a perspectiva do texto, no qual a mulher realiza trabalhos, estreitamente, ligados aos trabalhos realizados em casa que, em vez da condição de servidão doméstica, tem-se o tempo e a força de trabalho gastos em produtos de fins domésticos para manter a prática doméstica enquanto serviço propriamente feminino.

⁴ Maria da Conceição de Souza, pernambucana, produtora de charges, caricaturas, cartuns e também fez algumas histórias em quadrinhos. Cahú teve participação intensa com seu trabalho durante a década dos 1970's participando não só do grupo que fez a Revista Balão, da revista Gazeta Mercantil publicou, contribuiu no Jornal Nós Mulheres com seus cartuns. E Publicou por quase 20 anos.

Apesar dos conflitos entre as mulheres que constituíram grupos de reflexão feminina, por mais que algumas tiveram mais interesses em se reunir em grupos de mulheres para realizar reflexões de cunho marxista e se posicionarem contra a opressão econômica e de um regime autoritário, tornando a luta feminista no Brasil uma luta diversificada. Desse modo, mostrou-se claramente que as mulheres se articularam em grupos e realizaram movimentos de mulheres enquanto um corpo só, um corpo político reivindicatório em prol da democracia. A dissidência dentro desses grupos mostrou que estes espaços femininos não eram homogêneos, apresentando uma pluralidade de pensamentos, posicionamentos e a circulação de diversas ideologias, discursos e metodologias de aplicação dos mesmos.

A imprensa alternativa feminista se demonstrou como meios de divulgação de coletivos de mulheres, vinculados a associações femininas, e, enquanto tal, permitiam que o discurso feminino tivesse voz e vez na imprensa alternativa, dando cobertura a assuntos não veiculados à imprensa tradicional ou alternativa, indo diretamente em choque contra a censura, a opressão do regime, o silenciamento social, a imprensa tradicional e contra, sobretudo, ao patriarcado que buscou, de todos os modos, silenciar estas mulheres. Posteriormente aos periódicos *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, surgiu em 1980 (já próximo ao final da ditadura militar) o jornal *Mulherio* que teve maior duração, dez anos, prova de que os jornais feministas deixaram frutos nos anos de chumbo, fazendo com que, até na atualidade, tenhamos revistas feministas em circulação no Brasil.

Capítulo 03. MARCAS VISUAIS: mulher, arte e militância

Os movimentos sociais, enquanto movimentos orgânicos, que geralmente trazem pautas de reivindicações sociais de grupos tidos como minoritários em uma dada sociedade, estes grupos, ao considerar que o individual torna-se parte de um todo, ao se voltar para o movimento social, como o caso do feminismo, o movimento se constitui em um corpo político unitário, entretanto, ao considerar o subjetivo inserido neste corpo político, este manifesta seus interesses de variadas formas que, para além do campo das ideias, das teorias, as mulheres, para demonstrar seus posicionamentos políticos, pintaram faixas para tornar visível seu discurso, pintaram seus corpos para não só reivindicar seus corpos mas também utiliza-lo como meio de manifestação e também fazem uso, como observamos no capítulo anterior, do meio midiático para tornar visível as pautas de mulheres que até então se viam na margem da sociedade, e como foi apresentado as mulheres, durante os tempos de chumbo, não só se articularam em forma de grupos de mulheres mas também criaram jornais, e como resultado, diversas colaboradoras contribuíram de diversos modos com o jornal, como o caso do jornal Nós Mulheres (1976-1978) que diversas mulheres cartunistas, criaram desenhos que tratavam justamente da realidade vivida das mulheres nas décadas de 1960 à 1978, ou seja, até a última edição do jornal. Estas realizaram, através das suas capacidades artísticas e com humor, diversas imagens que denunciavam os problemas vividos pela mulher brasileira afim de criticar uma cultura patriarcal fortemente presente em tal momento histórico.

3.1 Imagens como documento histórico: apontamentos teóricos

A partir da década de 1970, o processo historiográfico vivenciou a chamada “crise dos paradigmas”. Assim, o historiador começou a investigar os silêncios historiográficos por meio de estudos voltados às crenças, aos hábitos, aos ritos inerentes ao cotidiano, ao trabalho e às mentalidades. Consequentemente, encarar “novas” metodologias para fazer uso das “novas fontes” históricas – jornais, fotografias, pinturas, imagens, em geral –, fez-se necessário.

Partindo da perspectiva cultural, a análise histórica estrutura-se na consciência da identidade, na compreensão das mentalidades e das práticas cotidianas inseridas na cultura. Sendo assim, o conceito de cultura passa a ser o complexo de conhecimentos empregados socialmente na história da humanidade e, caracteristicamente, não é passível de julgamentos, mas, sim, de compreensão.

Abalizada por esses princípios, a História Cultural passa a ser uma das escolas mais produtivas entre os pesquisadores, principalmente no Brasil, por constituir “novos” domínios de investigação e por ter sido apropriada como disciplina institucional na formação dos historiadores. Para Chartier:

A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito as classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoante as classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças as quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado (CHARTIER, 1982, p. 16-17).

O conceito de representação emerge e reorienta o trabalho do historiador cultural. Especificamente no que se refere aos estudiosos de gênero, essa categoria de análise deu sentido à “maneira de indicar as construções sociais - a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres” (SCOTT, 1989, p. 7). Desse modo, é possível compreender as relações de um dado período ao se aproximar da realidade que expressa, de maneira mais verossímil, a existência, as experiências de uma determinada sociedade. Por meio das representações, os discursos, as condutas, as práticas sociais e o momento histórico vivido passam a ser tangíveis.

Portanto, buscou-se, ao longo desta narrativa, rediscutir práticas que estruturam o modelo social patriarcal, pelo qual o homem, ao adquirir privilégios sociais fundamentado em seu gênero, polarizou os espaços sociais, sendo o público destinado ao homem, e o privado à mulher. O regime militar reforçou esses limites; porém, o jogo estabelecido nessas fronteiras instigou as feministas dos anos de 1970 a proporem rupturas. Assim, o conceito de representações foi fundamental para identificar a reivindicação social no jornal “Nós Mulheres”. Conforme afirma Roger Chartier:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (...) As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos,

as suas escolhas e condutas. (...) As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações são, portanto, afastar-se do social — como julgou durante muito tempo uma história de vistas demasiado curtas —, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de confronto tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais (CHARTIER, 1982, p. 17).

A “presentificação” do que se faz ausente, como uma apresentação de um instrumento de conhecimento mediato, mostra um dado “objeto” ausente por intermédio de sua substituição por uma “imagem”. Essa, por sua vez, é capaz de reconstruir a memória ao figurar o “objeto” como o é de fato. Algumas dessas imagens podem ser bem materiais, como uma fotografia, um desenho ou um jornal impresso que exprime suas concepções por meio de textos e signos, afirma Chartier (1982, p. 20).

É a partir dessa perspectiva que o uso das fontes, as charges produzidas para o jornal “Nós Mulheres”, serão tratadas no subitem ulterior, ou seja, como discurso e testemunho do momento histórico importante para se compreender o Brasil de hoje e os sintomas dos tempos de chumbo nas problemáticas relacionadas às discussões de gênero no presente.

Assim, impregnado de conteúdo político, o gênero enquanto categoria de análise traz novos paradigmas para a história. A categoria de representações sociais e a teoria feminista estão inseridas em um momento de reconstrução do conhecimento científico por parte dessas e de outras teorias emergentes em tal momento. Consoante ao que aponta Ângela Arruda, em seu estudo “Feminismo, Gênero e Representações Sociais”, publicado na coletânea volume 08 dos *Textos de História*, organizado por Tania Navarro Swain, em 2000:

Tal como a teoria feminista, a teoria das representações sociais estampa o mesmo empenho desconstrucionista frente aos problemas humanos. A teoria feminista vai visibilizar facetas desconhecidas até então ao descortinar a situação das mulheres, tanto com relação a problemas já identificados quanto a outros que estavam por abordar. A teoria das representações sociais vai visibilizar facetas omitidas do conhecimento humano, valorizando o saber do senso comum, o universo consensual das conversações cotidianas e a criatividade das pessoas comuns ao traduzir a realidade (ARRUDA, 2000, p. 119).

A autora afirma que questões de gênero e representações sociais dificilmente se encontram em divisórias. As teorias de gênero e teorias de representações não se encontram apenas no

campo histórico ou nas ciências sociais, mas também na filosofia e nos estudos culturais, literários e nas imagens.

A teoria feminista perpassa as fronteiras disciplinares quando, devidamente problematizada, busca espaço entre os discursos vigentes, sendo esse último objeto de desejo e luta, expressando, então, grande importância política. Do mesmo modo, as representações sociais são a substância da mentalidade social e, enquanto sintoma social, não se acomoda apenas em um campo do saber (ARRUDA, 2000, p. 120).

Por assim ser, esta pesquisa investiga o movimento de mulheres que testemunharam, por meio das imagens, um pensamento contraditório aos moldes da “ordem” inventada pelo regime militar (1964-1985). Apresentado em forma de charges e críticas escritas, o jornal “Nós Mulheres” (1976-19178) representou vivências e mentalidades de mulheres que experienciaram conflitos e utilizaram-se de algumas ferramentas dos produtores do jornal, em estudo, para se posicionarem contra um Estado ditatorial. Essa ação resultou em registro que, nesse caso, é tratado como testemunho/documento histórico de uma época e grupo social.

O conceito de imagem, enquanto uma figura produzida, pode ser compreendido como obra de arte que exprime um pensamento materializado e objetivado quando o autor (a unidade que reúne as constantes do pensamento artístico embutido nas obras) assina sua obra, a mesma deixa de ser objeto e se torna sujeito, sujeito esse que exprime um pensamento. O autor produz um “ser” pensante no mundo, o qual se torna autônomo em relação ao seu próprio criador (COLLI, 2008, p. 19-20). Isso dialoga com o que afirma Jorge Coli em seu estudo *Reflexões sobre a ideia de semelhança, de artista e de autor nas artes - exemplos do século XIX*, de 2008:

(...) o autor, que se encontra nele, mas que não se identifica com ele, devemos concluir que ele não exprime nada, mas que fabrica coisas carregadas de expressão. É interessante ter certos dados biográficos do criador, por exemplo, para compreendermos a gênese da obra. Mas, passado esse ponto, a obra começa a falar por si. Ela pode mesmo negar o dado genético, ou então confirmá-lo. Mas agora isso deixa de importar, porque a obra está dizendo outra coisa, falando por si mesma. (...) As palavras não conseguem apreender as obras: podem ser, no máximo, indicativas de intuições mudas. Num estudo de história da arte, as imagens nunca são secundárias, ilustrações destinadas a embelezar um texto. Elas são nucleares, porque carregam em si o próprio processo de raciocínio (COLI, 2008, p. 20).

Graças à proximidade e disposição quanto ao estudo, Aby Warburg e o seu trabalho “Atlas de Imagens Mnemosyne”, no qual realizou um comparativo que deu a criação das relações

intuitivas e expressivas apenas pelo contato mantido entre as obras, dado a esse princípio, tornou-se possível expressar a representação por imagens, substituindo o uso das palavras (COLI, 2008, p. 20). Ainda segundo o pensador:

Semelhanças e analogias criam uma substância artística maior do que seus limites materiais. As obras são únicas, sem dúvida, mas como pontos num tecido amplo de outras obras, ou, como no caso de Proust, da “realidade”, por meio de uma percepção que a transforma em arte. Essas obras não são feitas apenas de um original. Dela fazem parte, como elemento constitutivo profundo, e não como sucedâneos desprovidos de alma, a reprodução, a marca deixada na memória, todas as formas de representação, ou antes, de reapresentação, todas as formas de associações presididas pela semelhança. Material e imaterial, a obra é tudo isso, é feita de tudo isso (COLI, 2008, p. 24).

As representações sociais se fazem presentes na abordagem de várias teorias feministas. Assim, o simbólico é parte da construção da subjetividade de gênero que, nesse caso, se refere à produção de imagens em um jornal de cunho feminista. Elas são analisadas como *marcas* da memória de um período hostil, mas, ainda assim, não conseguiu silenciar uma geração de jovens que experimentaram o regime ditatorial. Consideradas discursos, as charges do jornal “Nós Mulheres” cumpriram seu propósito “(...) *de mostrar a realidade, daí ser importante compreender que a intenção do artista era fazer um diálogo com o real, apresentá-lo com a maior fidelidade possível.*” (CAPEL, 2016, p. 04).

Ainda segundo Capel (2016), as imagens não devem ser levadas enquanto uma representação autêntica da realidade em que foi produzida. As representações diretas podem ser chamadas de miméticas (se for o caso), mas não se deve desconsiderar que as obras figurativas têm a intenção de demonstrar a realidade, fazendo com que seja necessário interpretar e conceber qual é a proposta do artista ao realizar tal obra. A autora segue afirmando que essas carecem de ser questionadas e postas sob investigação quanto ao conteúdo estampado em si; por isso, devem ser estudadas com precisão analítica e dialogando com outras fontes, assim como qualquer outro documento escrito, pois é, também, lacunar e representativo.

A partir disso, investiga-se a representação feminina, tendo como foco o protagonismo dos *cartuns* no jornal feminista, “Nós Mulheres” (1976-78), para representar a condição cultural e social da mulher durante o regime militar. A linguagem bem humorada dos quadrinhos pode ter sido uma estratégia dos artistas para retratarem temas densos como é o caso da submissão

feminina em uma sociedade regida por concepções muito aquém do discurso expresso pelos interlocutores do jornal.

Segundo Crescêncio (2013), o riso⁵ vem como um meio de desarmar, pois o riso demonstra, em parte, a superação do problema. O “Nós Mulheres” veio com a proposta de ter o humor diante das adversidades e como resposta às relações de poder que a mulher vivenciava nos locais públicos e privados. Ao levar, em suas tirinhas, o tema mulher, com o conteúdo para o público feminino, as mulheres tiveram a oportunidade de inverter os papéis e o riso era causado enquanto meio para desarmar o patriarcado. Logo, a mulher se identifica, se reconhece nas imagens e, a partir disso, vislumbra possibilidade de transformação. Deligne (2011, p. 30) aponta a imagem como estágio de comunicação não discursivo que perpassa os domínios lógicos e ingressa no domínio da afetividade. Desse modo, a apropriação feminina, de ilustrações e charges, expressa o sentimento de libertação, reflexão e, até mesmo, uma tentativa de expansão dos “novos” valores pensados para uma sociedade de mulheres engajadas nesse movimento social⁶.

O termo charge é originário do francês que quer dizer “carregar, exagerar”. A charge é um tipo de crônica humorística que tem em seu caráter o interesse de denunciar e criticar por meio do cômico, obtido via ironia e exagero. Na maioria das vezes, ela se caracteriza por um texto visual humorado e opinativo sobre um fato específico, a personagem e temas podem ser datados cronologicamente e terem seus sentidos ou, então, perdem-se no tempo devido ao fato de que esse gênero realiza discussões sobre temas que estão em evidência em determinado momento.

Segundo Rabaça e Barbosa (1978), a charge é uma espécie de cartum, “*cujo objetivo é a crítica humorística de um fato ou acontecimento específico, em geral de natureza política*” (p. 89). Entende-se, portanto, que se trata de uma representação gráfica que correlaciona a linguagem verbal e não verbal a fim de expor uma determinada perspectiva, opiniões ou críticas do autor acerca de um assunto pungente de maior circulação nas mídias, ou justamente busca emergir um determinado assunto ocultado/velado que está acontecendo no

⁵ Um importante estudioso do riso e suas categorias de análise foi Mikhail Bakhtin. Seus ensinamentos instruem que “(...) *jamais poderia ser um instrumento de opressão e embrutecimento do povo. Ninguém jamais conseguiu torná-lo inteiramente oficial. Ele permaneceu sempre uma arma de liberação (...)*” (BAKHTIN, 2002, p. 81).

⁶ Nesse sentido, vale a pena ressaltar que as imagens em quadrinhos, também, foram utilizadas para desqualificar, enfraquecer e “zombar” do movimento feminista, como foi o caso do “O Pasquim” (1969-1991) que, inclusive, foi visto por Rachel Soieht (2003, p. 608) como uma forma de violência simbólica às mulheres que buscavam emancipação/ascensão social.

momento de sua produção, a charge costuma circular em jornais, tais como as charges extraídas do jornal *Nós Mulheres*.

A propriedade de todo o sistema de comunicação é, acima de tudo, ideológico, a charge acaba por atender a esse perfil, com seu traço livre e, geralmente, simples se refere a fatos acontecidos com pessoas ou situações reais e tem como propósito denunciar, criticar, satirizar e denunciar certas circunstâncias. De acordo com o pensamento de Mikhail Bakhtin (1999), todos os signos têm suas próprias concepções e, portanto, são ideológicos e se caracterizam de acordo com as percepções do real e se constituem em um espaço social da comunicação via relação verbal. Sob esse aspecto, o teórico aponta que os signos retratam uma realidade à que se referem, quase sempre exterior a ele, ou seja, condições histórico-sociais afetam o sujeito criador que produz tais signos. Ideologicamente intrínsecos, um não existe sem o outro, a ideologia e signo corporizam a comunicação. Nesse sentido, o signo é:

Um produto ideológico [que] faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico instrumento de produção ou produto de consumo; mas ao contrário destes, ele também reflete e retrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia. (...). A existência do signo nada mais é do que a materialização de uma comunicação. É nisso que consiste a natureza de todos os signos ideológicos. (BAKHTIN, 1999, apud SOUSA, 2008, p. 41)

O discurso irônico tem como condição a ambiguidade por demonstrar diversos sentidos, fazendo com que a compreensão possa ser aberta e, geralmente, bem humorada. O objetivo do enunciador, via ironia, é desmascarar questões postas como condições únicas e irreversíveis, por exemplo.

Desse modo, os chargistas e cartunistas denunciam, de modo peculiar, os fatos negativos, vergonhosos e absurdos que ocorrem no Brasil por meio da junção de imagens a palavras, ainda que monossilábicas; a ironia com o humor, ao entrar em circulação via jornais e outras mídias, acaba por expor uma determinada situação, esperando maior recepção do grande público por se tratar de uma linguagem/mensagem rápida. É interessante demonstrar que os diálogos apresentados em charges e cartuns, conforme discutido anteriormente, têm como

finalidade aguçar a crítica e a reflexão social⁷. O enunciado introduz vários locutores e, pelo humor, representa nas entrelinhas críticas a determinado modelo cultural, mentalidade e valores intrínsecos a uma situação, fato ou comportamento.

Assim, o conteúdo de uma charge demonstra proeminência de subjetividades do artista que a ilustra com a intenção de repassar uma concepção pessoal que interage com a receptividade do expectador seja pelo riso, pela ironia ou por meio de ambos, ao mesmo tempo. No tópico seguinte, alguns desses discursos serão apresentados a fim de que, empiricamente, se possa compreender melhor o tempo, as ideias, as lutas, as aspirações e, sobretudo, os dilemas femininos vividos na década de 1970, mas com o olhar no futuro.

3.2 Charges e linguagem no jornal *NÓS MULHERES*

Uma característica típica das capas do jornal, a exemplo da figura 10, é trazer estampados, já na primeira página, os assuntos principais a serem abordados na respectiva edição. Nesse caso, o tema central discute, à luz da imagem, a seguinte questão: “Dona de casa: qual o reino desta Rainha?”. Outros debates sociais, coadjuvantes ao papel da mulher na sociedade dos anos de 1970, estiveram em foco como objeto de estudo. Nas edições disponíveis no acervo histórico Fundação Carlos Chagas, disponível no site da Fundação Carlos Chagas⁸, nota-se que outros temas, semelhantemente contemporâneos, foram problematizados pelo jornal “Nós Mulheres”. Eis alguns exemplos: “Quem abandona o menor abandonado?”, “Saindo para o trabalho, onde deixar nossos filhos?”, “A oportunidade de votar de novo”, “Condução, casa, comida, o dinheiro está dando?”, “Os direitos da mulher”, “Depoimentos de prostitutas” e “As mulheres na música e na literatura”.

⁷ Observando os estudos de Bakhtin (1999), percebe-se que pelo seu entendimento há diálogo em todo processo contínuo da comunicação humana. Bakhtin tem como uma de suas produções fundamentais a dialogia e, para ele, as enunciações que são produzidas pelos seres humanos só se fazem entendidas quando se compreende a relação delas com outras enunciações. Esse autor não considera fixa a dialogia e o enunciado para ele não pode ser compreendido enquanto fato isolado, pressupondo que há uma conexão com todos aqueles que os entenderam. O autor, como já foi dito acima, não considera os diálogos fixos, “estáticos” entre os indivíduos, demonstra que há diversas formas onde há duas ou mais vozes que se inter-relacionam, as relações dialógicas podem ser consideradas bastante amplas e heterogêneas, complexas. Cf. BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da Linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira. 9 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

⁸ Fundação Carlos Chagas. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/fcc/>

Então, o que se pode compreender desse importante dado? Ora, os assuntos abordados estão relacionados ao ser mulher, abrangem desde a condição de vida, de trabalho, contracepção, corpo, filhos, sexualidade, cultura, representatividade feminina, feminismo, abordagens históricas do feminismo e vivências de mulheres no Brasil.

Basicamente, são estes os temas centrais que norteiam a linguagem visual que analisaremos neste tópico. As imagens que ilustram o “Nós Mulheres” se tornaram o cerne desta pesquisa que objetiva demonstrar como a mulher e questões adjacentes foram representadas no Brasil durante os anos de chumbo. O referido jornal, além de fazer grande uso de fontes icnográficas e colagens, traz desenhos como proposta de satirizar a cultura patriarcal e também denunciar a realidade feminina por meio da arte.

O que foi observado nesta pesquisa é o fato de que essas representações não só estão atreladas a temas específicos que inspiraram artistas-mulheres, mas também a homens que colaboraram com seus desenhos⁹. Logo, utilizando-nos do poder das imagens, eis que se apresenta o primeiro discurso:

⁶ Como o foco desta pesquisa está justamente em demonstrar o protagonismo feminino através do jornal Nós Mulheres, os cartunistas do sexo masculino não serão abordados aqui, visando exclusivamente contemplar as produções femininas que expressaram seus dilemas, desafios e rupturas em dado espaço no tempo.



Figura 10: Capa da segunda edição do jornal *Nós Mulheres*, Cartunista: Cahu.
 Fonte: *Nós Mulheres*, Ed. n° 02 p.01, publicada em (mês), 1976.

Observando a figura 10, abordada acima, produzida por Conceição Cahu, em 1976, temos condições de refletir formal, social e culturalmente acerca do desenho supracitado.

Nota-se, primeiramente, que há uma mulher com o rosto e os braços bastante marcados, expressando a condição de trabalhadora dessa mulher que usa um lenço e se apoia em um cabo de madeira, possivelmente de rodo ou vassoura, o qual parece dar o sentido de que cabe à mulher a realização do serviço do lar (seja do seu próprio ou de outrem). A figura feminina

está representada em tamanho maior, quando comparada aos outros elementos contidos na imagem, como se ela se sobrepusesse aos prédios da cidade e sustentasse os elementos que estão presentes na sociedade; assim, a ideia de fardo sobre seus ombros se explicita. À direita, vê-se a igreja; à esquerda, a escola, o que traz ao contexto não só a educação necessária aos filhos de mulheres trabalhadoras, mas também um questionamento: como seria a oportunidade de educação para as mulheres de baixa renda naquela época?

Considerando as altas taxas de analfabetismo no Brasil, durante o regime militar, percebe-se que a problemática apresentada pela imagem é, de fato, instigante. E, ainda analisando os símbolos que compõem o todo da representação de 1976, temos nos braços da protagonista (a mulher) um bebê se apoiando em seu polegar e um homem de terno que pode ser compreendido como o esposo ou então o patrão. Demonstra-se, assim, que sua função social e espaço cultural se constituem a serviço de ambos. Nesse sentido, a utilização do avental e do lenço pode ser um indício de qual era o seu lugar.

A imagem evidencia, ainda, dois jovens. Eles, possivelmente, representam os estudantes (subversivos) que, em sua maioria, eram contrários ao regime ditatorial em curso naquela época. Os cabelos longos são sinais que sustentam essa análise. Finalmente, no antebraço da mulher que protagoniza o discurso, vemos uma jovem estudante que alude ao prenúncio de uma “nova” geração de mulheres: as acadêmicas. É possível que seja a constituição de uma juventude feminista que buscava se libertar do sistema que vigorava há, aproximadamente, doze anos no Brasil e atingia a década de 1970. Pode ser que tenha sido o vislumbre do futuro. Conforme já dito anteriormente, essa produção é capaz de provocar diversas análises a partir de diferentes perspectivas, de modo a demonstrar o intuito de Cahu de colocar a mulher, sua condição e suas relações sob diversas óticas.

Ao examinar outras imagens, destacamos a que foi produzida por Hilde Weber¹⁰, cujo humor crítico refere-se às crenças cristãs, sobretudo, ao enredo de que Eva corrompeu Adão, de modo a ilustrar que, na “árvore do fruto proibido”, já existia um terceiro personagem com apetite voraz. Não há diálogo no quadrinho da figura 11, mas as expressões em onomatopeia expressam suas opiniões a respeito do “fruto proibido”. Há desconstrução dos valores da moralidade religiosa sobre a relação entre homem, mulher e as crenças a respeito de seus “começos”. Vejamos:

¹⁰ Hilde Weber nasceu na Alemanha, entretanto mudou-se para o Brasil com menos de 20 anos. trabalhou como chargista política na imprensa por mais de 30 anos, em jornais como: *A Tribuna da Imprensa* do Rio de Janeiro e no *O Estado de São Paulo*. Hilde também contribuiu com cartuns no jornal *Nós Mulheres* onde foi homenageada na ed.04 pelo grupo editorial em 1977. Hilde caricaturou a maioria dos políticos brasileiros como: Getúlio Vargas, Café Filho, Jânio Quadros, Adhemar de Barros, Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschec, João Goulart, Tancredo Neves, Costa e Silva, Montoro, Orestes Quércia, Ernesto Geisel, Figueiredo entre outros.



Figura 11: O Humor de Nós Mulheres Cartunista: Hilde Weber.
 Fonte: *Nós Mulheres*, Edição: nº 04 p.09, publicada em 1977.

Ainda nessa direção, os exemplos de discussões propostas pelo jornal “Nós Mulheres” são, definitivamente, um campo fértil para este estudo. A charge feita por Mariza, figura 12, aprofunda essas questões na representação de um homem, uma mulher e uma figura antropomórfica feminina:



Figura 12: O Humor de Nós Mulheres Cartunista: Mariza.
 Fonte: *Nós Mulheres*, Ed. nº 04 p.09, publicada em 1977.

A mulher, à esquerda, diz no balãozinho “Você e seu inconsciente!” para o homem que está de braços dados com a figura enigmática. Considera-se que o inconsciente pode ser aquilo que não é dotado de consciência ou, então, alguns dos significados possíveis na psicanálise “inconsciente” que podem ser identificados com o caos, o mistério, o inefável, o ilógico, sem nenhuma inteligibilidade. Entende-se, portanto, que a mulher está discutindo com seu esposo, possivelmente, e que a figura ao seu lado direito seria a perspectiva ilógica e sem consciência de que esse tem da sua esposa, como uma “megera” ou uma criatura não humana. Eventualmente, o mal humor da mulher, devido a sua condição de trabalho doméstico em jornadas exaustivas, é o causador dos conflitos na relação entre ambos. A cartunista Mariza, com humor, traz um fato comum de homens que identificam suas esposas como “patroas”, mandonas e megeras em seus casamentos. A fala da esposa indica que o esposo está inconsciente diante de tal situação, pois esses, enquanto provedores do lar e com privilégios no espaço público, negligenciam as necessidades de suas companheiras e acabam submetendo mulheres a servi-los no espaço privado.

E as denúncias/reflexões sobre esse cotidiano, muitas vezes conjugado às jornadas duplas ou triplas, não param:



Figura 13: Procura-se uma esposa. Cartunista: Aparecida Spindola.
Fonte: *Nós Mulheres*, Ed. nº 01 p.05, publicada em 1976.

A imagem acima, figura 13, criada por Aparecida Spindola, representa uma típica mulher dona de casa, uma esposa do lar. O desenho apresenta mulheres utilizando lenço de cabelo, avental, rolo de massa, ferro de passar, uma vassoura e, por último, um espanador de pó. Em todos os desenhos as protagonistas estão presas pelo pescoço por uma corda como se fossem

animais. Subjetivamente, o que as aprisionam são forças do tradicionalismo materializadas no regime militar. A origem do cordão que aparelha as mulheres representadas não é demonstrada, mas fica subentendido que se trata da matriz que sustenta esse poder pautado na conservação dos valores e na manutenção da ordem social.

Uma vez mais, a figura feminina assume o papel doméstico que afeta o cortejo enlaçado pelo fio do que simboliza o controle sobre o saber-fazer inerente à mulher, segundo a tradição.

Ao avaliar o fato de que o trabalho doméstico é uma atividade contínua, uma questão importante a se destacar é que as imagens, semelhantes às anteriores, são recorrentes no discurso do jornal em análise que, na maioria das vezes, tem um discurso visual complementado por textos escritos, a exemplo do que se vê na figura 13: “Procura-se uma esposa”. A página 05, da edição nº 04 do jornal, publicada em 1976, consta um editorial, no qual uma mulher que é esposa e mãe imagina os bônus da busca de seu filho por uma esposa. A imagem que ilustra a narrativa é bem interessante:



Figura 14: O Humor de Nós Mulheres. Cartunista: Hilde
Fonte: *Nós Mulheres*, Ed. nº 04 p. 09, publicada em 1977.

Evidencia-se, conforme a figura 14, que a concepção popular do matrimônio estava atrelada ao trabalho de administração e limpeza do lar. Nela, há uma crítica humorada e irônica a respeito da condição/experiência feminina no casamento. No texto, elenca-se alguns requisitos a serem cumpridos pela mulher, ampliando o que alude à charge anterior. O controle exercido sobre a esposa, a imposição de uma relação monogâmica, ainda que seja

unilateral, e a responsabilidade exclusiva pelo uso dos métodos contraceptivos, são algumas das provocações relacionadas ao discurso proposto pela imagem de Hilde (figura 14).

Em continuação às análises sobre charges que problematizam a condição feminina no espaço privado, o discurso produzido por Ciça, figura 15, segue ressaltando, quase que de modo pedagógico, esse tema:

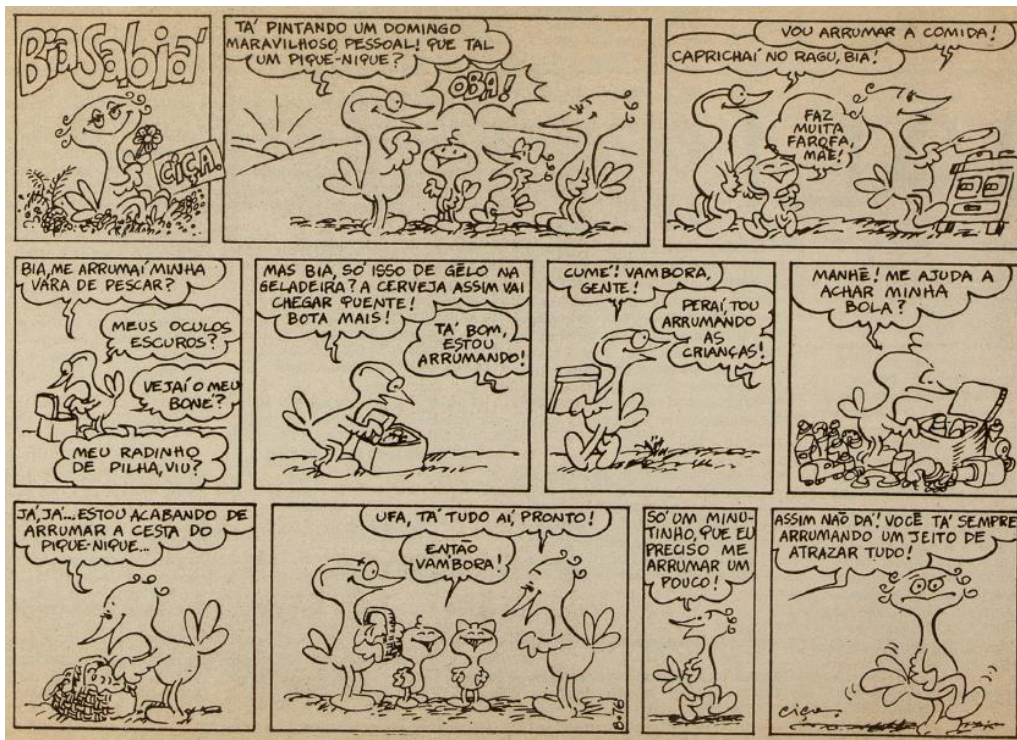


Figura 15: Biá Sabiá. Cartunista: Ciça.

Fonte: *Nós Mulheres*, Ed. n° 02 p.03, publicada em 1976.

Ora, ainda que seja final de semana, o trabalho doméstico é contínuo. Cozinhar e administrar a vida do marido, e dos filhos, demonstram, por meio do diálogo na tirinha da figura 14, que os membros da família estão em primeiro lugar para Biá. Não obstante, a valorização não é moeda de troca. Ao ser acusada de atrasar o interesse de todos, Biá teve de abrir mão de suas próprias necessidades para atender a todos do lar. A ironia retrata a realidade de mulheres que vivem o contínuo trabalho do lar a ponto de se privarem delas próprias em prol dos membros da família, sem necessariamente receber o mesmo em troca. Quem cuida da esposa/mãe enquanto essa cuida de todos?

Segundo outras imagens, a exemplo do cartum que se segue na figura 15, também de autoria de Ciça, temos uma provável resposta para a indagação anterior:



Figura 16: Bia Sabiá. Cartunista: CİÇA.
Fonte: Nós Mulheres, Ed. n° 04 p.09, publicada em 1977.

CİÇA, na figura 16, demonstra, com humor, a condição da Bia Sabiá de ter sua individualidade atrelada a sua condição de dona de casa, pela qual, no dia de seu aniversário, em vez de ganhar um presente, um agrado, acaba por receber um novo utensílio para realizar seu trabalho doméstico. É perceptível que, remetendo ao contexto social daquela época, avolumava-se a função de dona e “serviçal” de sua casa, sempre vista como um espaço coletivo.

Para além da denúncia da condição feminina por meio da ironia, há, no jornal, relatos verídicos da vivência de mulheres trabalhadoras, seja no lar, seja no espaço de trabalho. Há também textos que apontam a realidade de mulheres que realizam trabalho doméstico na casa de terceiros, atuando como cozinheiras, arrumadeiras, lavadeiras, diaristas. E, segundo a edição 01, de 1976, esse tipo de trabalho representava 32% da força de trabalho feminina e sem horizontes de devido reconhecimento:

Que não tem limites do horário de trabalho, dormem no quarto, cortadas de seu meio social, sem, entretanto, pertencer àquele no qual vivem durante 6 dias por semana, e ganhando um salário arbitrário. Em São Paulo elas são 300mil; no Rio são 200mil. Quantas serão pelo resto do Brasil? Qual a sua história? (NÓS MULHERES, n° 01, p. 07, 1976).

O depoimento é de uma mulher de origem humilde nascida em 1941, ela e a irmã não tiveram acesso à educação por serem mulheres. Relatos semelhantes a esse servem de testemunho para denunciar a relação de trabalho compulsório que havia entre patrões e empregadas. Essa situação corresponde à falta de oportunidade para estudar e, por conseguinte, ao “ciclo vicioso” que explicita a servidão que havia no trabalho como empregada doméstica, o qual se materializa como uma atividade incompatível com a jornada de serviço e remuneração. Esse fato expõe a pobreza e calamidade social vivida no Brasil governado pelos militares.

A segunda edição, de outubro de 1976, pode ser entendida como uma analogia à condição do trabalho doméstico mal remunerado, conforme explicitou a entrevista publicada em 1976. Cahu produziu, na figura 17, uma sequência de cartuns que representam o ofício diário da dona de casa. Mulher e trabalho parecem ser sinônimos na visão da desenhista.



Figura 17: A Rainha do Lar não tem Cetro nem Coroa. Cartunista: Cahu
Fonte: *Nós Mulheres*, Ed. n° 02 p. 08, publicada em 1976.

Na primeira imagem há uma mulher costurando uma meia. A lâmpada acesa demonstra o vínculo diuturno da mulher com o trabalho e sua família. A compulsoriedade dessa relação fica evidente quando a mesma personagem organiza a roupa de seu filho que, aparentemente, está em fase escolar. Depois de, possivelmente ter levado a criança à escola, é flagrada secando o chão e, em seguida, preparando almoço para a família.

Essa sequência de imagens (figura 17) parece demonstrar a naturalização desse tipo de atividade feita, prioritariamente, pelas e para as mulheres. Sendo atividades cíclicas, as quatro figuras representam, de modo bastante conciso, a realidade de uma parcela significativa das

mulheres, dos anos de 1970, responsáveis, por sua vez, pela continuidade desses modelos no (in)consciente coletivo atual. As sociedades são regidas pelo patriarcalismo, sistema que ainda resiste na cultura do brasileiro, de algum modo, e que pode ser entendido como entraves/retrocessos herdados de um sistema ditatorial que, certamente, impactou os horizontes de futuro da sociedade do presente, seja na educação formal/informal, seja na política, seja nos avanços tecnológicos, seja nos modos como se comportam a cultura e a sociedade atual em relação à mulher.

O texto que acompanha a imagem já traz no título o tema “A Rainha do lar não tem cetro nem coroa” e enfatiza o trabalho invisível das donas de casa. Existe uma ferrenha crítica a “*um trabalho que nunca acaba*”, traz relatos de mulheres que questionam o que lhes é imposto culturalmente: dupla e tripla jornada de trabalho. Dentre os depoimentos, Sonia, de trinta e dois anos e com três filhos, questiona se “*A vida é só isso?*”. Trabalhadora de uma fábrica, ela se desdobra com o trabalho doméstico e o trato dos filhos, assim como é o desabafo de Inês, naquela época com cinquenta anos e também com três filhas. Sob o título, “*Um bom disfarce do desemprego*”, ela atenta ao fato de “precisar” se restringir ao espaço da casa, devido a sua condição de esposa e mãe. Sobre isso, seu sentimento é de desvalorização, pois, segundo seu pensamento: “*(...) numa sociedade onde o dinheiro determina o valor das coisas, o trabalho doméstico, que não vale dinheiro, nem é considerado trabalho. Por que fazê-lo?*” (NÓS MULHERES, p. 08, 1976).

Porém, não somente a discussões sobre mulher e trabalho o jornal se dedicou. Questões “tabu” naquela época como sexualidade, contracepção e planejamento familiar fizeram parte dos debates propostos aos leitores (as). Eis uma representação:

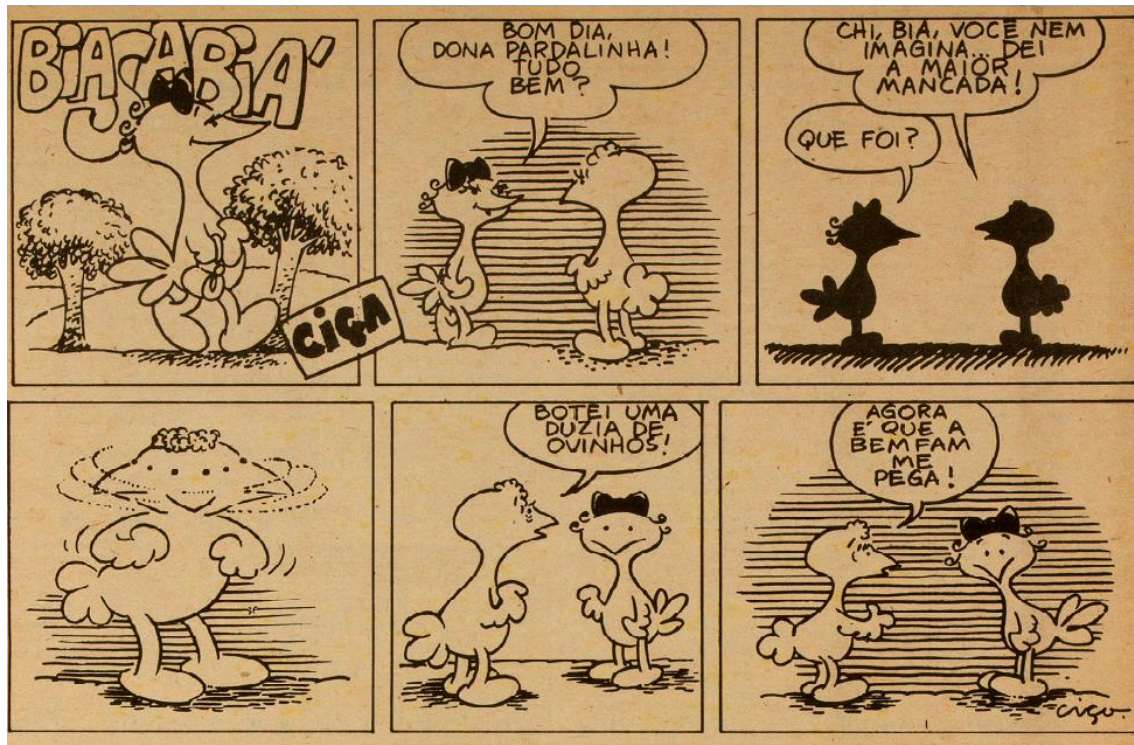


Figura 18: Biá Sabiá. Cartunista: Ciça
Fonte: Nós Mulheres, Ed. n° 06 p. 15, publicada em 1977.

O diálogo acima (figura 18) apresenta um encontro entre Bia Sabiá e uma amiga. A conversa se desenrola com o seguinte teor: “Chi, Bia, você nem imagina! Dei a maior mancada”. Patolina olha em volta, sua feição atônita segreda com Bia Sabiá que acabou botando uma dúzia de ovinhos. No último quadrinho, em um ato de desespero, ela teme que a BEMFAM - Sociedade Civil do Bem-Estar Familiar no Brasil - a pegasse, uma alusão ao costume dos militares de “pegarem” os subversivos contrários ao “novo” sistema político.

A BEMFAM foi amplamente financiada pelo poder político, a partir de 1965. Trata-se, basicamente, do controle de natalidade brasileira. Mas o interessante é que esse financiamento era internacional e, ao que tudo indica, os Estados Unidos eram seu principal mantenedor. Segundo Joana Maria Pedro (2003), em seu estudo *“A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração”*, os EUA investiram no controle de natalidade no Brasil e em outros países da América Latina para, de algum modo, conter o alinhamento aos ideais socialistas, conforme ocorreu em Cuba nos anos de 1950. Desse modo, essa “brecha” propiciou à potência americana o controle sobre a “bomba demográfica” que poderia emerrar a expansão capitalista no referido território:

Entretanto a política internacional, voltada para a redução da população — principalmente dos países pobres —, encontrou no governo brasileiro, durante

a vigência do regime militar, além de ambiguidade, um debate que não conheceu consenso. De um lado havia os “antinatalistas”; de outro, os “anticontrolistas”. Os primeiros reivindicavam um projeto de desenvolvimento para o País, dentre cujas exigências encontrava-se a redução da natalidade como parâmetro de país desenvolvido. Além disso, havia o argumento de que, com o crescimento demográfico então observado, a economia teria dificuldades em manter altas taxas de crescimento capazes de darem conta da demanda exigida. Por outro lado, os anticontrolistas, com a teoria geopolítica de “ocupação de espaços vazios”, encontravam entre os militares nacionalistas fortes aliados. Estes argumentavam que a soberania nacional dependia da presença de brasileiros em todas as regiões do País. Aos anticontrolistas no Brasil, muitas vezes aliaram-se a vários setores da Igreja Católica, e até mesmo a grupos feministas. (PEDRO, 2003, p. 242).

A sociedade, dividida acerca do controle da natalidade no Brasil, contribuiu para que diversos grupos da sociedade compartilhassem ideias comuns. As feministas e a Igreja Católica protagonizaram as críticas à política “*controlacionista*”, mas por motivos diferentes. De um lado, a moralidade religiosa que concebia o casamento como meio de procriação; do outro, o movimento social que criticava a responsabilidade das mulheres nesse ideal puramente econômico e dominador. Não raro, o “*Nós Mulheres*” denunciou o controle da natalidade às investidas violentas dos militares sobre os “suspeitos”.

Ainda sobre natalidade e sexualidade, a edição 05, na página 04, de 1977, propõe discuti-las mediante a seguinte manchete: “Menstruação, vamos falar dela?”. A imagem que acompanha esse chamamento é, de fato, um discurso que merece ser mostrado, pois, para a época, mostrava-se em linha de vanguarda, pois um corpo nu, aparentemente erotizando-se, caminha na contramão do que se entendia sobre o papel da mulher naquela época (mãe, dona de casa e esposa):

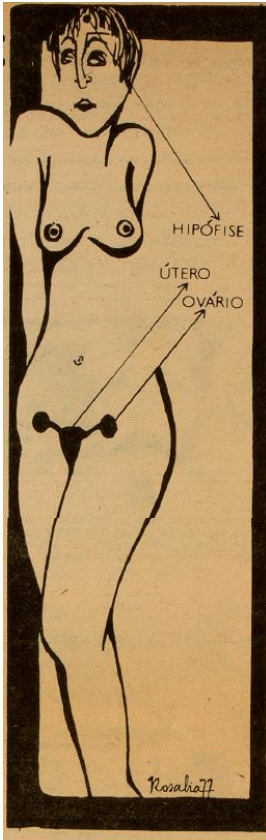


Figura 19: Menstruação: vamos falar dela? Cartunista: Rosalina.
 Fonte: *Nós Mulheres*, Ed. n° 05 p.04, publicada em 1977.

Rosalina evidencia o útero (figura 19), ovário e um rosto languido e boquiaberto, o corpo aparenta estar preso, as pernas cruzadas, os braços para trás, os ombros tensos e arqueados remetem à Hipófise¹¹. A imagem discute a menstruação em uma abordagem que explicita o envolvimento mental nesse processo físico/fisiológico das mulheres, taxadas como estressadas, irritadiças e agressivas nesse período, o texto relembra como a menstruação foi vista nos tempos medievais. As mulheres eram apontadas como imundas, maculadas, perigosas e impuras; o texto escrito revisita a sexualidade feminina, questiona o sexo como procriação e propõe quebra de tabus sobre o prazer.

Visivelmente, o rosto da imagem na figura 19, seguido do gestual da mão direita que, por meio dos órgãos reprodutores, imita uma *langerie*, traz a ideia de que a desenhista pretendia ir além do tema fisiológico para provocar um embate entre as questões silenciadas e os costumes da sociedade dos tempos de chumbo no Brasil. Os abalos à moralidade e aos tabus

¹¹ De acordo com o dicionário Michaelis, Hipófise se trata: 1 ANAT, FISIOL: Glândula endócrina, situada na base do cérebro, encaixada em uma reentrância do esfenóide, cujas perturbações de desenvolvimento ou funcionamento resultam em alterações no crescimento, bem como distúrbios múltiplos em outras glândulas de secreção interna, como a tireoide e a suprarrenal, sobre as quais exerce controle regulando-lhes a atividade; glândula pituitária.

sociais representam, a nosso ver, um termômetro do que seria do regime militar, da “ordem” cultural imposta por ele e as rupturas ocorridas na década seguinte, ou seja, em 1980.

Em 1970, 6,8 milhões de cartelas de pílulas anticoncepcionais foram vendidas e, em 1980, este número subiu para 40,9 milhões. Muito deste consumo foi certamente de mulheres das camadas médias, já que as das camadas populares poderiam obtê-las, de forma gratuita, através de organismos como a BEMFAM - Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil.” (PEDRO, p. 243, 2003).

Diante do que é dito pela autora, é possível afirmar que o plano capitalista dos EUA contribuiu, de algum modo, para que a mulher se envolvesse com o seu corpo e sexualidade, favorecendo o seu reconhecimento social e cultural para além dos domínios do espaço privado e de suas atribuições. Pedro (2003) frisa que as mulheres da classe média foram, indiscutivelmente, as protagonistas desse processo de mudança.

A partir dessa afirmação, e examinada a edição de nº 06, de 1977, verifica-se elementos importantes que se somam a essas análises. Segundo a reportagem, o direito ao desfrute da vida sexual feminina é resultado de dois dispositivos: o crescimento do consumo de métodos contraceptivos e a divulgação por meio de jornais e revistas para um público específico acerca da sexualidade feminina. O texto, que se encontra na página treze dessa edição, acompanha a imagem que trata justamente sobre métodos contraceptivos, partilha a responsabilidade do controle de natalidade para o homem. O texto aponta e esclarece sobre os métodos contraceptivos mais comuns – Tabela (Ogino e Knaus), o D.I.U, a camisinha, e a pílula anticoncepcional –, recomendando esse último pelo fato de ser um método mais barato e seguro.

A charge que dialoga com o texto escrito (figura 20) trata esse assunto de forma peculiar, por meio do deboche inverte os papéis. A mulher está sentada em uma poltrona com uma revista na mão enquanto o homem se encontra com um lenço na cabeça (representação comum nesse período para retratar a mulher que realiza trabalho doméstico), usando um avental e com uma vassoura nas mãos. Essa representação dá-nos a entender que a “nova” geração de mulheres participariam não apenas da redemocratização do Brasil, mas, sobretudo, da redefinição de papéis na relação homem e mulher, sexo e procriação, família e sociedade moderna.

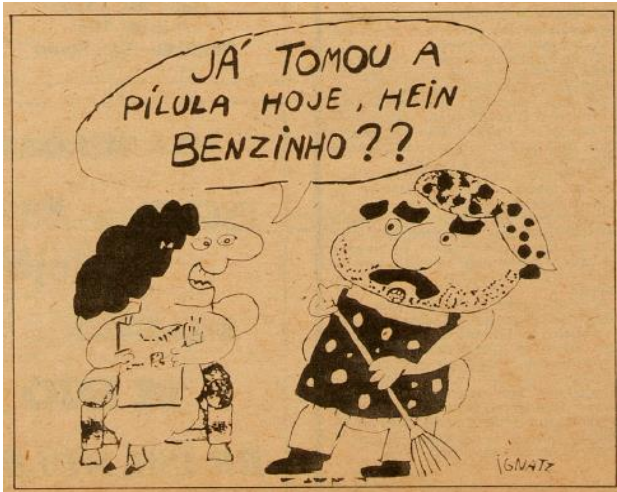


Figura 20: Já tomou a pílula hoje, hein benzinho?? Cartunista: Ignatz
 Fonte: *Nós Mulheres*, Ed. nº 06 p. 13, 1977.

Pois bem, se o regime militar é considerado responsável pelo fosso que ainda persiste entre classes sociais e retrocessos culturais no país, é quase ponto pacífico entre os estudiosos desse período de que a opressão em diversos níveis proporcionou um significativo engajamento de grupos distintos por rupturas distintas, tanto na cultura quanto na sociedade imersas no regime político em questão. Pode ter sido/ocorrido uma primavera dos movimentos urbanos no Brasil?

Se relativizada a resposta, é possível dizer que sim, considerando que debates dessa natureza ainda não tinham sido travados mais amplamente pelos atores constituintes desse contexto político. Por isso, analisar o jornal “Nós Mulheres” como um dos catalizadores desse movimento social justifica a produção desta monografia que se embasa no teor visual e escrito do periódico da imprensa alternativa para trazer à baila os modos de linguagem para se tocar em discussões sensíveis para aquela época. Nesse sentido, a penúltima charge (figura 21) deste subitem busca demonstrar a coerência das afirmações acima:



Figura 21: Inflação, Custo de Vida, Divórcio. Cartunista: Cahu
Fonte: *Nós Mulheres*, Ed. nº 06 p. 06, publicada em 1977.

A imagem da figura 21 retrata dilemas da vida privada que, possivelmente, acometeram uma parte significativa das famílias brasileiras nos tempos da mordada. Pensar em sair da vida de casada, não pela condição psicológica, mas pelas dificuldades econômicas postas à mulher que até então viveu para a casa, marido e filhos, povoou mudanças comportamentais na sociedade brasileira, dentre elas a legalização da lei nº 6.515 do divórcio, em 1977. Para produzir essa importante ruptura durante o regime militar, Cahu utilizou-se de palavras e formas sombrias que impactariam visualmente o (as) leitor (as) do jornal para aquilo que se vivenciava no contexto da ditadura onde apresentava uma grave instabilidade econômica presente por todo o período do regime militar.

Observando os aspectos formais do desenho em análise (figura 21), nota-se que ele dialoga, novamente, com a estética da mulher pobre. A realidade do desemprego ou dos péssimos salários justifica a necessidade econômica de se manter no matrimônio ou postergar a separação. Pode ser essa a razão pela qual a cartunista evidencia um aparente braço masculino que agarra a barra do vestido da figura feminina. A conjuntura daquela época sobre sua cabeça e o divórcio indicavam uma vala possivelmente mais profunda, de acordo com a mentalidade de um governo e costumes dominados por homens.

Assim, independente dos modos de linguagem, a principal crítica do texto escrito e da charge em questão foi em relação à discriminação contra a mulher por meio do modelo vigente de divisão sexual do trabalho que, por sua vez, reforçava a exclusão social e econômica ao feminino. Ainda segundo a reportagem, o divórcio representava luta e resistência de algumas

mulheres que, em busca da sua emancipação, debatiam o direito à cidadania em meio à ditadura.

Ao finalizar essa exposição de temas e debates abordados pela revista “Nós Mulheres”, chamou-nos a atenção a edição de março, de 1978, cuja reportagem de capa intitulava-se: “A liberdade da Mulher”. Em diálogo com essa concepção, a cartunista Angeli, na figura 22 (a seguir), concebe a sua visão sobre a libertação da mulher:



Figura 22: Liberdade da Mulher. Cartunista: Angeli
Fonte: *Nós Mulheres*, Ed. n° 07 p. 03, publicada em 1978

Se a mente respirava os ares de liberdade, a matéria permanecia presa. Corpo e carne nua libertam-se das correntes presas aos pulsos, ao dorso e às pernas “carnudas”. A prisioneira não existe mais, o que se vê é o “ser mulher” sorrindo para seus “novos” desafios, contudo, livre.

Explicita-se o amor sobre si, sobre cada curva de um corpo considerado carne e, por sua vez, “impuro”, “pecaminoso”, “errante”, segundo a moral religiosa introjetada na cultura e na política brasileira daquele presente; enfim, no discurso moral e religioso que balizavam “valores” e costumes. É possível ver que a mulher traz, em suas costas, asas, elemento que, a nosso ver, simboliza o ser livre que, de fato, ela é. Seu corpo não deve ser preso às amarras de seu tempo, mas, naquela época, marido, filhos, casa, trabalho doméstico, moralidade e machismo possuíam essas referências. Fica evidente que a ideia é quebrar correntes, conquistar a liberdade e buscar a felicidade por meio das lutas diárias.

Ao observar todas essas imagens que abordam a condição desigual do trabalho entre os gêneros, a situação de a mulher ter que prestar jornada dupla e até tripla de trabalho, as

denúncias do negligenciamento social para com a conjuntura feminina em uma sociedade patriarcal na qual cristalizou-se a ideia de que a vida da mulher é restrita ao campo privado, à serventia do marido, dos filhos e do lar (tratando de um trabalho eterno inclusive), são levantadas discussões sobre a desvalorização do trabalho doméstico, do descaso social com os filhos de mulheres trabalhadoras, não só por parte dos esposos que não tomam as rédeas no campo privado, juntamente com a mulher para o cuidado do lar e filhos, mas também de um Estado que não se preocupava em fornecer creches para essas mulheres trabalhadoras.

O jornal traz estampado a resistência feminina diante de um estado opressor em que essas não tinham voz e nem vez, um estado autoritário, com caráter militar, uma sociedade patriarcal e tradicionalista. Conforme abordado no capítulo anterior, as mulheres eram coagidas, de ambos os lados, por uma política de direita que as colocava no campo privado para serem somente donas do lar, mães e esposas; e uma esquerda retrógrada, na qual homens tomavam para si o espaço de fala, desacreditando das habilidades das mulheres, buscando até mesmo conter/controlar as falas feministas, de maneira a acusar a ideologia feminista de um discurso imperialista, ou então dosando o espaço de atuação feminina, as colocando novamente para realizar atividades ditadas como “femininas”, jamais nos campos táticos de atuação direta. Portanto, seus corpos sempre foram sexualizados, submetidos à subalternidade, controlados por onde quer que transitassem.

Como já citado anteriormente, o jornal **NÓS MULHERES** vem como proposta de tomada de espaço, de fala, para justamente abordar sobre os desafios vividos pela mulher brasileira, tratar sobre o feminismo, falar das propostas de interesse dessas mulheres e, assim, dar voz e vez para essas que foram silenciadas e que até então estavam invisíveis na sociedade brasileira. Os cartuns utilizados no jornal trazem à evidência a realidade da mulher que viveu em condições precárias, sob um regime social autoritário, repressor, machista, pobre de recursos socioculturais, com uma instável economia e política, esses últimos fatores gerenciados pelo terror, controle e punição.

Os cartuns produzidos por colaboradoras são inspirados nessa condição feminina presenciada no dia a dia das brasileiras das décadas de 1960 a 1970, trazendo à tona a sexualidade feminina, suas emoções, ideais e principalmente a demonstração clara de que as mulheres se articulavam politicamente diante do regime militar, não estavam lá por interesses sexuais para com os homens em determinados grupos sociais ou então em serventia masculina, mas sim de modo consciente, por acreditarem em seus ideais de constituir para um país democrático e equitativo.

As imagens produzidas dentro de um duro regime são a clara demonstração de subversão à ordem vigente, elas reivindicavam para si seus corpos, sua liberdade e suas escolhas de vidas que não se limitavam apenas ao casamento, mas alcançavam a atuação diretamente na sociedade, no espaço público de modo a vivenciar seu espaço de direito político e social. Quebrou-se, assim, velhos paradigmas e mitos do ser mulher, indo contra as propostas plantadas na década de 1950 que seguiam o “Manual da esposa Feliz”,¹² ditando como deveria ser a vida das mulheres que, além de se limitarem ao espaço privado, deveriam sempre ser belas, silenciosas, submissas e servir bem a seus esposos, sem lamúrias. Uma prática comum que ainda se faz presente em algumas situações na sociedade brasileira, o que demonstra que ainda há permanências apesar de certas rupturas culturais, políticas e sociais. O próximo e último tópico irá, justamente, explorar a condição feminina no ontem e hoje para observar as permanências que persistem em se fazer presentes no dia a dia da mulher brasileira.

3.3.1 Militância feminista: pautas de ontem e hoje

A década de 1970 foi marcada pela atuação feminista, principalmente no ano de 1975, considerado o ano da mulher, e os anos 70 a década da mulher (1975-85) pela ONU, período em que se propiciou a articulação de mulheres em prol de suas próprias causas. Nessa mesma década ocorriam, juntamente, movimentos em prol da anistia de mulheres e homens que sofreram com as repressões do regime. Grupos do movimento feminista se voltaram à realidade da mulher e passaram, ativamente, a denunciar as violências contra a mulher, essas posturas de resistência contra a violência se fortaleceram para constituir, na sociedade, mulheres independentes das coerções que as calavam.

Desse modo, as reivindicações dessas mulheres, após alguns anos, foram atendidas por parte do Estado em 1983, sendo a primeira metade da década de 1980 marcada pelo processo chamado de “distensão lenta e gradual” para o que, posteriormente, culminaria na transição do Estado autoritário para o de caráter democrático. Como consequência da flexibilização política e persistência do movimento feminista, criou-se, em 1983, o primeiro Conselho da

¹² Em maio de 1955, a revista *Housekeeping Monthly* publicou um artigo chamado “O guia da boa esposa”, onde se explicava por meio de diversas dicas detalhadas o que as mulheres precisariam fazer para serem as esposas perfeitas.

Condição Feminina em São Paulo, posteriormente em Minas gerais. Em 1985, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres.

Tem-se, então, vitórias para os movimentos de mulheres articuladas, elas, não obstante, reivindicaram que o Estado, juntamente com o Ministério da Saúde, criasse um plano de acompanhamento da saúde da mulher. Portanto, criou-se, assim e no mesmo ano, o Programa de Assistência Integral da Saúde da Mulher. Entretanto, a ação social que mais teve êxito e repercussão social, atendendo a demandas intensas dos anos 1970, foi a criação da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, em 1985, em São Paulo e, em 1986, no Rio de Janeiro.

Apesar do ganho de uma delegacia especial, o DEAM não foi muito longe e até mesmo se estagnou, pois enfrentou dificuldade diante do atendimento de mulheres de camadas mais populares, mesmo buscando diversas estratégias. O DEAM estagnou-se na ideia de que o corpo dos agentes não poderia transcender as suas funções formais e, em meio até mesmo à indiferença para com essas mulheres, não assimilaram e muito menos ficaram no meio termo de assistentes sociais ou psicólogos para com o trato dos casos dessas mulheres.

Essa passagem é afirmada por Lourdes Bandeira (2009), a qual aponta que os agentes eram designados a esses postos e, por não compreenderem a diferença da violência de gênero, pensavam ser desnecessária uma atuação especial para tratar de crimes penais “comuns” de violência, tentativa e/ou homicídio, até mesmo acreditavam que era um desprestígio, um castigo atuar nesse campo, tratando, então, os casos com intolerância. (BANDEIRA, 2009, p. 413-14).

Apesar desse fato, o DEAM, nos seus 32 anos de existência, repercutiu sociopoliticamente e concretizou a legitimidade de que a violência contra a mulher não era um caso específico, mas um problema amplo que abrange toda a sociedade. Bandeira, ao se tratar da reflexão crítica sobre os DEAMs e a “violência contra a mulher”, destaca alguns elementos retirados de Machado da Silva (1999):

- a) Tomada de consciência das sociabilidades violentas que permeiam as relações de senso comum na vida cotidiana das mulheres. Além de causarem dor e sofrimentos físicos reais, essas violências minúsculas transcendem a realidade vivida e impregnam o imaginário e, ao mesmo tempo, interferem na própria realidade;
- b) (...) A percepção de que a violência está presente, se não em todas, pelo menos na maioria das ações e das relações interpessoais e coletivas, é extensiva às instâncias públicas. No caso dos DEAMs, a expectativa era de que as mulheres “vítimas” não fossem re-vitimizadas, à medida que as/os agentes mudassem o padrão de acolhimento e a cultura de escuta, o que poderia gerar, necessariamente, um aprendizado das/dos próprios/as agentes em relação a seu desempenho.

c) (...) O assassinato de mulheres é considerado de extrema gravidade, enquanto que as minúsculas agressões cotidianas – quase sempre admissíveis – estabelecem novas regras de sobrevivência associadas aos conteúdos morais antigos e recentes que caracterizam o padrão de sociabilidade entre homens e mulheres e intragêneros. (MACHADO DA SILVA, 1999 apud BANDEIRA, p. 414-15, 2009)

Desse modo, a partir de Machado da Silva (1999 apud BANDEIRA, 2009), percebe-se que a crítica “elaborada” às denúncias de tais fatos colocou em cheque a crença de que a cidadania exercia funções de integração e equidade social que regulavam as violências interpessoais. Contra argumentando, assim, que, em termos formais, a cidadania não era capaz de dar conta de regular os conflitos interpessoais, ao observar que esses são, na verdade, mais enraizados nos costumes do que nas desigualdades sociais.

Pensando nessa perspectiva pautada na violência contra a mulher, as tentativas do DEAM não bastaram para reduzir os casos de violência de gênero, pois, de acordo com o mapa de violência contra a mulher⁶, de 2012, nos 30 anos decorridos a partir de 1980, foram assassinadas no país cerca de 91 mil mulheres, 43,5 mil só na última década. O número de mortes nesses 30 anos passou de 1.353 para 4.297, o que acaba por representar um aumento de 217,6%, isto é, praticamente triplicou o número no que tange aos quantitativos de mulheres vítimas de assassinato, como demonstra a figura 23:

ANO	NS.	TAXAS	ANO	NS.	TAXAS
1980	1.353	2,3	1997	3.587	4,4
1981	1.487	2,4	1998	3.503	4,3
1982	1.497	2,4	1999	3.536	4,3
1983	1.700	2,7	2000	3.743	4,3
1984	1.736	2,7	2001	3.851	4,4
1985	1.766	2,7	2002	3.867	4,4
1986	1.799	2,7	2003	3.937	4,4
1987	1.935	2,8	2004	3.830	4,2
1988	2.025	2,9	2005	3.884	4,2
1989	2.344	3,3	2006	4.022	4,2
1990	2.585	3,5	2007	3.772	3,9
1991	2.727	3,7	2008	4.023	4,2
1992	2.399	3,2	2009	4.260	4,4
1993	2.622	3,4	2010*	4.297	4,4
1994	2.838	3,6	1980/2010*	91.932	
1995	3.325	4,2	2000/2010*	43.486	
1996	3.682	4,6	Δ% 1980/2010*	217,6	

Imagem 23: Tabela e taxas (em 100mil mulheres) de homicídios femininos. Brasil 1980/2010.**Fonte: Gráfico Mapa da Violência 2012. Estudo realizado pelo Instituto Sangari, Dados coletados por: SIM/SVS/ MS**

Ainda de acordo com as pesquisas desenvolvidas a respeito da violência contra a mulher, *Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais*, o Observatório da Mulher, em conjunto com o DataSenado, desenvolveu uma pesquisa (trata-se de um periódico anual) nacional e estadual, coletando dados de violência de gênero, essa pesquisa foi publicada no ano de 2016, os dados não contêm o recorte tipificado enquanto feminicídio por meio da Lei 13.104/15, utilizou-se de homicídios de mulheres como parâmetro para estimar a violência letal por motivo de gênero, apesar de proporem no periódico seguinte, tipificado já no âmbito da Lei 13.104/15. Segue um fragmento extraído da pesquisa, trazendo o atual dado posterior aos realizados no quadro acima (figura).

Pesquisa realizada pelo Instituto DataSenado indica que, em 2015, 18% das mulheres entrevistadas afirmaram já terem sido vítimas de algum tipo de violência doméstica, seja ela física, sexual, psicológica, moral ou patrimonial. E, de acordo com o Mapa da Violência 2015 – Homicídio de Mulheres no Brasil, a taxa de homicídios de mulheres no país, entre os anos de 2006 e 2013, aumentou em 12,5%, chegando a 4,8 vítimas de homicídio em cada 100 mil mulheres. Somente em 2013 foram registrados 4.762 homicídios de mulheres no ano, ou 13 assassinatos por dia, em média. (DATASENADO, 2016, p. 04)

A fim de mais informações, outro tipo de violência bastante recorrente é o estupro (constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso). Um dado recente sobre a violência sexual foi apresentado pela Polícia Civil (estima-se que somente 10% dos casos são relatados) em formato de relatório com mapas, gráficos e tabelas contendo informações da soma de todos os casos de estupro e suas respectivas taxas por 100 mil habitantes, por ano, Unidades da Federação e Brasil. Segue anexada os dados presentes na figura 24:

Evolução da taxa de estupros por 100 mil habitantes entre 2010 e 2013.

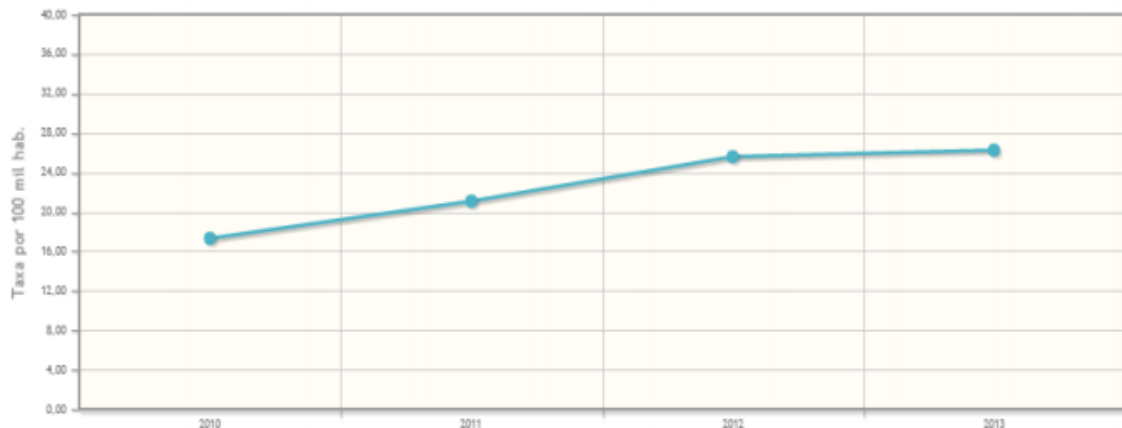


Figura 24: Evolução da taxa de estupros por 100 mil habitantes entre 2010 e 2013.

Fonte: SINESP - Módulo Polícia Civil, demonstrando o aumento da violência sexual de 2010 a 2013.

Observa-se que a violência de gênero ainda se faz fortemente presente na sociedade atual brasileira e vai muito além das relações com o passado ditatorial, no qual O Estado tinha o poder de coagir, agredir, torturar e violentar mulheres institucionalmente, o que foi amplamente exposto pela Comissão Nacional da Verdade¹³. Foi demonstrado que a violência de gênero sempre se fez presente na cultura brasileira; antes, essa a violência para com as mulheres ocorria de modo ainda bastante velado e frequentemente ocorria a culpabilização das vítimas da violência.. Ao longo do tempo, mesmo com avanços na abertura democrática dos anos 1980, os passos de denúncia da violência contra a mulher (seja física, moral, sexual) caminhou em curtos passos para um relevante destaque de discussão na sociedade brasileira.

O jornal *Nós Mulheres* (1976-78), nas edições nº 01 e nº 02 produzidas e publicadas em 1976, aborda o tema de violência contra mulher, na edição de nº 01 traz um relato de uma jovem mulher que se casou com um homem mais velho, por carência financeira e por falta de moradia própria acabou sujeita a condições forçadas, o que abrangia relações sexuais, a não permissão de ter o próprio trabalho/dinheiro e, por fim, a condição de não poder sair de casa, mostrando um claro exemplo de relação de poder e abuso por parte do companheiro da mulher relatada pelo jornal.

E a edição de número 02 aborda a representação da mulher, criticando o modo como a mulher é representada na música popular brasileira, há muito tempo, apontando músicas das décadas

¹³ "A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988." Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>>

delitos da vida ordinária, as ocorrências eram denunciadas para as DEAMS e, posteriormente a essa data, passaram a ser operadas pelos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECRIMs). Deste modo é esboçado nos dois primeiros artigos do capítulo 01 da lei o que esta determina:

CAPÍTULO I - Disposições Gerais: Art. 1º Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, órgãos da Justiça Ordinária, serão criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para conciliação, processo, julgamento e execução, nas causas de sua competência. Art. 2º O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível à conciliação ou a transação. (Presidência da República, Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995.)

Isso demonstrou que esses crimes, que antes eram de ação pública e denunciados por qualquer pessoa – passaram a ser de ação pública, mas de representação da vítima, sendo que somente após a denúncia por parte da vítima a ação penal teria início. Por mais que a violência de gênero passou a ser tratada no campo jurídico, tal medida passou a funcionar mais na competência de “conciliação” entre as partes, trabalhando em uma tríade de intencionalidade de promover conciliação, celeridade dos procedimentos e atribuição de penas alternativas e/ou pecuniárias. O ponto negativo dessa lei é que, segundo Bandeira (2009), 70% dos casos eram de mulheres e que 50% dos casos eram, por fim, resolvidos na maioria das vezes em conciliação entre as partes, a fim de por uma “resolução” no problema. (BANDEIRA, p. 417, 2009)

Portanto, essa Lei, de nº 9.099/95, não ofereceu as soluções de que as vítimas de violência careciam, pois a centralidade da questão dirigia-se ao agressor-réu, e a lei acabava por silenciar as mulheres e as conduziam a assinar o termo de conciliação e a retornar para casa com o companheiro, “conciliados”, mostrando pouca efetividade ao tratar a violência contra a mulher enquanto pequeno delito ordinário. Grupos feministas, em resposta à lei, articularam-se em uma bancada do Congresso a fim de proporem uma melhoria acerca de medidas públicas contra a violência de gênero, em 2004.

Entretanto, essa ação mostrou-se pouco efetiva, dando resultado somente dois anos depois, após medidas drásticas. O ponto positivo se deu ao tirar do cargo dos JECRIMs o trabalho de analisar essas questões em função da pouca efetividade das ações despenalizadoras por grande parte dos casos acerca da violência doméstica e contra a mulher. Com isso, foi criado, no mesmo ano (2004), a SPM/PR (Secretaria Especial de Polícia para as Mulheres), contando com assessoria de advogados sensíveis à questão de violência de gênero.

Há, nesse aspecto, a ruptura do contínuo silenciamento de mulheres e a negação do feminismo enquanto movimento social que busca melhoria de condições para a vida de mulheres. Contudo, observa-se que os direitos das mulheres continuamente avançam e retrocedem, elas se tornam cidadãs, logo em seguida perdem vários direitos no regime militar e institucionalmente são agredidas e exiladas pelo próprio estado, e após a abertura democrática, se mostram instáveis os direitos e acesso à qualidade de vida para as mulheres mesmo em um período democrático no Brasil.

Não havendo ações suficientes, em 2006 entra em vigor a Lei de nº 11.340/06, a Lei Maria da Penha, a fim de reverter o quadro de mulheres que sofriam violência doméstica. O nome “Maria da Penha” é em homenagem à biofarmacêutica que sofreu, em 1983, duas tentativas de assassinato, por parte do esposo, o que resultou em sua condição de paraplégica. Em seu histórico consta a luta por 20 anos para a condenação de seu agressor, levando a situação à ONU, tal fato levou o Estado brasileiro a tomar ciência da fragilidade das mulheres, no Brasil, vítimas de violência doméstica. Mesmo após a promulgação da lei não se diminuiu os casos de violência doméstica, mas se tornou um aparato institucional de amparo à mulher a fim de garantir-lhes mais segurança.

A lei, de fato, redefiniu esse tipo de crime, colocando nas mãos do Estado novamente o seu papel de atuar contra a violência de gênero e atuar, preventivamente, diante da violência doméstica. Com o advento dessa nova lei que tipifica e define a violência doméstica contra a mulher, estabelece-se as formas de violência doméstica contra a mulher, sendo física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, como dito anteriormente. Isso retira dos juizados especiais criminais a competência para julgar os crimes de violência doméstica contra a mulher (nesse aspecto reafirma-se pautas anteriores à lei Maria da Penha) e não mais permite o pagamento de penas pecuniárias como multas ou cestas básicas. A lei 11.340/06 passou a possibilitar a prisão em flagrante, dentre outros fatores. (BANDEIRA, p. 420-21, 2009)

A Lei Maria da Penha mostrou ser um grande marco para os movimentos de mulheres e reivindicações feministas que até então atuavam em prol de terem uma lei específica para protegê-las da violência de gênero. No entanto, após onze anos da promulgação dessa Lei, mesmo havendo delegacia da mulher e a vigência da lei, não houve um valor de queda significativo no que tange à violência contra a mulher, pelo contrário, esse percentual permaneceu e até mesmo aumentou em determinadas regiões do Brasil, conforme demonstra os gráficos de violência e estupro, abaixo, extraídos da pesquisa desenvolvida pelo

Observatório da Mulher em conjunto com o DataSenado, *Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais:*

Gráfico 3 - Percentual de homicídios de mulheres ocorridos no domicílio - 2014 - Fonte: SIM/MS

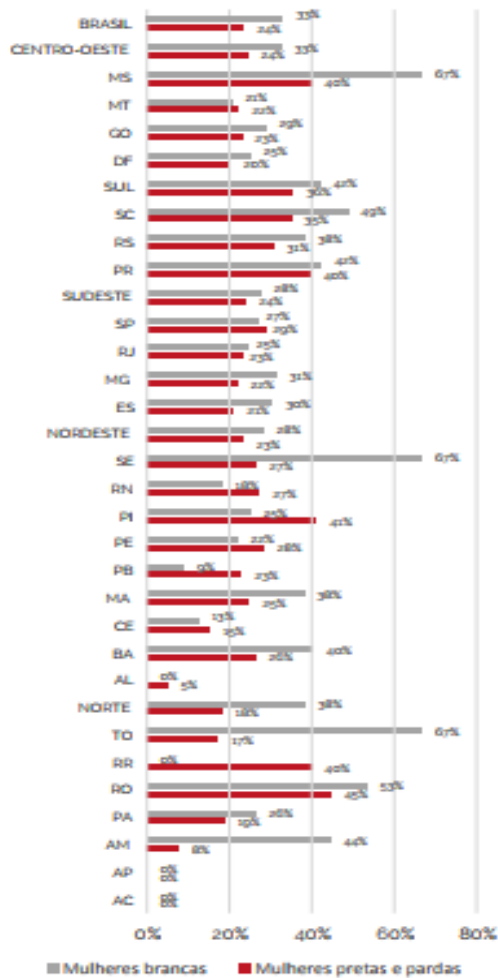


Gráfico 4 - Relatos de violência (100 mil mulheres) 2014 - Ligue 180/SPM

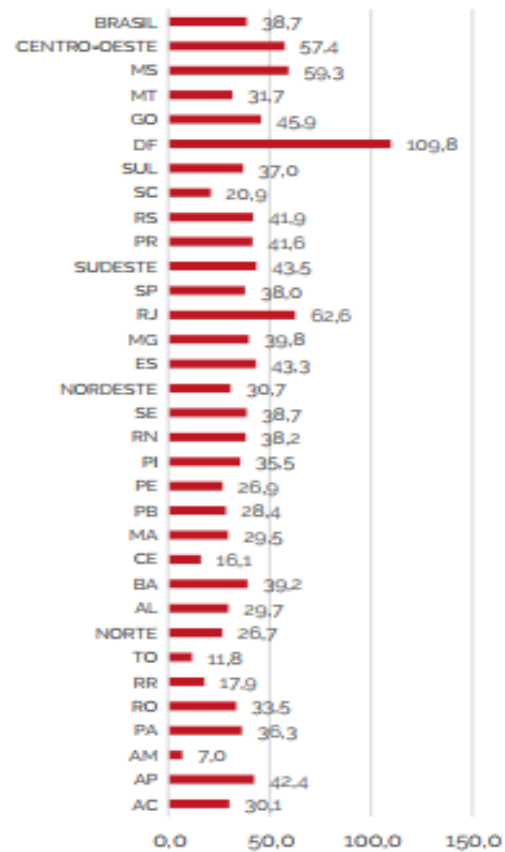


Figura 27: Percentual de Homicídio de Mulheres ocorridos no domicílio.

Fonte: SIM/MS de 2014.

Figura 28: Relatos de Violência (100 mil mulheres). Dados adquiridos pelo: Ligue 180/SPM 2014.

Fonte: *Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais*, o Observatório da Mulher em conjunto com o DataSenado, p. 08, 2016.

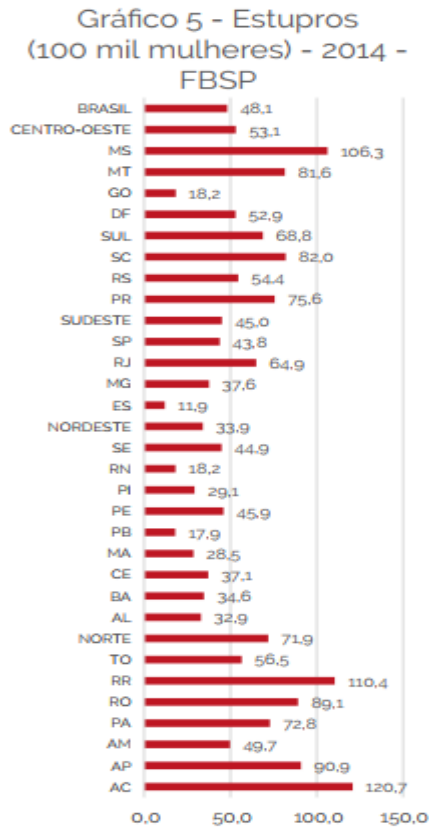


Figura 29: Estupros (100mil mulheres) em 2014.

Fontes: FBSP 2014

Fonte: *Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais*, o Observatório da Mulher em conjunto com o DataSenado, p. 09, 2016.

Como é demonstrado (figura 29), é grande o número de estupros de mulheres de acordo com as pesquisas desenvolvidas em 2014 (publicadas em 2016), e segundo os dados do “Ligue 180”, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, houve um crescimento de 133% no total de ligações relatando violência doméstica e familiar no ano de 2016, entre essas denúncias, o atendimento da Secretaria Especial de Política para Mulheres identificou um crescente aumento de 123% no número de relatos de violências sexuais, se comparado a 2015. Esse tipo de violência foi constatado principalmente pelos relatos de estupros, os quais cresceram 147%, chegando a 2.457 casos, com média de 13 registros por dia.

Esses gráficos demonstram claramente o quão ainda é recorrente a violência de gênero, sobre os números de homicídios contra mulheres demonstram números bastante alarmantes. Após onze anos de Lei Maria da Penha, os percentuais de mortalidade de mulheres negras tiveram um aumento de 22%, chegando à taxa de 5,2 mortes para cada 100 mil, de acordo com o

levantamento do Atlas da Violência de 2017, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), enquanto a mortalidade por homicídio de mulheres não negras (brancas, indígenas e amarelas) caiu 7,4% no período analisado (passando para 3,1 mortes para cada 100 mil mulheres).

Depreende-se que a violência contra mulheres negras é um número que está acima da média nacional de mulheres assassinadas, que é de 4,5 mortes para cada 100 mil habitantes. Outro dado também traz alerta sobre a vulnerabilidade desse grupo: o índice de negras que já foram vítimas de agressão subiu de 54,8% para 65,3% entre 2005 e 2015, conforme ilustra o gráfico abaixo, desenvolvido pelo Observatório da Mulher, em conjunto com o DataSenado, *Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais*:

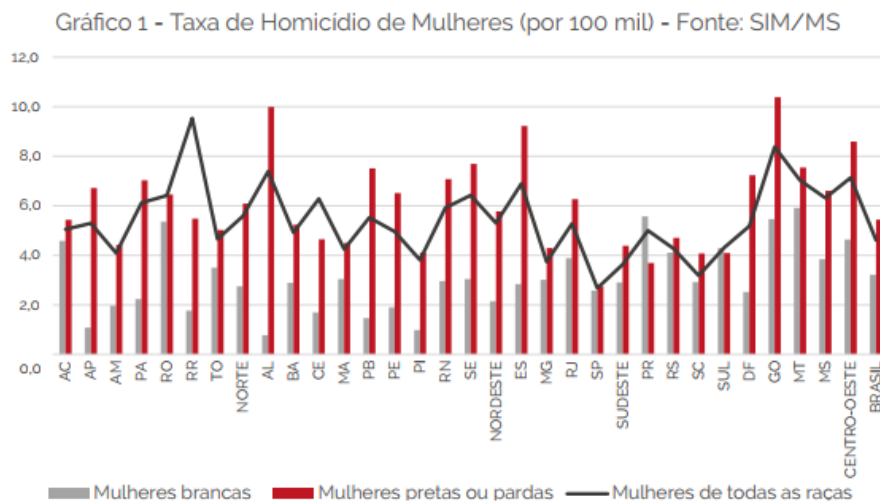


Figura 30: Taxa de Homicídio de Mulheres (por 100mil)

Fonte: SIM/MS

Fonte: *Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais*, o Observatório da Mulher em conjunto com o DataSenado, p. 06, 2016.

Os gráficos referentes ao Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: *indicadores nacionais e estaduais* foram desenvolvidos no ano de 2014 e publicados no ano de 2016, com essas taxas crescentes de homicídios, de caráter de gênero, que ocorreram de 2006 a 2014, permitiu-se a ampliação da perspectiva desses crescentes números de homicídios contra mulheres, os quais na maioria dos casos, de acordo com o senso comum, eram tidos enquanto crimes passionais, em 2015 devido assimilação social de que havia crimes cometidos por paixão, a legislação decretou homicídios de gênero enquanto feminicídio. Anteriores à mudança, os crimes de gênero enquanto homicídio no Código Penal brasileiro, sabe-se que o homicídio, um ato de matar uma pessoa, é um delito hediondo e que não deve ser praticado, entretanto, até 2015, essa lei se limitava a tipificação de crime hediondo conforme previa o

artigo 121 do Código Penal, e como dito a cima, a sociedade fazia uso do termo “passional” tratava-se de um homicídio cometido por paixão, uma ação vinculada a uma afeição seja emocional ou sexual, ou não entre as partes, o que determinava até então um ato motivado por um forte sentimento controlador como “paixão”.

O interessante é que o crime cometido por paixão (de acordo com o senso comum) acabava por ter um tratamento diferenciado ao ver o agressor em situação de caso patológico; pois, aos olhos da lei, um indivíduo que cometesse o crime sob o domínio de violenta emoção, apresentando-se como doença mental, excluía-se, assim, a imputabilidade do sujeito ativo do delito, conforme consta no § 2º do artigo 121 do Código Penal. Segundo o trecho extraído de Capez, do artigo online “Paixão e o Crime Passional”, de Queiroz, publicado em 2012, tal ação não se justifica, sendo que as emoções são inerentes ao homem comum igualmente:

O indivíduo que comete crime sob o domínio de violenta emoção não tem anulada sua capacidade de entendimento e de autodeterminação, já que tanto a emoção quanto a paixão são sentimentos inerentes ao homem comum, que não se enquadram, na maioria das vezes, em quadro clínico patológico. Não substituição ou abolição da consciência, ao contrário do que se verifica nas doenças mentais (CAPEZ, 2011, apud QUEIROZ, 2012)
 Fonte: <https://psicologado.com/atuacao/psicologia-juridica/a-paixao-e-o-crime-passional> © Psicologado.com

Em 2015, o corpo do texto do artigo 121, do inciso IV, sofre alteração, o termo feminicídio é adotado, o que pressupõe ser diferente de femicídio (morte de mulheres, feminino de homicídio). O feminicídio é uma Lei instituída no dia 09 de março, no ano de 2015, a Lei nº 13.104 trata exclusivamente da morte de mulheres pelo seu gênero como aponta no próprio artigo situado abaixo, a Lei nº 13.104 vem como um complemento da Lei 11.340/06, pois o crime deverá se enquadrar nas hipóteses dos artigos 5º e 7º da Lei Maria da Penha, sendo esta alteração no artigo 121 como resposta a essa assimilação social de crimes de gênero enquanto “homicídio por razão emocional”, deste modo segue extraído anexada abaixo a Lei nº 13.104, a qual aponta o tipo de violência contra a mulher justamente pelo seu gênero:

LEI Nº 13.104, DE 9 DE MARÇO DE 2015.

Art. 1º, O art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

Feminicídio - VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino:

§ 2º-A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:

I - violência doméstica e familiar;

II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher.
(PLANALTO, disponível em Casa Civil:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm. Acessado em 10/11/17)

Apesar dos grandes números de violência contra a mulher (seja física, psicológica, moral ou sexual), nota-se que a partir da década de 1980 houve a abertura social para esse tipo de discussão, mesmo as autoridades ou parte da sociedade, por vezes, não compreendendo a violência de gênero e doméstica enquanto sérios problemas sociais, o movimento feminista veio avançando cada vez mais nesse tipo de discussão, mesmo havendo resistência de mulheres e homens ou do próprio Estado em compreenderem as pautas de reivindicação feminista. Nos últimos dez anos, o número de adeptas ao movimento veio crescendo cada vez mais, de acordo com os dados de 2015, da pesquisa desenvolvida em nove países, incluindo o Brasil, Wakefield Research, “você é feminista?”, 65% das mulheres brasileiras disseram “sim” à pergunta sobre serem ou não feministas.

Ocorreram transformações nas pautas do movimento ao longo do tempo, tal como ocorreu na primeira onda feminista, entre os séculos XIX até a metade do século XX; primeiramente, pretendia-se adquirir a cidadania feminina; a segunda onda, datada das décadas de 1960 a 1990, veio enquanto proposta para quebrar paradigmas a respeito do lugar da mulher, do seu espaço social de atuação e da sua condição em relação ao seu gênero que veio amplamente sendo denunciada nas charges do jornal *Nós mulheres*.

A reivindicação do corpo e a liberdade pessoal tornaram-se temas de maior destaque e normalidade, graças a essa ação pioneira de mulheres articuladas em um grupo social. Isso permitiu, de certo modo, rupturas de comportamentos e mentalidade, mesmo a perspectiva comum do espaço mulher se fazendo ainda presente na atualidade brasileira, grande parte desse pensamento, atualmente, é visto como uma escolha por parte da mulher (como por exemplo, ser somente dona de casa, esposa e mãe), não como uma imposição social.

As pautas atuais, da terceira onda feminista, da década de 1990 à atualidade, do movimento feminista, estão não só focadas na liberdade de escolha da mulher no campo privado, ou na reivindicação da própria exploração da sexualidade, mas reivindica o espaço e respeito de mulheres lésbicas e bissexuais, igualdade de salários, o que ainda é um grande desafio social, e também denunciam frequentemente a impunidade de violência doméstica, relações abusivas, desrespeito moral, a hipersexualização do corpo feminino, sua objetificação e, por fim, a cultura do estupro com os frequentes casos que ocorrem diariamente no Brasil.

Para além disso, discute-se sobre os próprios paradigmas dentro do movimento feminista, levantando novas questões onde há diversos tipos de feminismo, já que os anteriores, de certo modo, excluía mulheres. Portanto, pauta-se novas discussões, com novos recortes de classe, raça, gênero e orientação sexual para melhor abraçar as diferenças dentro do próprio movimento, realizando, assim, frequentemente discussões acerca da atual condição feminina, que até um tempo atrás sofria com a indiferença do Estado, com as precárias ferramentas de auxílio à condição feminina em uma sociedade estruturada no patriarcado, com um passado permeado por poucas experiências democráticas. Apesar dos altos índices de violência de gênero, o movimento feminista atual busca, constantemente, se articular para criticar a cultura vigente e denunciar as frequentes violências, não aceitando mais o espaço do silêncio nem as impunidades e injustiças sociais.

3.4 A representação da condição feminina entre o passado e o presente

Ao observar os cartuns (vide tópico 3.2) produzidos na segunda metade da década de 1970, em meados da segunda onda feminista (1960-1990), nota-se que expressavam a condição feminina e exploravam temas como trabalho doméstico, jornada dupla, até tripla do trabalho feminino, a menstruação, a liberdade do corpo, temas da vida privada, métodos contraceptivos, concepções tradicionais do ser mulher, dentre outros aspectos. Com o advento da terceira onda feminista (a partir da década de 1990), esses cartuns de cunho feminista igualmente acompanharam esse processo de transformação e, como o terreno estava aberto para as feministas quebrarem certos tabus, houve maior facilidade e abertura para tratar dos temas, ainda mais no Brasil pós-ditadura militar.

Portanto, pode-se notar certas semelhanças de temas como o da imagem abaixo (figura 31), em comparação à imagem 22, do tópico 3.2, de Angeli. A figura 31 a seguir, de autoria não identificada, foi produzida a partir dos novos designs em programas de computador; logo, o cartum foi assinado apenas com “TDP”, mas aborda uma ideia semelhante à de Angeli (figura 22), na qual, no corpo do texto, Angeli via a mulher como livre no dia 08 de Março de 1978, último ano de publicação do jornal *Nós Mulheres*:



Figura 31: Liberte-se dos rótulos. Feito por: “TDP”

Fonte: Encontrado em <https://br.pinterest.com/pin/365284219748475141/>

Na imagem acima, nota-se a imagem típica de rótulos, entretanto, o local em que se localizariam os números, utilizam-nos para escrever a palavra em inglês “Break Free” (8R34K FR33), apesar de ambas imagens trazerem o mesmo sentido, a liberdade como tema, são representadas de modo diferente. Enquanto a figura 22 apresenta a mulher rompendo correntes que estão entrelaçadas ao seu corpo, com um largo sorriso e asas que simbolizam o voo para a liberdade, a imagem acima (figura 31) apresenta uma mulher rompendo os códigos do rótulo, surgindo entre eles, e em vez de asas para voar no céu, seu corpo, diferente do fundo cinzento, é azulado como o céu ensolarado, a figura da mulher igualmente traz uma feição feliz de braços abertos, demonstrando que a libertação ocorre de dentro para fora, de modo consciente, a luz do sol ilumina o peito e ela abre os braços para o mundo, liberta-se de rótulos que até então a aprisionava por detrás das “grades” dos códigos.



Figura 32: Seus espinhos, suas rosas, suas regras. Cartunista: Mariana Reis, publicado em 2014 em sua página do Facebook.

Fonte: < <https://www.facebook.com/nomeupapel/> > @Nomeupapel Arte por Mariana Reis, acessado em 14/11/2017.

Abordando um tema semelhante ao alto conhecimento sobre a menstruação, como a figura realizada por Rosalina, em 1977 (figura 19), a cartunista Mariana Reis traz somente o útero em seu desenho (figura 32), com o seguinte texto: “Seus espinhos, suas rosas, suas regras”. Diferentemente da figura engessada e com feição desfalecida de Rosalina que mostrava o útero semelhante a uma *langerie*, a figura acima, de Mariana Reis, traz somente o útero, não como imagem comum da menstruação enquanto aspecto negativo e sujo, e sim como algo inerente ao ser mulher de forma a mostrar que até na menstruação há beleza, por isso ela traz rosas. Assim como a roseira que por mais que tenha delicadas, formosas e cheirosas rosas, tem consigo os espinhos que a faz ser forte, a roseira é uma grande planta capaz de se proteger sozinha com seus espinhos.

Nessa imagem (figura 32), o útero é valorizado e dado o poder feminino, como se fosse um “ventre feminista”, a imagem é bem clara na ideia bastante disseminada entre as feministas da terceira onda, com a concepção de “meu corpo, minhas regras”, um modo bastante utilizado para criticar o machismo quando esse discurso invade não só o campo do subjetivo de mulheres, mas seus corpos com o discurso moral a respeito da exploração da sexualidade feminina e também uma ação contra o assédio que constantemente objetifica o corpo feminino. Segundo o panorama nacional, 40 % das mulheres acima de 16 anos já sofreram algum tipo de assédio, seja via comentários desrespeitosos nas ruas (20,4 milhões de vítimas), assédio físico em transporte público (5,2 milhões), ser agarrada ou beijada sem consentimento (2,2 milhões de mulheres). Contra isso, há a postura de reivindicação das mulheres sobre seus corpos, estando, também, o aborto em grande pauta de reivindicação das mulheres da terceira onda feminista.

O cartum abaixo (figura 33), produzido por Crocomila, aborda temas bastante discutidos sobre o trabalho doméstico por mulheres feministas, essa imagem igualmente tem em comum o tema “dona de casa”, bastante explorado no tópico anterior e denunciado pelas cartunistas no jornal Nós Mulheres.

A charge de Crocomila, intitulada “super-amélia”, representa a condição de dupla jornada de trabalho e, ao mesmo tempo, a imposição de que a mulher deve sempre ser magra, bela e bem cuidada, tanto é que no primeiro quadrinho está com o cabelo sendo hidratado (nota-se uma aversão ao cabelo crespo quando aponta que este está com alisante), na perna há a cera para depilação, assim como no busto. No chão há o filho de Amélia chorando por atenção enquanto ela prepara o jantar para o esposo. No entanto, sem Amélia ter de fato consciência (pois dá-se a entender que essa ainda não tem noção de sua fúria), se transforma assim como o personagem famoso da Marvel Comics, o Hulk, trata-se de um cientista, Robert Bruce Banner, que, ao ser afetado por raios gama, transforma-se em uma criatura verde com força sobre-humana e inconsciente.

Pautado nisso, no caso da super-Amélia, sob sua condição, há um sinal de inquietação diante a sua situação doméstica contínua e, como o título do quadrinho traz “a vingança feminista”, dá-se a atender que as ideologias feministas afetam, assim como os raios gama afetaram Benner, Amélia, sem ela compreender que dentro de si surge um despertar feminista, como se fosse uma outra personalidade dela que sempre aflora diante das condições machistas, pois em outras charges de super-Amélia, Crocomila denuncia o assédio, sexismo, dentre outros temas.



Figura 34: #Nãoéamorquando, Secretaria de Políticas para Mulheres, publicada em 12 de junho de 2017.

Fonte: <<http://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/campanha-alerta-para-sinais-de-relacionamentos-abusivos>> Acessado em:14/11/2017.

Outra imagem (figura 35) que igualmente trata de relações abusivas foi o cartum produzido por Natitun, trazendo a ideia de que o controle, por parte do parceiro, é justificado pelo “amor”, e que a partir desse ele pode exercer controle sobre a pessoa “amada”, é uma perspectiva bastante comum de relações abusivas, nas quais uma das partes consome a vítima em prol dos ciúmes e do sentimento de poder. Essas relações de poder se estruturam em uma sociedade patriarcal de atuação masculina, na qual, com frequência, tem-se atos de feminicídio, anteriormente apontados como crime “passional”:



Figura 35: “Te amo”, publicado na página da Cartunista Natitun, em 09 de abril de 2016.

Fonte: < <https://www.facebook.com/436228529804384/photos/1012065535554011/> > Página do facebook @MobilierBalao Natitun.

Outras imagens, de assédio moral e assédio sexual, são apresentadas pela campanha desenvolvida pela Secretaria de Defensoria Pública do Estado de São Paulo **#ChegadeFiuFiu**, produzida em conjunto com a ONG feminista criada em 2013, OLGA, que, além de produção de cartuns, realizou estatísticas a fim de coletar dados e tipologias de assédios das entrevistadas, em 2013.

As figuras 36 e 37, abaixo tratam de exemplos de assédio físicos, em relação ao qual 83% das entrevistadas repudiam, 77% não respondem ao assédio e dentre essas “cantadas”, 98% foram na rua, 80% em locais públicos, 64% em transporte público e, dentre outras perguntas, do questionário, continha a que indagava se essas mulheres já tiveram ou não seus corpos tocados. Das entrevistadas, 15% disseram que “não”, 85% disseram que já foram tocadas em algum momento de suas vidas. Seguem também ilustrações feitas por Babi Tubelo, da campanha #Chegadefiufiu, realizada em 2013:



Figuras 35e 36 : “Chega de fiufiu”. Cartunista: Babi Tubelo, publicado em 2013.

Fonte: Think Olga – campanha #chegadefiufiu < <http://thinkolga.com/chega-de-fiu-fiu/artes/>> Acessado em 14/11/17.

Há ainda diversas outras charges que abordam e denunciam a hipersexualização de meninas e de mulheres adultas, tratam sobre o aborto, criticam os altos índices de violência doméstica e feminicídio, estão não só espalhadas pelas páginas feministas online, mas também pelo Facebook, por exemplo, em portfólios online dessas artistas articuladas à nova cultura feminista da terceira onda. Enfim, tem-se a reivindicação de uma ação social que, por sua vez, refletiu no Estado, indo contra a impunidade da violência de gênero no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pode ser observado, o objetivo desta pesquisa foi demonstrar o protagonismo feminino em resistência aos anos de chumbo, visando apresentar a condição feminina, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, e sua militância contra o regime militar, seja ele de modo direto, indo a campo, seja por meio da articulação organizada em prol de reivindicações, como no caso da anistia, mas também em denúncia ao tratamento diferenciado do sexo feminino, como se ele fosse inferior, incapaz intelectual e/ou fisicamente de atuar em esquemas táticos ou ter voz em reuniões dos grupos de resistência.

O termo feminista, como ainda o é nos dias atuais, era visto de modo negativo, como um movimento separatista dentro da esquerda ou então como um discurso imperialista que ali estava para aprisionar mais ainda pessoas no campo do discurso. Porém, como foi mostrado na pesquisa, tratava-se do contrário, o feminismo, independentemente se veio de mulheres exiladas na França e que lá se articularam para conhecê-lo por troca de cartas, ou à volta de algumas dessas mulheres, tais ideologias vieram como uma forma de esclarecer os pequenos micropoderes que atravessavam os corpos femininos e exerciam controle sobre eles, e que, para além do controle de um Estado estruturado por homens militares, sendo que esses, além de vigiarem e punirem os corpos subversivos, determinavam um discurso vigente na sociedade, não só usavam o combate ao comunismo para exercer controle, mas também a busca contínua para evitar as alterações que ferissem as concepções da moral e bons costumes dos “homens de bem”, a fim de não corrompê-los.

Desse modo, a mulher não sofria somente um tipo de opressão, seja a nível micro ou a macro, o discurso estava lá, perpassando-lhes o corpo e exercendo poder sobre ele. E as mulheres que não concordavam com os ditames de um Estado ditatorial acabaram por deparar-se com o discurso silenciador do machismo, sendo esse discurso determinante e que muito silenciou e controlou mulheres, mantendo-as, há muito, no campo privado, sendo esse último aspecto bastante discutido neste trabalho.

Com a dissidência de mulheres que foram “chamadas” de separatistas, tanto por homens e mulheres contrários ao feminismo, essas buscaram articular-se em um grupo em que pudessem discutir não só as pautas específicas do feminino, mas também o que foi ser mulher durante esse período, sobre o espaço do feminismo não só dentro de um Estado ditatorial, mas dentro de uma cultura machista. Com a gênese do Jornal Nós Mulheres, as mulheres deixaram, por via desse jornal, clara a importância de se discutir o feminismo, denunciaram a

condição desigual de mulheres no campo do trabalho e da exploração feminina no espaço privado. O jornal foi além de um discurso ideológico, ele veio como modo de atingir as camadas populares, veio para iluminar mulheres que estavam às margens, que estavam até então silenciadas, ele veio denunciar as pequenas violências cometidas com mulheres no dia a dia e, por fim, dar vez e voz a elas para atuarem socialmente.

Dentro do jornal, além dos temas abordados, ele traz imagens que, justamente, buscam representar a condição feminina, com o uso do humor e da ironia, apontam os problemas a serem superados, é interessante observar que mesmo atualmente observa-se que há semelhanças entre os temas abordados em páginas online e charges produzidas na atualidade. O tópico 3.3, “Militância feminista: pautas de ontem e hoje”, abordou os resultados dessa articulação feminista nos anos 1970, dando resultados na década posterior, a qual buscou combater não só o discurso machista, mas a sua materialização, a exemplo da violência doméstica.

Observou-se que até a atualidade, a violência contra a mulher, em função do seu gênero, ainda preenche as estatísticas de violência no Brasil. Sendo pauta recorrente de ambas, as duas últimas Ondas Feministas (segunda fase e terceira), aqui no Brasil, demonstraram que, apesar das rupturas históricas no Brasil e dentro da história do movimento feminista, há ainda grandes permanências que insistem em perpetuar nos comportamentos sociais, sendo o discurso machista e a violência de gênero pautas que estão à frente nas discussões de movimento no Brasil.

Apesar das permanências históricas, o movimento feminista deixou de ser motivo de vergonha, o número de mulheres adeptas a ele, no Brasil, é crescente, demonstrando que, apesar das permanências, pessoas aqui estão se dispondo a discutir os problemas, o que possivelmente no futuro, com as próximas gerações, poderá ceder espaço para a equidade de tratamento e oportunidade para as pessoas, independentemente de seu sexo.

A partir dessas figuras abordadas nesta pesquisa, nota-se que por mais que ocorram constantes retrocessos sociais quanto aos direitos das mulheres e à crescente violência de gênero, há também um crescente número de pessoas discutindo sobre o feminismo, desde que este movimento de fato se solidifica na década de 1970, há um grande aumento de adeptas/os aos movimentos pró-feminismo e, como resultado, o aumento de denúncias contra o machismo e seus efeitos na sociedade, o que mostra que a luta feminista é contínua e invade o campo privado para criticar pequenas ações que oprimem ou então abusam de mulheres, e que igualmente se volta à esfera pública, pedindo garantias de proteção de mulheres e também a oportunidade de espaço equitativo, relevância e atuação social.

BIBLIOGRAFIA

FONTES:

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES. *NÓS MULHERES*. n. 1, jun. São Paulo, 1976.

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES. *NÓS MULHERES*. n. 2, set/out. São Paulo, 1976.

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES. *NÓS MULHERES*. n. 4, mar./abr. São Paulo, 1977.

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES. *NÓS MULHERES*. n. 5, jun/jul. São Paulo, 1977.

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES. *NÓS MULHERES*. n. 6, ago./set. São Paulo, 1977.

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES. *NÓS MULHERES*. n. 7, mar. São Paulo, 1978.

ARTIGOS:

ARRUDA, Angela. *Feminismo, Gênero e Representações Sociais*. SWAIN, Tania Navarro (org.) *Feminismos: Teorias e Perspectiva. Textos de História: Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB, Brasília: UnB, 2000, vol. 8, n. 1/2.*

BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da Linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira. 9. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

BANDEIRA, Lourdes. *Três Décadas de Resistência Feminista Contra o Sexismo e a Violência Feminina no Brasil: 1976 a 2006*. *Sociedade e Estado*. Brasília, v.24, n.2, p.401-438, maio/ago. 2009.

BRAIT, Beth. *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

CAPEL. Heloisa Selma Fernandes. *Como analisar uma imagem? Sugestões para o professor*. Capítulo 9.1. In *História e Cultura Afro-Brasileira e Africana Módulo III, UFG Goiânia, , Disponível em: <https://historiaecultura.ciar.ufg.br/modulo3/capitulo10conteudi/2-1.html>*

CHARTIER, Roger. *História Cultural entre as práticas e as representações*. Portugal, Ed. Instituto de Cultura Portuguesa, 1987

COLI, Jorge. *Reflexões sobre a idéia de semelhança, de artista e de autor nas artes - exemplos do século XIX*. p. 19-26. In CAVALCANTI; DAZZI; VALLE, Oitocentos - Arte Brasileira do Império à Primeira República / Org Ana Maria Tavares Cavalcanti, Camila Dazzi, Arthur Valle. - Rio de Janeiro: EBA-UFRJ/DezenoveVinte

COSTA, Ana Alice Alcântara. *O Movimento Feminista No Brasil: Dinâmicas de uma Intervenção Política*. Pós-doutorado - Instituto Universitario de Estudios de la Mujer da Universidad Autonoma, Madrid, 2004.

CRESCÊNCIO, Cíntia Lima. *O Riso Feminista na Imprensa Alternativa (1970-1980)*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. *Doutrinas de Segurança Nacional: Banalizando a Violência*. Psicologia em Estudo. v. 5, nº2, p. 1-22. Rio de Janeiro, 2000.

DELIGNE, Allan. *“De que maneira o riso pode ser considerado subversivo?”* In: LUSTOSA, Isabel (org). *Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

DREYFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981. In: FICO, Carlos. *Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. 3ª ed- Rio de Janeiro, Record, 2014.

DURKHEIM, E. *Os pensadores*. Tradução de Carlos Alberto R. de Moura. São Paulo: Abril Cultural, 1978. EMILE DURKHEIM (1858-1917). -Livro: as regras do Método Sociológicos (1895). -Relações entre indivíduo e sociedade

FICO, Carlos. *Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. 3ª ed- Rio de Janeiro, Record, 2014.

FOUCAULT, Michel. Poder-corpo. In *Microfísica do Poder*. Org. MACHADO, Roberto. 25. Ed. São Paulo: Graal, 2012.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Trad. SAMPAIO, Laura Fraga de Almeida. 22. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *Brasil Mulher e Nós mulheres: Origens da Imprensa Feminista Brasileira*. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, 11(1): 336, jan-junho, 2003.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários*. 1 ed., 1991; Editora Página Aberta Ltda. 2 eds., revista e ampliada, 2001, Edusp. Editoração Digital: EccentricDuo.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3 ed. Campinas: Pontes/ Editora da UNICAMP, 1997.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969*. Topoi, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 62-85 | www.revistatopoi.org.

NECKEL, Roselane. *A subjetividade sexual e as revistas femininas e masculinas na década de 1970*. Relações de Poder e Subjetividades, Todapalavra, pp. 69-86. Ponta Grossa, 2011

OBSERVATÓRIO DA MULHER. *Panorama da violência contra as mulheres no Brasil [recurso eletrônico] : indicadores nacionais e estaduais*. -- N. 1 (2016)-. -- Brasília : Senado Federal, Observatório da Mulher contra a Violência, 2016

PEDRO, Joana Maria. *O feminismo que veio da França. Relações de poder e subjetividades*, Ponta Grossa. Todapalavra: 2011, pp. 49-68

PEDRO, Joana Maria. *Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 249-272 – 2006

PEDRO, Joana Maria. *Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989)*. p.115-138. In *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul / apresentação Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff*. – Florianópolis : Ed. Mulheres, 2010.

PEDRO: Joana Maria Pedro. *A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 239-260 – 2003

RABAÇA, C. A.; BARBOSA, G. *Dicionário de comunicação*. São Paulo: Codecri, 1978.

SGANZERLA, Rogério Barros. *O Papel dos Atos Institucionais na privação de garantias fundamentais durante o período de Ditadura Militar no Brasil*. III Congresso de Processo Coletivo e cidadania da UERP. Ribeirão Preto, 2015.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. “*O Golpe de 64*”. In SOARES, Gláucio Ary Dillon, D’ARAÚJO, Maria Celina (orgs.).

SOIHET, Rachel. *Zombaria como arma anti-feminista: instrumento conservador entre libertários*. In: Revista Estudos Feministas, vol. 13, n. 3, setembro-dezembro, Florianópolis, 2005, pp. 591-611.

SOUSA, Ana Caroline Luiza. *Análise do discurso aplicada em charges e cartuns políticos*. Crátulo: Revista de Estudos Lingüísticos e Literários. Patos de Minas: UNIPAM, (1): 39-48, ano 1, 2008

SUÁREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes. *A politização da violência contra a mulher e o fortalecimento da cidadania*. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra (Orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Editora 34, 2002.

STEPHAN, Cláudia. *A Ideologia da Bipolaridade: a Introdução da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e as Implicações para a Democracia no Brasil*. I Seminário Internacional de Ciência Política Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Set. 2015.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *O Protagonismo de Mulheres na Luta Contra a Ditadura Militar*. Bauru, RIDH - v. 2, n. 2, p. 9-18, jun. 2014.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Uma breve história do feminismo no Brasil*. Ed. Brasiliense, São Paulo –SP, 1993.

TOMAZONI, Larissa. *A Mulher na Ditadura Militar: Uma análise das limitações e consequências da participação política feminina*. Cad. Esc. Dir. Rel. Int.(UNIBRASIL), Curitiba-PR | Vol. 1, nº 22, jan/jun 2015, p. 40-51.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. *Mapa da Violência 2012 – Caderno Complementar 1.1: Homicídios de Mulheres no Brasil. Os novos padrões da violência homicida no Brasil.* São Paulo, Instituto Sangari, 2012.

WOLFF, Cristina Scheibe. *Machismo e feminismo nas trajetórias de militantes da esquerda armada no Cone Sul dos anos 1970: um olhar do exílio. Relações de poder e subjetividades,* Todapalavra, pp. 31-48. Ponta Grossa, 2011 .

BIBLIOGRAFIA ELETRONICA:

BRASIL. *Ato Institucional Nº1, de 9 de Abril de 1964.*

BRASIL. *Lei Nº 4.341, de 13 de Junho de 1964.*

CASA CIVIL, Subchefia para Assuntos Jurídicos LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19099.htm Acessado em 14/11/17

CASA CIVIL, Subchefia para Assuntos Jurídicos. *LEI Nº 13.104, DE 9 DE MARÇO DE 2015.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm Acessado em 14/11/17

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Chega de fiu-fiu, vamos falar sobre assédio.* Cartilha disponível em: <http://thinkolga.com/cartilha/> Acessado em 14/11/17

MENA, Fernanda. *Uma em três brasileiras diz ter sido vítima de violência no último ano*. Folha de São Paulo, periódico online, Março, São Paulo, 2017. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/03/1864564-uma-em-tres-brasileiras-diz-ter-sido-vitima-de-violencia-no-ultimo-ano.shtml>> Acessado em 14/11/17

MELODY, Luana. *Cresce taxa de assassinatos de mulheres negras no país, segundo Ipea*. Correio Braziliense. Periódico Online. Postado em 05 de junho de 2016. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/06/05/internas_polbraeco,600220/cresce-taxa-de-assassinatos-de-mulheres-negras-no-pais-aponta-ipea.shtml
Acessado em 14/11/17

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Relatório Consolidado de Ocorrências de estupro registrados pela Polícia Civil*. Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública – SINESP. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Brasil, 2013. Disponível em: < http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2015/08/SINESP_Senasp_Estupro2013.pdf> Acessado em 14/11/17

O TEMPO. *Mais de 60% das mulheres no país se dizem feministas*. Periódico Online, publicado em 13 de Fevereiro de 2015. Disponível em: < <http://www.otempo.com.br/interessa/mais-de-60-das-mulheres-no-pa%C3%ADs-se-dizem-feministas-1.993187>> Acessado em 14/11/17

QUEIROZ, Daniela Soares. *A Paixão e o Crime Passional*. Psicólogo Artigos - Psicologia Jurídica. Publicado em Outubro de 2012. Disponível em: <https://psicologo.com/atuacao/psicologia-juridica/a-paixao-e-o-crime-passional>
Acessado em 14/11/17